

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - MESTRADO

**TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA: O lugar de viver no
Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS**

Dissertação

Veridiana Soares Ribeiro
Rio Grande, 2012

VERIDIANA SOARES RIBEIRO

Dissertação

**TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA: O lugar de viver no
Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS**

Trabalho acadêmico apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia da Universidade Federal
do Rio Grande, como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Giancarla Salamoni

Rio Grande, 2012

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Prof.^a Dr.^a Jussara Mantelli

Prof.^a Dr.^a Giancarla Salamoni (Orientadora)

*Dedico este trabalho às
famílias do Assentamento 24
de novembro.*

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, às famílias do assentamento 24 de novembro, que abriram suas casas e suas vidas, carregadas de histórias belas e tristes, ao mesmo tempo, possibilitando que esse trabalho fosse concretizado e, ainda, trazendo grande alegria a mim por poder fazer um trabalho num lugar tão cheio de vida. Obrigada de coração!!!

À Giancarla, por fazer parte de mais esta etapa profissional de minha vida, pelos ensinamentos e, por aceitar se “aventurar” comigo em um campo não muito conhecido por nós, mas que proporcionou grande encantamento.

À Dona Beatriz e Seu Idaliro, por me acolherem em sua casa por várias semanas, permitindo que eu fizesse parte de um cotidiano admirável, onde eu me sentia parte da família realmente. Ainda, à Maylis, por ser minha “grande guia”, se aventurando em longas caminhadas abaixo de um forte sol, e me acompanhando em cada família que eu me aproximava no assentamento. A vocês eu devo muitos agradecimentos.

Ao meu amor e companheiro Felipe, por estar ao meu lado em todos os momentos e entender minhas crises acadêmicas em todo o processo de pesquisa.

À minha mãe Ana Lucia, e meu pai Paulo, por também estarem ao meu lado apoiando e incentivando sempre. Obrigada!

As minhas irmãs e amigas, Angelita e Luciane, por compartilharem comigo o caótico momento de pós-graduação, por me ouvirem e aconselhar em todas as situações fossem elas boas ou ruins.

Agradeço ainda, às professoras que aceitaram fazer parte desta banca. Professora Carmen, trazendo sua importante contribuição, não só acadêmica, mas também como uma pesquisadora que, assim como eu, conheceu de perto a realidade do assentamento 24 de novembro, dividindo comigo angústias e encantamentos. À Professora Jussara, agradeço pelas belas aulas que tivemos durante o mestrado, trazendo à discussão temas que ainda não estavam bem claros para mim. E, compartilhando também suas experiências entre os que compõem a luta pela terra.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudo.

*Preparando sua terra
plantando e produzindo, ele
estava esquecendo angústias
do presente e enchendo a
tulha do futuro.*

*Cora Coralina
(Vintém de Cobre)*

Resumo

RIBEIRO, Veridiana Soares. **TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA: O lugar de viver no Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS.** Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Programa de Pós Graduação em Geografia/Mestrado – PPGeo - Universidade Federal do Rio Grande, 2012. 133 p.

Este trabalho trata-se de uma pesquisa realizada no assentamento de reforma agrária 24 de novembro, localizado no município do Capão do Leão – RS, buscando compreender como se dá a construção do lugar de viver entre as famílias assentadas. O entendimento do lugar de viver se deu a partir da discussão de temas norteadores da pesquisa, como território, lugar, modo de vida camponês e, ainda a produção agrícola para o autoconsumo, aliado à inserção em campo, a partir de entrevistas realizadas junto às famílias. Também, a partir das categorias analíticas terra, trabalho e família, que entendemos direcionar a lógica e o cotidiano camponês, foi possível compor um entendimento sobre o lugar de viver construído pelas famílias no assentamento 24 de novembro, levando em conta as singularidades que o mesmo possui, e as repercussões sobre a organização territorial dos lotes, as relações com o entorno e as perspectivas de reprodução social dos assentados.

Palavras-chave: Lugar; território, assentamento de reforma agrária, modo de vida camponês.

Abstract

RIBEIRO, Veridiana Soares. **TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA: O lugar de viver no Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS.** Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Programa de Pós Graduação em Geografia/Mestrado – PPGeo - Universidade Federal do Rio Grande, 2012. 133 p.

This work deals with a research undertaken to understand the way by which is built the place for living by the families settled in the agrarian reform settlement November 24, located in Capão do Leão, Rio Grande do Sul State, Brazil. The understanding of the place for living was taken from the discussion of issues guiding the research, such as territory, place, peasant way of life, and also agricultural production for own consumption, coupled with the insertion in the field, based on interviews held with the families. Also, from the analytical categories of land, labor and family, that we understand drive the logic and the peasant everyday, it was possible to compose an understanding of the place built by the families living in the settlement on November 24, taking into account the peculiarities which it has and the impact on the territorial organization of the lots, the relationship with the environment and the prospects for social reproduction of the settlers.

Key words: Place; territory, settlement of agrarian reform, peasant way of life

Lista de Figuras

Figura 1 – Horta para o consumo da família.....	61
Figura 2 – Criação de galinhas caipiras.....	61
Figura 3 – Horta para o consumo da família.....	62
Figura 4 – Produção de Morangos Orgânicos.....	66
Figura 5 – Criação de Gado Leiteiro.....	67
Figura 6 – Produção de milho para alimentação do gado leiteiro.....	67
Figura 7 – Mapa das sesmarias que constituíram os municípios de Pelotas e Capão do Leão.....	81
Figura 8 – Estrada principal do Assentamento 24 de Novembro.....	83
Figura 9 – Mapa de localização do assentamento 24 de novembro.....	84
Figura 10 – Estrada interna do Assentamento 24 de Novembro.....	86
Figura 11 – Galpão destinado à ordenha do gado leiteiro, construção anterior ao assentamento, utilizado pelas famílias no período da Associação e atualmente utilizado somente por algumas famílias.....	87
Figura 12 – Comunidade Católica do Assentamento 24 de Novembro.....	96
Figura 13 – Salão da Comunidade Católica do Assentamento 24 de Novembro.....	97

Lista de Abreviaturas e Siglas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra
PT – Partido dos Trabalhadores
PCB – Partido Comunista do Brasil
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
UFPeI – Universidade Federal de Pelotas
CAI's – Complexos Agroindustriais
EMATER – Empresa de Assistência Tecnológica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
CAVG – Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça
COPTEC – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. TERRITÓRIO E LUGAR.....	19
2.1. As múltiplas dimensões do território.....	19
2.2. O lugar como um território simbólico.....	26
3. ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA.....	33
3.1. A Reforma Agrária e a Territorialização Camponesa.....	33
3.2. Modo de vida camponês: O cotidiano de famílias assentadas.....	40
4. A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO E A MERCANTILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.....	50
4.1. A produção de alimentos e as relações com o mercado.....	50
4.2. Autoconsumo e segurança alimentar.....	56
5. CONSTRUINDO O LUGAR DE VIVER: TERRA, TRABALHO E FAMÍLIA.....	68
5.1. A trajetória/história das famílias.....	68
5.2. A inserção no MST e o processo de luta pela terra.....	74
5.3. A chegada no acampamento da Fazenda da Palma.....	77
5.4. A constituição do assentamento 24 de novembro.....	79
5.5. O lugar de morar e de produzir: a terra, o trabalho e família.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS.....	107
APÊNDICES.....	119

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata do lugar de viver de famílias assentadas, especificamente no assentamento 24 de novembro, no município de Capão do Leão – RS. A partir de um entendimento geral sobre os assentamentos de reforma agrária no Brasil, sobre os modos de vida camponeses e da concepção do lugar como território simbólico é que pretendemos apresentar e desenvolver esta pesquisa.

Os espaços rurais enfrentam transformações significativas na sua organização, desde os impactos da modernização da agricultura até as novas configurações territoriais efetivadas pelo processo de luta pela terra, através dos projetos de reforma agrária e, conseqüentemente, da criação de inúmeros assentamentos de reforma agrária no país.

Desse modo, acreditamos que os assentamentos e os grupos sociais que os compõem (re)desenham os territórios rurais, a partir da implementação de modos de vida camponeses em lugares que antes eram ocupados por formas não familiares da agricultura, e representam o ponto de partida para compreender como as famílias sem-terra (re)constroem o seu lugar de viver em um território destinado à reforma agrária.

A discussão realizada aqui parte das novas configurações territoriais que a reforma agrária possibilita, ou seja, novas territorialidades que são criadas a partir do assentamento rural. Um território, via de regra, estruturado pela presença da grande propriedade patronal¹, fragmenta-se em lotes nos assentamentos formados por famílias organizadas com base na agricultura familiar, que ali vão viver, produzir e construir seu futuro no espaço rural.

A reforma agrária aqui é analisada no seu âmbito territorial, buscando identificar quem são os sujeitos que personificam a luta pela terra, quais suas origens e trajetórias, como se dão as relações de organização social, econômica, política e cultural nos assentamentos. Trata-se de compreender de que forma estes fatores se constituem em limites ou possibilidades para o desenvolvimento dos

¹ De acordo com o relatório da FAO/INCRA (1994), na agricultura familiar o trabalho e a gestão estão intimamente ligados, apresenta a direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários, possui ênfase na diversificação e possibilita a durabilidade dos recursos naturais e a qualidade de vida. E, o trabalho assalariado no modelo familiar é complementar. Por outro lado, na agricultura patronal existe uma completa separação entre gestão e trabalho; trata-se de uma organização centralizada, com destaque para a especialização e práticas agrícolas padronizáveis. E, o trabalho assalariado é predominante.

territórios reorganizados pelos assentamentos da reforma agrária. Buth e Corrêa (2006) explicam basicamente qual o significado da reforma agrária, a partir do acesso à terra:

O acesso a terra indica uma reterritorialização, materializando a recriação do lugar a partir da inserção de novos elementos e perspectivas no espaço rural. O lugar incorpora o novo, especialmente no que diz respeito às técnicas, modificando as práticas sociais. Assim, os assentados constroem um novo território a partir da mudança das relações estabelecidas neste espaço, promovendo um rearranjo no processo produtivo, diversificando a produção e introduzindo novas atividades. (BUTH e CORRÊA, 2006, p. 154-155)

Sendo assim, salienta-se a importância que os assentamentos rurais representam para a constituição das novas configurações territoriais e de novas territorialidades expressas no espaço rural brasileiro, a partir de diferentes trajetórias e histórias de vida que carregam as famílias assentadas.

A conquista da terra inaugura um novo tempo, assim, importa saber qual era a expectativa dessas pessoas, quem eram essas pessoas que foram “escolhidas” para construir o território do assentamento 24 de Novembro, como viam o novo “espaço”, como passaram a experienciá-lo e vivenciá-lo, que valores estavam em jogo², enfim, de que forma (com base em quê) construíram suas próprias unidades territoriais (lotes). Sobre a apropriação do território, fazendo dele seu lugar de viver, Beledelli explica que:

Ao demarcar a área, o indivíduo passa a identificar esse espaço como seu e, juntando-se ao conjunto do assentamento, é formado um novo território no qual nem todas as relações estabelecidas serão iguais. Por outro lado, há uma representação simbólica, afetiva, uma apropriação, criando a subjetividade, a identidade com aquele espaço, enfim, a territorialidade. (BELEDELLI, 2005, p. 60)

Assim, a trajetória anterior das famílias compõe um arcabouço orientador da maneira de ver a própria vida e o mundo, evidentemente, associada às expectativas com relação ao futuro, o modo de perceber e de se relacionar com a natureza e com

² Bourdieu (1989) entende as estratégias de reprodução social como um jogo, ele afirma que para o ator social tentar ocupar um espaço é necessário que ele conheça as regras do jogo dentro do campo social e que esteja disposto a lutar (jogar). Portanto, as estratégias de reprodução social que as famílias assentadas criam e recriam dentro do espaço do assentamento perpassam também a ordem do simbólico, do poder simbólico como denomina Bourdieu (1989).

os demais integrantes deste grupo social, enfim, tudo aquilo que dirige o procedimento humano durante a existência. Este arcabouço tem suas bases fixas na memória e esta se torna, portanto, uma fonte valiosa de informações sobre a conduta adotada na construção de uma nova fração do território, neste caso, o lugar de viver.

A partir das novas configurações territoriais e das territorialidades impressas nos territórios (re)organizados pela reforma agrária e pelos agricultores assentados que ali vão constituir suas vidas, pretende-se compreender o modo como esses agricultores irão construir o seu lugar de viver, produzir e reproduzir-se socialmente. Ainda, a partir de um território (re)organizado pela política pública da reforma agrária como se dará a constituição do lugar, diante dos caminhos percorridos e projetos traçados pelas famílias até o momento do efetivo assentamento e como esse processo se expressa na organização das unidades socioprodutivas, ou seja, os lotes familiares.

Para que possamos compreender como as famílias do assentamento 24 de novembro constroem o seu lugar de viver, é preciso tomar alguns temas para discussão e buscar referenciais teóricos que nos auxiliem. Os principais temas trabalhados nessa pesquisa são, basicamente: assentamentos de reforma agrária, modo de vida camponês, autoconsumo e produção de alimentos, território e lugar, que, por fim, nos dão embasamento para a compreensão do lugar de viver de famílias assentadas.

No assentamento aqui estudado, a construção do lugar de viver tem ainda suas peculiaridades. As famílias foram assentadas na área do último acampamento em que estavam alojadas, ou seja, o acampamento, considerado espaço de passagem, transformou-se no lugar de viver, de (re)construção de seu espaço de trabalho, de produção e de sua reprodução social e territorial como agricultores.

Ainda, outra peculiaridade é o fato de que o assentamento 24 de novembro, inicialmente, não se constituiu como um assentamento de reforma agrária do INCRA. Como a área do assentamento era de propriedade da Universidade Federal de Pelotas, e a mesma na época não pretendia doá-la à União, foi firmado um contrato de comodato entre a universidade e as famílias assentadas, onde as últimas poderiam usufruir daquele lugar e se reproduzir como agricultores por um período de 15 anos, após esse período o que aconteceria era incerto.

O assentamento 24 de novembro está localizado próximo ao perímetro urbano do município de Capão do Leão e, ainda, próximo ao bairro Jardim América (um bairro com uma população significativa), deste mesmo município, o que gera diferentes repercussões, como a facilidade no escoamento da produção e, também a interferência do modo de vida urbano no cotidiano das famílias do assentamento, principalmente, no que diz respeito às ocupações desenvolvidas pelas famílias. Ou seja, alguns membros das famílias passam a trabalhar fora do lote, em profissões do espaço urbano, configurando a chamada pluriatividade, onde algum membro da família realiza trabalho externo ao lote e à agricultura.

Diante disso, o que buscamos compreender diz respeito à maneira como as famílias do assentamento foram fazendo daquele espaço o seu lugar de viver, sabendo da condição de transitoriedade em que estavam naquele território, e sem saber o que os aguardava como futuro.

Nesse sentido, a problemática que envolve esta pesquisa está pautada no modo como as pessoas constroem o seu lugar de viver em um novo espaço e, mais especificamente, como as famílias sem-terra constroem as suas territorialidades no assentamento, a partir de suas trajetórias de vida e no contexto da luta pela terra.

A partir deste problema de pesquisa, nosso objetivo maior é compreender então a constituição do lugar de viver no assentamento “24 de outubro” no município de Capão do Leão/RS, a partir da concepção do lugar como território simbólico, buscando compreender os modos de vida camponeses manifestados no assentamento pelas famílias. Ainda, mais especificamente, conhecer as diferentes trajetórias e histórias de vida das famílias assentadas; caracterizar as categorias terra, trabalho e família, presentes nos lotes familiares; compreender as formas de apropriação do território no assentamento, constituindo do lote o lugar de produzir e viver das famílias; e, identificar as expectativas das famílias quanto ao futuro no assentamento.

É a partir dessas premissas que buscamos conhecer e compreender o modo como as famílias do assentamento 24 de novembro, no município de Capão do Leão fizeram e fazem daquele espaço o seu lugar de viver.

Entretanto, para que possamos desenvolver este trabalho e apresentar todos os objetivos propostos, é necessário uma metodologia adequada à pesquisa que pretendemos fazer.

Nesse sentido, as escolhas metodológicas dessa pesquisa estão relacionadas ao enfoque cultural, que pretendemos abordar a partir do aporte teórico da geografia cultural. Nesse sentido, Claval (2002) explica:

O enfoque cultural se interessa pela maneira como as realidades são percebidas e sentidas pelos homens: se esses consideram que tal fonte, tal bosque, tal montanha, ou tal edifício são sagrados, o pesquisador deve tomar isso em conta. Não cabe a ele dizer se as concepções que as populações por ele estudadas fazem do sagrado são racionais. Ele deve entendê-las, determinar a sua origem, analisar a sua gênese e ver para que servem. (CLAVAL, 2002, p. 35)

A pesquisa aqui apresentada tem um caráter qualitativo, uma vez que nosso objeto de estudo corresponde ao lugar de viver de famílias assentadas. Nesse sentido, Borges (2009) esclarece:

A pesquisa qualitativa [...] pode ser entendida como resultado de uma busca que parte de alguns princípios. Entre eles, podemos destacar que: só é possível conhecer profundamente aspectos da vida de uma sociedade ou de uma cultura, quando há um envolvimento pessoal entre o pesquisador e o quê/quem ele investiga; pensar a pesquisa, escolher os métodos, delimitar sua área ou seu objeto é muito mais um resultado de uma escolha política, realizada mediante uma relação pessoal estabelecida ou que vai se estabelecer; não são apenas os pressupostos teóricos que vão orientar o processo, mas também a maneira como o pesquisador se integra à pesquisa, seus modos de interpretar e de se relacionar com o objeto irão interferir nos resultados. (BORGES, 2009, p. 184)

Diante disso, justificamos a escolha em utilizar metodologias qualitativas para o desenvolvimento da pesquisa. Para conhecimento da realidade empírica, através da pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com as famílias assentadas, a partir de um roteiro norteador baseado nos temas principais da pesquisa, que deu conta de abranger a totalidade das dimensões a serem abordadas, pois:

Ao lado da observação, a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados [...]. Esta é, aliás, uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizados nas ciências sociais. Ela desempenha importante papel não apenas nas atividades científicas como em muitas outras atividades humanas. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 33)

A escolha pela técnica da entrevista se justifica por entendermos que o lugar de viver é um tema bastante amplo, principalmente por famílias assentadas que possuem suas trajetórias de vida traçadas no contexto da luta pela terra. Nesse

sentido, as categorias terra, trabalho e família, que configuram o mundo camponês e definidas por Woortmann (1990), nos deram a base para o roteiro de entrevistas aplicado com sete famílias do assentamento 24 de Novembro (Apêndice 1).

Para complementar a pesquisa sobre o lugar de viver, e qual o significado disso para as famílias que compõem o assentamento - pois é a partir da percepção de cada família sobre o seu lugar de viver que se dará a pesquisa - foi proposto aos entrevistados a elaboração de um croqui (representação gráfica) que falasse dos significados que aquele lugar representa. para cada família. Isso se deu a partir da criação de um desenho feito pelas famílias assentadas entrevistadas, representando o seu lote.

Será em função da percepção que cada agricultor possui em relação aos seus espaços de trabalho no interior do lote e nos espaços de relações de sociabilidade fora das propriedades, que poderemos refletir sobre o lugar de viver que cada família construiu e constrói cotidianamente no assentamento.

Buscamos, nos aportes teóricos, fundamentar a discussão dos temas propostos, bem como na inserção em campo, a partir das experiências vividas pelos agricultores, construir a pesquisa acerca dos elementos e dos seus significados presentes no lugar de viver das famílias do assentamento 24 de novembro. Ainda, a partir das falas de cada assentado entrevistado, da história/trajetória de vida de cada um, contar a história da luta pela terra, pelos personagens e sujeitos que nela viveram e lutaram até chegar na terra conquistada.

Cabe salientar que os nomes dos entrevistados utilizados neste trabalho são fictícios, para que a identidade de cada envolvido nesta pesquisa possa ser preservada e não manipulada. Além disso, os trechos transcritos das entrevistas, cedidas pelos interlocutores da pesquisa, foram destacados em *itálico*.

Por fim, como método de abordagem, acreditamos que o mais adequado para atingir os objetivos propostos, é o fenomenológico, pois a partir da experiência, do vivido, falamos dos lugares, das pessoas e do modo como vivem, contrapondo uma ciência positivista que se apega a dados e números que não dão conta de dizer do mundo em que vivemos.

De acordo com Holzer (2010, p. 28), “A fenomenologia era definida como a filosofia dos mundos vividos da experiência humana”, pelos primeiros pesquisadores que se utilizaram deste método. Da mesma forma, os geógrafos utilizam a mesma a partir da construção do que seria uma geografia cultural. Ainda, de acordo com

Holzer (2003, p. 114) “uma abordagem científica fenomenológica exige a determinação inicial dos limites e qualidades de um fato que só podem ser compreendidos quando observados em suas relações.”

Justificando a utilização do método fenomenológico em uma pesquisa que pretende adentrar a vida de agricultores, Nitsche e Kozel (2006) complementam:

A perspectiva fenomenológica permite explorar situações, valores e práticas com base na visão de mundo dos moradores rurais como os próprios sujeitos da pesquisa. Evidencia-se então, a necessidade de uma pesquisa que se sustente no saber dos indivíduos, atuando também como sujeitos, requerendo uma postura fenomenológica, que trate de descrever, compreender e interpretar os fenômenos que se apresentam à percepção. (NITSCHKE & KOZEL, 2006, p. 56)

É a partir desses pressupostos que pretendemos desenvolver a pesquisa, buscando a compreensão do lugar de viver das famílias do assentamento 24 de novembro, no município de Capão do Leão - RS.

Dessa forma, este trabalho está dividido em capítulos que pretendem discutir e apresentar os temas propostos nesta pesquisa. Este primeiro capítulo se define como uma breve introdução e apresentação do trabalho, dando início às primeiras discussões dos temas, e enfocando os objetivos e problemas da pesquisa, bem como, as metodologias utilizadas na mesma.

O segundo capítulo tem como objetivo discutir as temáticas ligadas ao conceito de território e de lugar, buscando compreender claramente cada um destes conceitos e, a partir disso, justificando a escolha de se entender o lugar como um território simbólico e, conseqüentemente, como o lugar de viver das famílias assentadas aqui estudadas.

O terceiro capítulo pretende compreender o universo dos assentamentos de reforma agrária, desde a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em que estão envolvidas as famílias sem-terra, até a discussão dos modos de vida camponeses que são reproduzidos e (re) inventados pelos sujeitos da reforma agrária, (re)criando espaços de vida camponeses em territórios ocupados, via de regra, pelos grandes latifúndios monocultores.

O quarto capítulo aborda o tema da produção para o autoconsumo, assim como, as relações com o mercado e a questão da segurança alimentar no Brasil. Entendendo a produção para o autoconsumo como de suma importância para a

agricultura familiar camponesa, discutimos a permanência dessa prática entre os agricultores e os entraves que se apresentam na reprodução da mesma, que, por vezes, rompem com as tradições agrícolas das famílias. Ainda, é discutido como a segurança alimentar é mantida e reproduzida nas práticas agrícolas e, como as políticas públicas se relacionam nesta temática, auxiliando os agricultores.

Por fim, o capítulo cinco pretende fazer uma síntese de todas as questões levantadas nos capítulos anteriores no contexto do assentamento 24 de novembro.

A partir do conhecimento das trajetórias/histórias de vida das famílias, da inserção no MST e do processo de luta pela terra e do início da vida como assentado da reforma agrária. E, ainda, como direcionam suas vidas e seus projetos futuros, construindo e reconstruindo cotidianamente o seu lugar de viver na terra conquistada.

2. TERRITÓRIO E LUGAR

Apropriar-se dos conceitos geográficos e dedicar-se a estudá-los não é uma tarefa fácil nem simples. No entanto, conceitos como espaço, região, território, paisagem e lugar estão muito presentes nas pesquisas e discussões de geógrafos e pesquisadores de demais áreas das ciências humanas e sociais.

Na pesquisa aqui apresentada nos dedicamos a estudar dois dos conceitos mencionados: o território e o lugar. Mas não simplesmente fazer uma discussão acerca desses conceitos no universo estudado, e sim, utilizar-se de um para compreender o outro; ou seja, nos utilizaremos da dimensão simbólica e/ou cultural do território para entender e explicar o conceito de lugar.

O território é um conceito amplo e complexo e compreende várias dimensões, que precisam estar presentes na constituição e reconhecimento do mesmo. Portanto, o território simbólico é apenas uma dimensão do mesmo, não existe um território apenas simbólico, mas sim político, econômico e social ao mesmo tempo.

Diante disso, como queremos nos deter apenas à dimensão simbólica do território do assentamento estudado, utilizaremos o conceito de lugar como representativo dessa dimensão que queremos compreender.

O lugar não é um conceito tão estudado quanto o território, o primeiro já foi utilizado com diferentes interpretações, dentre as mais comuns está o sinônimo de escala local. Porém, queremos utilizá-lo aqui no sentido do vivido, da experiência, apoiado nos pilares da geografia cultural, que reconhece as dimensões simbólicas e culturais dos lugares e dá importância às experiências vividas pelos sujeitos. Por isso, também, justificamos a utilização do lugar como um território simbólico.

Nesse sentido, apresentamos neste capítulo uma breve discussão sobre o conceito de território e suas dimensões, para após compreender o lugar, então como um território simbólico.

2.1. As múltiplas dimensões do território

Estudar o espaço rural e os grupos que o compõem é, também, estudar os territórios rurais e todas as suas particularidades, pois cada território abarca uma infinidade de questões e dimensões que auxiliam no entendimento do território em si. Esse conceito geográfico, nos últimos anos, vem ganhando a atenção de muitos

estudiosos, perante a importância do território num mundo que se transforma constantemente.

Entendemos que o território somente pode ser compreendido nas suas múltiplas dimensões, ou seja, política, econômica, social e simbólica/cultural. Acreditamos que um território só é um território efetivamente quando conseguimos identificar nele todas estas dimensões. Um território, com distintas relações de poder não é só político, ele é ao mesmo tempo, um território político, econômico, social e simbólico. Por essa característica que se diferencia de outros conceitos geográficos como região, paisagem e lugar.

Saquet (2010) explica a diversidade e complexidade que abarcam o conceito de território:

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. (SAQUET, 2010, p. 24)

O território constitui-se em um conceito-chave da ciência geográfica, juntamente com os conceitos de espaço, região, paisagem e lugar. É interpretado de diferentes maneiras por alguns autores e correntes geográficas, cada um abordando diferentes aspectos; alguns o entendendo numa escala maior, de território nacional, outros na escala do local/lugar, porém, em comum o reconhecimento da existência de múltiplos territórios e territorialidades. De forma geral, o território pode ser considerado como a apropriação do espaço por um determinado grupo social, que é delimitado sempre por relações de poder em defesa desse território, é o resultado da interação entre as relações sociais estabelecidas em determinado espaço, ao longo do tempo, e o controle deste espaço.

Haesbaert apresenta o ponto de partida para compreensão da origem da noção de território:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *térreo-terror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. (HAESBAERT, 2008, p.19-20)

Compreendemos, assim, que o território pode ser percebido tanto numa perspectiva material quanto numa perspectiva simbólica, ficando claro que não há território sem essa dupla conotação. A perspectiva material, principalmente reduzida à compreensão político-administrativa e econômica do espaço, e a perspectiva simbólica, representada pelos valores e significados que os grupos humanos imprimem no espaço, fazem dele um território.

Ainda, Santos apresenta uma importante contribuição:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2007, p. 14)

Percebe-se nas palavras de Santos a abordagem simbólica do conceito de território, reconhecendo a importância da identidade na construção dos territórios, pois, de acordo com Haesbaert (2007, p. 38) “não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes”.

Quando estudamos o conceito de território, alguns outros conceitos devem também ser estudados, pois são intrínsecos à sua compreensão. A territorialização, desterritorialização e reterritorialização, como também a territorialidade e a multiterritorialidade. Esses conceitos são muito pertinentes quando estudamos o território num contexto de reforma agrária e luta pela terra, e serão dessa forma apresentados.

A desterritorialização pode ser compreendida como um processo no qual determinados grupos sociais, por alguma ou várias razões, deixam de habitar seus territórios de origem e se territorializam em outro território, efetivando então a reterritorialização. Nesse processo, da desterritorialização à reterritorialização, territórios flutuantes ou transitórios podem ser construídos por esses grupos sociais.

Poderíamos compreender a ideia de territórios flutuantes se pensarmos na trajetória da luta pela terra. Consideremos que os trabalhadores sem-terra, ao serem excluídos do processo produtivo, tornam-se desterritorializados da propriedade da terra, mas nem por isso deixam de construir e organizar territórios pelos itinerários

da reforma agrária. Pensando desde o momento em que decidem ingressar nos movimentos sociais, na vida nos acampamentos e, então, na territorialização nos assentamentos de reforma agrária, é possível reconhecer múltiplos territórios vividos por esses trabalhadores sem-terra, territórios flutuantes que foram construídos em cada momento que precisavam viver e defender o espaço ocupado.

A partir dessa concepção de territórios flutuantes e, conseqüentemente, dos múltiplos territórios habitados pelos trabalhadores rurais sem-terra, vem à tona o debate em torno da multiterritorialidade. Esse conceito surge como uma resposta ao conceito de desterritorialização, ou seja, grupos humanos não são necessariamente desterritorializados, mas, constroem e vivem multiterritorialidades. Haesbaert explica que:

Na verdade, muito mais do que perderem vínculos de identificação com espaços determinados, “desterritorializando-se”, o mais comum é que as pessoas e os grupos sociais desenvolvam concomitantemente, vínculos identitários com mais de um território ao mesmo tempo, ou com territórios que em si mesmos manifestam características muito mais instáveis, múltiplas e/ou híbridas. Trata-se assim de um claro processo de “multiterritorialização”, seja de forma sucessiva, vivenciando-se alternadamente distintos territórios, seja de forma simultânea, tanto no sentido de apropriar-se de um espaço marcado pela multiplicidade cultural, quanto no sentido de “acessar” e exercer influência sobre distintos territórios (via ciberespaço, notadamente). (HAESBAERT, 2007, p. 49)

Diante disso, acreditamos que os trabalhadores rurais sem-terra, assim como outros grupos sociais específicos, configuram a chamada multiterritorialidade, muito mais que uma desterritorialização, pois, não necessariamente perdem seus territórios, mas passam habitar múltiplos territórios, em busca da territorialização, nesse caso, o acesso a terra.

A partir disso, compreendemos o significado da territorialidade, ou seja, aquilo que faz um território ser efetivamente um território. Uma vez os grupos sociais territorializados, então, novas identidades serão criadas no território a partir da relação de pertencimento com aquele território conquistado, ou até mesmo a partir da relação de apropriação daquele território onde passarão a viver e produzir. Compreendendo a territorialidade no contexto da reforma agrária, Alves et al. (2007, p.93) afirmam que “[...] o assentamento rural é a territorialização materializada e as relações camponesas a territorialidade existente e concreta”. Ainda sobre territorialidade, Haesbaert afirma que:

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. (HAESBAERT, 2004, p. 21)

Desse modo, compreendemos que a territorialidade corresponde à sensação de pertencimento das pessoas ao território que fazem parte, são as relações sociais e o modo como garantem sua reprodução social, cultural, econômica e ecológica manifestadas naquele espaço. A partir do reconhecimento das perspectivas material e simbólica que o território traz consigo, podemos nos deter nas dimensões que o compõem.

A dimensão política do território diz respeito à delimitação político-administrativa de um espaço, da apropriação do mesmo pela sociedade, tornando-o um território. Podemos identifica-lá desde a geografia clássica, com o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (*apud* Moraes, 1990). Esse mesmo autor enfatiza a importância do poder e das relações de poder na constituição do território, no entanto, reduz o poder ao Estado. É nesse sentido que Claude Raffestin (1993), em seu livro *Por uma Geografia do Poder*, vem para contrapor essa visão política do território a partir do Estado. É o que explica Galvão et al (2009, p.34): Em *Por uma geografia do poder*, Raffestin critica a geografia política clássica criada por Ratzel, pois esta refere-se à concepção de uma Geografia do estado, na qual toda forma de poder advém do Estado.

Raffestin reconhece a multiplicidade de poderes que são manifestados no território, para além do poder do Estado. É nesse sentido que Foucault (1985) contribui com sua definição de “micropoderes”. Haesbaert explica mais claramente:

Numa interpretação de base foucaultiana, o poder se estende por todas as esferas/escalas da sociedade, permitindo também reações de toda ordem, desde os microterritórios de resistência do nosso cotidiano até as redes planetárias dos movimentos contraglobalizadores. (HAESBAERT, 2007, p.37)

Pensar o território em sua dimensão econômica é pensar toda a dinâmica do mesmo em função de suas atividades produtivas. Prado Jr.(2000), embora não fale diretamente do território e/ou do conceito de território, nos auxilia na compreensão da compreensão de sua dimensão econômica.. O autor tem uma vasta e rica

produção acerca da ocupação e apropriação do território brasileiro, e a faz a partir de uma dimensão econômica, como podemos observar na citação a seguir:

A colonização brasileira e ocupação progressiva do território que formaria o nosso País constituiu sempre, desde o início, e ainda é essencialmente assim nos dias que correm, um empreendimento mercantil. Foi inicialmente para abastecer o comércio europeu de produtos tropicais, bem como de metais preciosos e diamantes, que se povoou o território brasileiro, que se estabeleceu e organizou nele uma coletividade humana, e se estruturou a sua vida econômica. (PRADO Jr., 2000, p. 48)

É possível perceber que Prado Jr. explica o processo de ocupação e colonização do Brasil pela coroa portuguesa em função das atividades econômicas aqui desenvolvidas, e o faz de maneira clara e de fácil compreensão.

Para além das dimensões política e econômica do território está a dimensão social, que é tão importante quanto as outras na constituição de um território. Para que possamos compreendê-la melhor, nos utilizaremos do pensamento de Robert David Sack (*apud* Plein *et al*, 2009), pois esse autor traz em sua concepção de território a noção de que o mesmo é construído a partir de relações social-históricas e, ainda, acredita que o território é antes de tudo, um conjunto de relações sociais. Sack também enfatiza as relações de poder que compõem um território, no entanto, destaca que essas relações de poder advêm das relações sociais existentes na sociedade. Para Plein *et al*,

Robert David Sack contribui com importantes argumentações teórico-metodológicas na temática do território, construiu um saber territorial, indo além de análises meramente estáticas concernentes à produção espaço temporal e do território. Pois o território não é estático e sim está em movimento. (PLEIN *et al*, 2009. p. 49-50)

Sack (*apud* Plein *et al*, 2009) procura definir e compreender o território para além de uma delimitação geográfica, enfatiza as relações de poder que são manifestadas a partir das relações sociais que configuram a sociedade, enfim, o território. A ideia que devemos ter do pensamento e das obras de Sack é de que territórios são construídos socialmente.

Sobre a dimensão simbólica e/ou cultural do território, não encontramos propriamente um autor que se dedique a estudá-la única e exclusivamente. Desse modo, buscamos autores que ao discutirem o conceito e suas dimensões, apresentam de modo muito rico a dimensão simbólica. Nesse sentido, as citações e

autores apresentados aqui representam um aporte teórico importante para a compreensão da dimensão que queremos estudar, não significando necessariamente que esses teóricos se dedicam apenas ao simbólico e cultural.

Medeiros (2009) ao pesquisar assentamentos de reforma agrária e agricultores familiares em geral, reconhece nos territórios rurais os sentidos simbólicos que carregam aquele lugar:

O território é um espaço de identidade ou pode-se dizer que é um espaço de identificação. O sentimento é a sua base e a forma espacial importa muito pouco, pois esta pode ser variável. O território pode mesmo ser imaginário e até mesmo sonhado. E, é a partir desse imaginário, deste sonho que sua construção tem início. (MEDEIROS, 2009, p. 217)

Percebemos, então, a importância da identidade, do sentimento de pertencimento, enfim, dos elementos que são importantes na constituição do território simbólico, que é tão importante quanto as demais dimensões na construção e reconhecimento de um território.

Haesbaert (2007) enfatiza a emergência e a necessidade de estudarmos e reconhecermos os elementos culturais, simbólicos e identitários dos lugares e dos modos de vida das sociedades atualmente:

Embora a princípio coubesse ao geógrafo manter “os pés no chão” e enfatizar sempre a dimensão material do território, a realidade contemporânea, dominada pelo mundo das imagens e das representações, acabou trazendo para o próprio âmbito das proposições geográficas uma visão mais idealista de território. Para os geógrafos Bonnemaïson e Cambrèzy, por exemplo, vivemos hoje sob uma lógica culturalista ou pós-moderna de base identitária e reticular que se impõe sobre a lógica funcional e zonal (estatal) moderna. Por isso, o território é primeiro um valor, estabelecendo-se claramente uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com nossos espaços de vida. (HAESBAERT, 2007, p. 39)

Para Bonnemaïson e Cambrèzy (1996 apud Haesbaert, 2005, p. 67) “perder seu território é desaparecer”, dessa forma, o território “não diz respeito apenas à função, ou ao ter, mas ao ser”.

Haesbaert (2005) reafirma a dimensão do território que estamos falando e a sua importância na construção dos territórios em um mundo globalizado e em constante transformação.

Souza (1995) ressalta que esse sentimento de pertencimento, a autoidentificação com o território é que mantém os grupos sociais e as identidades

que esses constroem, então, territórios simbólicos se manifestarão a partir de um espaço concreto. Enfatizando que o território só é reconhecido quando identificamos todas as suas dimensões.

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). (SOUZA, 1995, p.84)

Diante disso, compreendemos a complexidade do conceito de território e as suas dimensões, que precisam estar presentes num dado espaço para que se reconheça enquanto território e para que as pessoas que o compõem se reconheçam e se identifiquem nesse território, enquanto um espaço de vida, ou como o seu lugar de viver.

2.2. O lugar como um território simbólico

O conceito de lugar na ciência geográfica não é muito representativo de estudos, uma vez que definições de espaço, região e território ganharam mais a atenção dos geógrafos do que o conceito do qual pretendemos trabalhar aqui. Essa é uma das justificativas que utilizamos para a compreensão do lugar como o território simbólico.

O lugar foi interpretado de diversas formas, mais comumente reduzindo-o à escala local, ou seja, apenas como um recorte espacial. Nesse sentido, Haesbaert (2006, p. 139) complementa: “É interessante lembrar, contudo, que há muitas controvérsias sobre a noção de lugar, e muitos ainda o tratam mais no sentido de ‘espaço geométrico’ ou de localização espacial, ‘cada coisa no seu lugar’.”

Pretendemos nessa pesquisa estudar o lugar num sentido simbólico e cultural, como um território simbólico, dotado de sentidos, valores e símbolos que dizem da vida das pessoas que o compõem.

Roberto Lobato Corrêa (1995, p. 31) parafraseando Tuan (1979) diz que o lugar “possui um espírito, uma personalidade, havendo um sentido de lugar que se manifesta pela apreciação visual ou estética e pelos sentidos a partir de uma longa vivência.” A partir dessas ideias e pressupostos é que se pretende fazer a reflexão em torno da constituição do lugar pelos assentados da reforma agrária.

Buscar a compreensão do sentido e significado do conceito de lugar, enquanto território simbólico, pelo enfoque que pretendemos dar a esse conceito, leva a incorporar as experiências dos grupos sociais na perspectiva de suas trajetórias de vida. E, mais especificamente, como são construídas as estratégias de reprodução social em dadas condições naturais, históricas, econômicas, políticas e culturais.

O debate em torno do conceito de lugar não é tão comum entre teóricos tanto da Geografia quanto de outras áreas, comparado aos demais conceitos geográficos (espaço, território, região, paisagem) que estão sempre na pauta de muitos autores clássicos e contemporâneos. Como já mencionado, foi utilizado, comumente, num sentido locacional, reduzindo o lugar a escala do local. Holzer explica mais claramente:

"Lugar", conceito espacial que durante longo tempo foi utilizado pelos geógrafos para expressar o sentido locacional de um determinado sítio. Devido a esta definição foi relegado a um plano secundário em relação a outros conceitos espaciais como paisagem, espaço, e território. (HOLZER, 2003, p. 113).

Holzer (1999) explica que essa interpretação do lugar se justifica devido a uma busca crescente da objetividade que, praticamente, inviabilizou qualquer consideração que extrapolasse o seu significado locacional, num contexto em que a Geografia começava a ser aceita enquanto disciplina acadêmica, alicerçada nos ideais de uma ciência positivista.

Por outro lado, pensando o lugar de uma forma mais ampla e complexa, para além de um significado locacional, Haesbaert (2006) introduz o debate:

Lugar, além de envolver características mais subjetivas, na relação dos homens com seu espaço, em geral, implica também processos de identificação, relações de identidade. Muitos autores fora da Geografia têm utilizado a noção de lugar na sua interpretação da sociedade contemporânea. Algumas contribuições importantes a essa discussão conceitual têm vindo, portanto, de áreas como a Sociologia e a Antropologia. (HAESBAERT, 2006, p. 138)

Os significados do lugar e os sentidos simbólicos que ele representa para as pessoas que o vivenciam, ou seja, as características mais subjetivas que menciona Haesbaert (2006) são construídas também a partir de características objetivas.

Entendendo o lugar no espaço rural, por exemplo, as práticas que envolvem a agricultura, que são objetivas, produzem uma série de significados simbólicos, que irão compor aquele lugar, dar origem a visão de mundo e aos modos de vida que as comunidades possuem. Portanto, o sentido de pertencimento ao lugar é capaz de construir e reconstruir identidades.

Nesse sentido, é que a geografia humanista e cultural contribui no debate do lugar que estamos trazendo aqui, o lugar de viver, de reprodução da vida. Yi-Fu-Tuan, um importante geógrafo humanista que se dedicou a estudar o lugar, explica:

Os lugares humanos variam grandemente em tamanho. Uma poltrona perto da lareira é um lugar, mas também o é um estado-nação. Pequenos lugares podem ser conhecidos através da experiência direta, incluindo o sentido íntimo de cheirar e tocar. Uma grande região, tal como a do estado-nação, está além da experiência direta da maioria das pessoas, mas pode ser transformada em lugar – uma localização de lealdade apaixonada – através do meio simbólico da arte, da educação e da política. Como um mero espaço se torna um lugar intensamente humano é uma tarefa para o geógrafo humanista; para tanto, ele apela a interesses distintamente humanísticos, como a natureza da experiência, a qualidade da ligação emocional aos objetos físicos, as funções dos conceitos e símbolos na criação da identidade do lugar. (TUAN, 1982, p.149-150)

Tuan esclarece que é a partir da experiência, ou do sentido de pertencimento àquele espaço que este será transformado e entendido como um lugar. Ou seja, através das experiências humanas, das vivências, das relações manifestadas naquele espaço que o identificamos como um lugar, como um lugar de viver, de se reproduzir enquanto seres humanos, enquanto uma sociedade.

Para Holzer (1999):

A preocupação dos geógrafos humanistas, seguindo os preceitos da fenomenologia, foi de definir o lugar enquanto uma experiência que se refere essencialmente, ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos. Um centro gerador de significados geográficos, que está em relação dialética com o constructo abstrato que denominamos "espaço". (HOLZER, 1999, p. 70)

Buttimer (1982) explica o lugar na perspectiva individual, das experiências pessoais com o lugar:

Cada pessoa é vista como tendo um lugar natural, que é considerado o ponto zero do seu sistema pessoal de referência. [...] Cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação. Além disso, pode haver lugares privilegiados, qualitativamente diferentes de todos os outros, tais

como o lugar de nascimento do homem, ou as cenas do seu primeiro amor, ou certos lugares da primeira cidade estrangeira que visitou quando jovem. (BUTTIMER, 1982, p. 177-178)

Compreendemos, então, a relação direta da constituição do lugar ou dos lugares com as experiências humanas. Cada pessoa possui o seu lugar, o seu lugar de morar, de trabalhar, em suma, o seu lugar de viver. Para as famílias rurais, o lugar de morar e de trabalhar se configura na mesma unidade espacial, local de se reproduzir cotidianamente.

Tuan (1983), ao diferenciar espaço de lugar, afirma que:

Na experiência, o significado de espaço freqüentemente se confunde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato do que lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar. (TUAN, 1983, p. 6)

Fica claro, então, que um espaço deixa de ser espaço para se tornar um lugar, quando nos identificamos e conhecemos aquele espaço a ponto de o dotarmos de valor e significados, a partir das experiências vividas naquele espaço, ou seja, das experiências humanas que atribuem valores simbólicos ao espaço, transformando-o em lugar. Ainda, de acordo com Tuan (1983, p. 151): “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado.”

Buscando compreender a relação entre o tempo e o lugar, Tuan (1983) diz que a mesma é complexa e pode ser compreendida a partir de três abordagens. A primeira entende o tempo como um movimento ou fluxo, e o lugar como uma pausa na corrente temporal; a segunda, uma afeição pelo lugar como uma função de tempo e, por último, o lugar como tempo tornado visível, ou lugar como lembrança de tempos passados.

Ao fazer uma reflexão a partir destas abordagens para compreender como se manifesta a relação entre tempo e lugar, o autor explica:

Estar arraigado em um lugar é uma experiência diferente da de ter e cultivar um “sentido de lugar”. Uma comunidade realmente enraizada pode ter santuários e monumentos, mas é improvável que tenha museus e sociedades para preservar o passado. O esforço para evocar um sentimento pelo lugar e pelo passado freqüentemente é deliberado e consciente. Até onde o esforço é consciente, é a mente que trabalha, e a mente - se lhe permitimos exercer seu domínio imperial - anulará o

passado, transformando tudo em conhecimento presente. (TUAN, 1983, p. 219)

A partir do reconhecimento sobre a importância das relações entre tempo e lugar na constituição e definição deste último, passamos a discussão sobre o que definimos aqui como lugar de viver, especificamente de famílias agricultoras de um assentamento de reforma agrária.

Decidimos trabalhar com o lugar de viver de famílias assentadas por acreditar que este é um lugar peculiar de reprodução da vida, não só pelo contexto de luta pela terra, mas, principalmente, por sua condição de agricultores. O lugar de viver no espaço rural nos desperta interesse, pois é, ao mesmo tempo, lugar de trabalho e lugar de morar. É o lugar onde a família vive e trabalha unida, garantindo sua reprodução social, cultural, econômica e territorial. É, ainda, a partir do que Woortmann (1990) denomina como os elementos centrais da unidade camponesa, (terra, trabalho e família) que a construção do lugar de viver das famílias assentadas vai ser compreendida nesta pesquisa.

Martins (2009) enfatiza as peculiaridades do lugar de viver e trabalhar nos espaços rurais. Assim, conhecer essas especificidades acerca dos lugares de vida dos agricultores possibilita compreender a organização espacial a partir das relações entre sociedade e natureza ou entre os grupos sociais e o meio no qual estão inseridos.

Silva (2004), em seu estudo sobre assentamentos de reforma agrária, refere-se ao lugar trazendo como pressuposto o que Tuan (1980, p. 5) denominou como *Topofilia*, nas suas palavras é, “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. A autora explica:

O lugar define o pertencimento social, o enraizamento em um determinado território. Portanto, o território não diz respeito apenas ao espaço geográfico, físico, mas também ao espaço simbólico, que o envolve com significados da cultura e da vida social ali existente. Há uma simbiose entre a natureza e o humano, de tal forma que uma não existe sem o outro. A natureza é um prolongamento do humano, portanto, é o complemento indispensável a sua vida. (SILVA, 2004, p. 24-25)

Martins (2009), ao estudar o “lugar da morada” entre agricultores de um assentamento de reforma agrária no Estado do Rio Grande do Sul, conta que esses assentados se referiam a uma condição pré-existente naquele espaço onde se constituiria o assentamento. Quando chegaram havia “o nada”, que foi se

transformando a partir da apropriação daquele espaço pelas famílias, fazendo dele um lugar de viver. Martins explica:

A expressão “nada” representa mais do que supressões no plano material: carrega também significados de ordem simbólica, pois remete à falta de uma paisagem que lhes permita o sentido de pertencimento, uma paisagem construída ideologicamente, que lhes informa que elementos definem um lugar de viver. [...] A paisagem idealizada pelo assentado remete a seu local de origem, estando associada a uma ordem camponesa, em que a relação entre ser humano e natureza é perpassada pelas categorias terra, trabalho e família. (MARTINS, 2009, p. 92-93)

Fica claro, então, que o espaço do assentamento é transformado em lugar de viver das famílias assentadas, a partir dos elementos fundamentais que constituem a reprodução da família camponesa, baseadas nas categorias terra, trabalho e família.

Nesse sentido:

No contexto de reforma agrária, o camponês sem-terra constitui seu lugar em paralelo ao processo de construção de significados e laços afetivos, e o faz a partir da recriação de seus modos de vida combinados às condições da nova vida, em processo de reterritorialização sobre a terra conquistada. [...] Entre erros e acertos, os colonos vão redesenhando sua territorialidade, atravessada por sua condição camponesa. (MARTINS, 2009, p. 110)

A partir dos processos de identificação com o espaço em que vão viver é que os assentados da reforma agrária constituem o seu lugar de viver e de se reproduzir socialmente.

No assentamento 24 de novembro, universo empírico aqui estudado, podemos identificar uma peculiaridade na construção do lugar de viver. Inicialmente, esse lugar era o assentamento, onde todos viviam e produziam coletivamente, com o passar do tempo, o lugar de viver foi centralizado na constituição dos lotes individuais. Percebemos, então, nesse território, que o “lugar de viver-assentamento” e o “lugar de viver-lote”, carregam diferentes significados para as famílias e que, com o tempo, foram sendo transformados.

No entanto, a territorialidade camponesa manifestada no assentamento 24 de novembro pelas famílias que o compõem, a partir de suas trajetórias e histórias de vida repletas de significados, efetiva a construção do lugar de viver e do projeto de vida camponês. Pois, os indivíduos constituem suas identidades através da memória, retrospectivamente, e dos projetos, prospectivamente.

Isso ocorre na medida em que se toma a consciência da influência que essa trajetória pode ter na conduta adotada para a construção do novo território. Estes fatores que influenciam a conduta das pessoas estão inscritos em suas memórias e, ao acessá-las, é possível chegar a um rico arcabouço que permite formular uma análise e uma interpretação mais consistente da realidade presente. Para tanto, o resgate de suas memórias, são instrumentos valiosos no entendimento de como se constitui uma unidade territorial.

3. ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA

Os assentamentos de reforma agrária vêm, paulatinamente, ampliando seu território, em meio a um espaço rural marcado pela desigualdade social, representada pela concentração de terras, monoculturas e exploração de trabalhadores.

Nesse sentido, os assentamentos significam um primeiro passo na concretização da reforma agrária brasileira, tão sonhada por milhares de agricultores familiares sem-terra. Garantir o acesso à terra através dos assentamentos é uma maneira de tentar reverter o processo excludente de ocupação do território que se efetivou desde a colonização do país pelos europeus.

Dessa forma, por acreditarmos que os territórios dos assentamentos carregam diferentes histórias e trajetórias de vida, marcados pelo difícil, longo e penoso processo de luta pela terra, apresentamos neste capítulo uma breve discussão acerca dos assentamentos, interpretando-os como territórios de resistência camponesa. Territórios que trazem a resistência da luta dos sem-terra e a resistência de permanecer na terra enquanto agricultores familiares, buscando condições dignas de reprodução da vida e do trabalho camponês. Pois, um assentamento introduz no território novas formas, funções, estruturas e processos. Um território voltado à agricultura capitalista agroexportadora passa a ser transformado em um território voltado para a agricultura familiar.

A partir dessas premissas, apresentamos a seguir um debate pertinente sobre todo o processo de luta pela terra, mediada pela política de reforma agrária, até o momento em que trabalhadores sem-terra se efetivam como agricultores familiares, dando continuidade ao modo de vida camponesa, em seu lote conquistado.

3.1. A Reforma Agrária e a Territorialização Camponesa

A complexa questão agrária existente no Brasil apresenta-se como um entrave na busca por uma sociedade mais justa e democrática, para milhões de trabalhadores brasileiros. É a partir do processo histórico da organização do espaço agrário que encontramos a gênese dos muitos problemas enfrentados pela sociedade do nosso país, sejam eles urbanos ou rurais. Dessa forma, ao se estudar

a questão agrária está se trazendo à tona a discussão em torno do modelo agrário/agrícola implantado em nosso país, desde o período colonial, e os reflexos que ainda repercutem, atualmente, na vida dos brasileiros, fazendo emergir a necessidade de uma reforma agrária efetiva.

Com a intensa modernização da agricultura no Brasil, intensificada em meados dos anos 60, milhares de agricultores foram expulsos de suas terras buscando alternativas na cidade, a maioria delas frustradas, pois aumentaram o contingente de trabalhadores urbanos desempregados. Além do êxodo rural, muitos agricultores passaram a trabalhar como empregados em grandes propriedades patronais. Enfim, foram muitas as alternativas buscadas para a reprodução social desses agricultores afetados pela Revolução Verde.

Os agricultores excluídos pelo processo da modernização da agricultura, juntamente com demais agricultores que foram excluídos do acesso a terra pelo processo histórico de ocupação da mesma, atualmente, engrossam as fileiras dos trabalhadores sem-terra. Cabe ressaltar, ainda, que nas propriedades familiares, em que a quantidade de filhos é numerosa, a sucessão hereditária não permite absorver todo este contingente de agricultores, contribuindo, também, para elevar o número de trabalhadores rurais sem-terra.

Diante disso, caracteriza-se a questão agrária existente no Brasil, onde a pobreza rural se acentua, uma vez que os investimentos oriundos das políticas públicas de crédito restringem-se, na maioria das vezes, aos grandes proprietários e as lavouras empresariais, gerando um contingente de agricultores sem-terra lutando pela reforma agrária e pela justiça social no campo.

Ao se estudar e analisar a questão agrária brasileira o debate em torno da reforma agrária e do processo de luta pela terra se torna imprescindível e importante. Até porque a necessidade de reforma agrária e de políticas públicas voltadas ao espaço rural brasileiro é o grande entrave dessa questão agrária.

Diante da complexa questão agrária existente em nosso país e das desigualdades e injustiças efetivadas por ela no espaço rural brasileiro, movimentos de luta pela terra nascem, organizam-se e entram em cena buscando uma vida digna a milhares de trabalhadores rurais. É exatamente nesse contexto que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

O MST pode ser considerado como a concretização e formalização de uma série de movimentos de luta pela terra existente no Brasil, que decidiram ser

representados nacionalmente por um único movimento fortalecendo suas lutas. Apontamos ainda que as Ligas Camponesas³ foram o principal movimento que impulsiona a criação do MST. Oliveira explica que:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra representa no campo brasileiro um avanço em nível de organização nacional e da descoberta de novas formas de luta pela reconquista da terra. Não mais da terra como fonte individual do trabalho, mas como espaço para o exercício da relação de trabalho e produção sob o controle coletivo dos próprios trabalhadores. (OLIVEIRA, 2005, p. 86)

Percebemos a importância que o MST representa em âmbito nacional no processo de luta pela terra, e o quanto já contribuiu na luta pelo assentamento de muitas famílias sem-terra a partir da pressão política exercida frente ao estado.

O movimento é fundado no ano de 1984, em Cascavel (PR), com o primeiro Encontro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra que, junto com outros vários encontros e documentos elaborados em assembleias formadas por camponeses, consolidaram a luta em nível nacional. Eram centenas de trabalhadores rurais que decidiam fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela reforma agrária e pelas transformações sociais necessárias para o nosso país.

O MST tem sua história relacionada a alguns acampamentos organizados por famílias de trabalhadores rurais sem-terra no estado do Rio Grande do Sul, os quais ficaram marcados na história da luta pela terra do Brasil.

No ano de 1962, milhares de famílias acampam na Fazenda Sarandi, no município de Sarandi/RS, organizadas pelo MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-terra), que surge em 1958, influenciado pelo Partido dos Trabalhadores Brasileiros - PTB. O governador gaúcho, Leonel Brizola, desapropria a fazenda e assenta parte das famílias acampadas na propriedade. As famílias que não foram assentadas ocupam uma reserva indígena no município de Nonoai/RS. Após um período tenso entre indígenas e sem-terras, os primeiros conseguem expulsar os

³ As Ligas Camponesas representam um movimento de resistência camponesa; possui grande importância para os movimentos sociais do campo e deu origem e base a muitos deles. surge no estado de Pernambuco, especificamente no Engenho da Galiléia, uma propriedade que estava sob o arrendamento de mais de cem famílias, chamadas muitas vezes de foreiros. A luta desses camponeses surge, principalmente, a partir da insatisfação dos acordos entre os mesmos e o proprietário do engenho, que decidiu cobrar abusivamente pelo uso das terras. Apoiados pelo PCB esse movimento ganha força e se expande por todo o país.

sem-terra. Algumas dessas famílias são deslocadas para o estado do Mato Grosso, com apoio das políticas de colonização do Estado brasileiro. Entretanto, muitas delas decidem continuar a luta no Rio Grande do Sul, dando origem a outros acampamentos em municípios do norte do estado.

Diante dessa situação, dois grandes acampamentos foram organizados pelos agricultores sem-terra, na década de 1980. O primeiro acampamento, com 1500 famílias, ocorreu na Fazenda Annoni, também no município de Sarandi, formado por todas as famílias citadas anteriormente que não conseguiram ser assentadas e por demais trabalhadores sem-terra. A intenção do Movimento era ocupar a fazenda para acelerar as decisões do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA no que dizia respeito à desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária, esse processo levou cerca de 12 anos até o assentamento de parte das famílias que estavam acampadas no local.

O segundo grande acampamento ocorrido na década de 1980 efetiva-se num local chamado Encruzilhada Natalino, próximo aos municípios de Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo. Formado por famílias que não tinham sido assentadas em lutas anteriores e por demais parceiros, meeiros, assalariados e filhos de pequenos agricultores. A igreja católica apoiou os acampados e o movimento ganhou força e organização. Após anos de resistência e embates com a polícia e o exército, a fazenda foi desapropriada e as famílias de agricultores sem-terra foram assentadas.

A reforma agrária do MST envolve uma luta mais ampla do que a imediata posse da terra. Morissawa (2001) apresenta os objetivos da Reforma Agrária no projeto de luta do movimento, são eles: trabalho para todos, garantindo a distribuição de renda; produção de alimentação farta e barata à população brasileira, gerando segurança alimentar; garantir o bem-estar social e a melhoria das condições de vida de toda a população brasileira; buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais, culturais e espirituais; preservar e recuperar os recursos naturais, como o solo, a água e as florestas, pensando sempre em um desenvolvimento sustentável; contribuir para a participação da mulher na sociedade, bem como o acesso a seus direitos; difundir valores humanistas.

Desde sua fundação, o Movimento Sem-terra se organiza em torno de duas reivindicações principais: o acesso à terra e a formação de uma sociedade mais justa, isso exige um projeto mais abrangente de reforma agrária. O MST participa de

articulações e organizações que buscam transformar a realidade e garantir direitos sociais. Nacionalmente, participam do Fórum Nacional da Reforma Agrária, da Coordenação dos Movimentos Sociais e de campanhas permanentes ou conjunturais. Internacionalmente, é parte da Via Campesina, que congrega os movimentos sociais do campo dos cinco continentes.

Entre as diversas formas de luta e resistência realizadas pelo MST destacam-se os acampamentos, as ocupações, as marchas e as manifestações realizadas muitas vezes em órgãos como INCRA e Ministério do Desenvolvimento Agrário, entre outros órgãos e instituições que possuem ligação com a implantação da reforma agrária. Sobre os acampamentos, Fernandes salienta que:

O acampamento é lugar de mobilização constante. Além de espaço de luta e resistência, é também espaço interativo e espaço comunicativo. Essas três dimensões do espaço de socialização política desenvolvem-se no acampamento em diferentes situações. No início do processo de formação do MST, na década de 1980, em diferentes experiências de acampamentos, as famílias partiam para a ocupação somente depois de meses de preparação nos trabalhos de base. (FERNANDES, 2001, p. 77)

Diante disso, podemos considerar os acampamentos como uma das principais formas de manifestação e pressão dos agricultores sem-terra perante o estado e a sociedade em geral. O acampamento representa um espaço importante para os agricultores que estão inseridos na luta pela terra, como explicam Santi e Menasche:

O acampamento é percebido, simultaneamente, como tempo de espera e *espaço* de passagem para a nova condição de vida, marcada por um porvir representado pelo sonho de ter terra. A condição provisória faz que o acampamento represente um *espaço* ambíguo, liminar, em que os colonos não estão nem no *lugar* de origem, nem no novo *lugar*. (SANTI & MENASCHE, 2010, p. 6)

Após o período de acampamento e da condição de agricultores sem-terra, na medida em que são assentados os trabalhadores rurais sem-terra passam por um processo de reterritorialização, conforme afirmam Buth e Corrêa (2006). Essa reterritorialização prevê a construção de um novo território, formado por sujeitos com diferentes origens e trajetórias de vida, enfim, a diversidade cultural configura um assentamento a partir da heterogeneidade, rumo a um projeto coletivo em busca do desenvolvimento territorial.

Analisando as diferenças de comportamento na fase de acampamento e de assentamento, entende-se que é possível compreender este fenômeno a partir da teoria do conflito de Simmel (1993). Quando os sem-terra estão no acampamento existe um espírito de colaboração e de identidade, resultado da luta por um objetivo comum e, para tanto, se faz necessário o máximo de coesão para enfrentar o “inimigo” e vencer a batalha. É uma fase de ocupação de terra, de conflitos tanto com o poder público quanto com os proprietários da terra. Trata-se de uma batalha dura, onde o enfrentamento é difícil e violento. Esses fatores são elementos que aglutinam, dão uma mesma identidade e coesão social para o grupo em luta.

Já no momento do assentamento, quando uma nova organização social começa a se estruturar, os embates externos diminuem em virtude da conquista do principal objetivo comum já estar consolidada: a conquista da terra. Chegam os tempos de “paz” e, nesse momento, as diferenças internas afloram e os “antagonismos” e as “dissensões” tomam lugar novamente entre o grupo que está em processo de socialização. A coesão vai se fazer presente, novamente, no enfrentamento com a sociedade envolvente, na medida em que precisarem acessar algum serviço público.

Simmel (1993) define o conflito partindo de sua visão dualista da sociedade, ou seja, é uma forma de associação que combina a “harmonia e a discórdia”, o “conflito e o consenso”. Ele vê o conflito como uma forma importante de interação humana e que visa à socialização dos sujeitos, pois, toda associação contém um elemento de conflito. O mesmo autor, também, ressalta que quando a oposição se torna muito frequente, tem menos valor na consolidação de vínculos, pois, os períodos de coesão são menores. Mesmo assim, ainda tem sua utilidade na conservação do “vínculo social”.

Ainda sobre processos de sociabilidade, Martins (2008) demonstra que no dia-a-dia das relações humanas, o homem é capaz de promover rupturas e também reconstruções nas suas relações cotidianas. Isso se deve a sua habilidade em reinventar significado para os fatos quando em estado de “anomia” e “conflito”. Com isso conseguindo “remendar as fraturas da situação social”. O que se manifesta no cotidiano de famílias assentadas que vivenciam situações complexas enquanto sujeitos do processo de reforma agrária.

Nesse sentido, Martins (2003) ressalta que:

É inevitável, portanto, numa avaliação de um programa de reforma agrária, examinar tensões e contradições que nela ocorrem. É necessário compreender desencontros que, tanto nas agências externas, interferem de vários modos no programa, dificultando a reforma, tornando-a intervenção de efeitos sociais lentos e nem sempre produzindo todos os resultados esperados. (MARTINS, 2003, p. 80).

Diante disso, o autor ressalta que na compreensão do processo de reforma agrária é extremamente necessário que se leve em conta os sujeitos em que nela estão inseridos e, suas formas de sociabilidade, muitas vezes permeadas por tensões e contradições, mas, que fazem parte do cotidiano daqueles sujeitos. Ao levar em consideração os conflitos prováveis, tomamos consciência de que os ideais que se almejam a um assentamento de reforma agrária nem sempre serão manifestados.

Martins complementa a discussão afirmando que: “Qualquer falha de funcionamento, qualquer desconexão nos relacionamentos, qualquer supressão de elo nas relações faz com que o vazio se abra e os mecanismos de socialização para situações sociais duradouras deixem de operar.” (MARTINS, 2003, p. 83)

Entretanto, diferente do que se possa pensar, as manifestações de conflitos internos e externos ao assentamento não são necessariamente negativas. Se for dimensionado em sua devida função, tanto por parte dos agentes que trabalham com os assentados, quanto pelos próprios assentados, o conflito poderá se constituir em um momento de superação das dificuldades, pois é na convivência que as relações humanas vão se aprimorando e se fortalecendo.

Nesse sentido, a intenção do conflito é resolver as tensões entre os antagônicos em busca da coesão social e da solidificação dos laços sociais, rumo à unidade junto à diversidade e ao desenvolvimento integral do assentamento.

Compreendemos, então, que as territorialidades construídas no assentamento podem caminhar rumo ao desenvolvimento territorial, pois territorializados no assentamento, em meio à diversidade cultural, étnica e social, entendemos ser importante construir relações coletivas que vise à consolidação dos projetos individuais dentro do próprio assentamento. E, toda essa diversidade pode ser potencializada positivamente, ou seja, não permitindo que diferenças causem restrições ao desenvolvimento a partir do reconhecimento de que o assentamento é o *lócus* de construção de uma vida mais justa e igualitária no campo e a

possibilidade de reprodução social do modo de vida camponês e da organização socioespacial da agricultura familiar.

Consideramos que o assentamento é uma forma de reorganização espacial no campo brasileiro, que historicamente foi marcado pela presença da grande propriedade da terra. Reconstituir no sentido de dar oportunidade do acesso à terra a quem foi excluído pelas condições históricas vividas no espaço rural, possibilitando a consolidação da agricultura voltada à lógica familiar e à produção de alimentos para o mercado interno.

Cabe ressaltar, que o assentamento não resolve de imediato o problema da questão agrária brasileira e da desigualdade social no campo, já que outras premissas precisam ser levadas em conta, como a permanência e a capacidade de reprodução desse agricultor na terra. Sendo assim, o assentamento se constitui em um primeiro passo dado para a realização da reforma agrária brasileira e ao desenvolvimento territorial.

É importante salientar que todos esses processos de luta pela terra e de permanência nela, buscando a garantia da reprodução social enquanto agricultores familiares se dá em função do modo de vida que manifestam os trabalhadores rurais sem-terra. E a busca incessante do seu pedaço de terra acontece pela vontade de reconstituírem suas vidas enquanto agricultores familiares camponeses, reproduzindo então o que chamamos de modo de vida camponês, reproduzido nos assentamentos de reforma agrária de todo o país.

3.2. Modo de vida camponês: O cotidiano de famílias assentadas

Em uma pesquisa que pretende dizer do lugar de viver de sujeitos que compõem um assentamento de reforma agrária, assim como qualquer outro estudo que seja feito nesse mesmo espaço, requer um breve entendimento do universo que está inserido um assentamento, ou seja, compreender num sentido geral o que é um assentamento de reforma agrária, quais as diferenças e as semelhanças com demais grupos sociais que vivem no espaço rural.

Embora consideremos aqui o assentamento um espaço peculiar, onde as diferentes trajetórias e histórias de vida das famílias vão compor um grupo particular, esses grupos ainda assim continuam a reproduzir um modo de vida camponês baseado numa organização socioprodutiva familiar, ou seja, elementos de suma

importância, como terra, trabalho e família, num assentamento de reforma agrária terão a mesma relevância, uma vez que a busca pela terra é a busca pela reprodução social camponesa.

Na família camponesa o mais importante é a reprodução social da família enquanto agricultores, mantendo os saberes e as práticas tradicionais desenvolvidas pela família em cada geração. Isso vai de encontro à agricultura capitalista que vê essa atividade mera e simplesmente como um negócio, uma atividade lucrativa.

Para Pessoa (1997, p. 44) “[...] o mundo camponês é, de forma ambivalente, um mundo de ação e significação, de fatos e de sentidos, de produção material e de produção simbólica.”

Segundo Wanderley (2009):

Uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um “território” familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. Paradoxalmente, a perseguição deste objetivo supõe muito freqüentemente, a extrema mobilidade do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamentos espaciais. (WANDERLEY, 2009, p. 173)

Sendo assim, a autora representa um arcabouço teórico de suma importância para essa pesquisa, que pretende compreender a constituição desse “território familiar”, ou, aqui definido como o lugar de viver, num assentamento de reforma agrária composto por sujeitos que foram submetidos a migrações em busca do acesso a terra, da retomada da vida como agricultores.

Acreditamos que os territórios (re)organizados pela reforma agrária, com a criação dos assentamentos, dão origem a espaços singulares de reprodução do modo de vida camponês. Embora vivam como os outros agricultores, que não assentados, e mantenham os elementos basilares (terra, trabalho e família) na organização espacial, o contexto de luta pela terra em que estão inseridos e as experiências pelas quais passaram em função disso, fazem com que os assentamentos de reforma agrária se transformem em territórios de resistência não só ideológica, mas, sobretudo, territorial frente à complexa e desigual questão agrária brasileira.

Diante disso, apresentamos aqui uma breve discussão acerca do modo de vida camponês reproduzido nos assentamentos pelas famílias que o compõem, e,

ainda, a dinâmica cotidiana dos assentados, a partir de suas trajetórias e histórias de vida desenhadas na luta pela terra.

O mundo camponês sofreu profundas mudanças ao longo dos anos, com a crescente industrialização e a modernização da agricultura, transformando os agricultores em meros produtores de matéria-prima para as indústrias, e, ainda, ocasionando o êxodo rural com a implantação de lavouras mecanizadas e do uso de insumos químicos. No entanto, a lógica camponesa não se modifica totalmente, embora estando o agricultor vinculado à indústria, ele, de alguma forma, continua a produzir e cultivar a terra como lhe foi passado pelos seus antepassados. Nesse sentido, Woortmann (1990, p. 23) explica que: “Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família.” É a partir dessas premissas que se concretiza o modo de vida camponês.

A terra, o trabalho e a família, categorias mencionadas por Woortmann (1990) são as categorias que compõem e direcionam o universo camponês, ou seja, é a partir da importância que tem a terra, o trabalho e a família que a unidade camponesa se desenvolve e se reproduz. Nesse sentido, esse trabalho se dá a partir do entendimento destas categorias. Para isso, buscamos compreender cada uma delas.

A terra, além de sua importância material, de ser o espaço em que se desenvolverá a agricultura, possui uma importância simbólica, não menos importante. A terra nas unidades camponesas é, ao mesmo tempo, terra de trabalho, terra de morar, de lazer e etc. É onde se desenvolve toda a dinâmica e a lógica camponesa. De acordo com Woortmann:

[...] não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como uma expressão de uma moralidade: não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria. (WOORTMANN, 1990, p. 12)

Diante disso, entendemos o significado da terra para a constituição da unidade camponesa. O apego à mesma é tão forte no modo de vida camponês que, os agricultores sem-terra, por exemplo, mesmo no processo de luta pela terra, em

fase de acampamentos e de futuro incerto, onde não possuindo sua terra não se desenvolvem plenamente como agricultores, continuam a manter esta forte relação com a terra, seja com a que um dia nasceram e cresceram, ou com a terra que pretendem conquistar no futuro. Tão relevante é a terra para essas pessoas que travam lutas diárias na conquista da mesma, na esperança de retomar a terra que um dia lhes foi tirada.

Juntamente com a terra, a família representa importância no mundo camponês, é ela que garante a coesão da unidade, que mantém o projeto de continuidade da agricultura familiar e camponesa. É a família que desenvolve o trabalho camponês na terra, no patrimônio da família, e essas são características específicas do modo de vida camponês. Assim, no assentamento “a família se reestrutura para um novo enfrentamento: o de permanecer na terra e dela retirar os frutos para sua reprodução”. (BERGAMASCO, 1996, p.90)

O trabalho no universo camponês possui suas peculiaridades, é desenvolvido pela família, diferenciando-se do trabalho assalariado, presente na agricultura patronal. O trabalho assalariado na agricultura familiar acontece, ocasionalmente, nos períodos de safra, onde a demanda de trabalho se acentua, ou, ainda, quando a família é pequena com número de filhos reduzido, e a mão-de-obra familiar não é suficiente para desenvolver o trabalho. Nesse caso, podemos verificar a presença de um trabalhador assalariado, que complementa o trabalho familiar.

O trabalho, no cotidiano camponês não possui uma característica de acumulação, mas de garantia da sobrevivência e manutenção do patrimônio da família. Woortmann (1990, p. 62) explica que: “O trabalho é, ainda, aquilo que transforma a terra de Deus em patrimônio da família.”

Evidenciado a particularidade do trabalho camponês, o mesmo autor complementa: “[...] o camponês não trabalha, ele labuta.” (WOORTMANN, 1990, p. 21)

Na discussão sobre a constituição histórica e permanência do campesinato vem à tona o atual conceito de agricultura familiar⁴. Alguns autores acreditam que a

⁴ Camponês e agricultor familiar são termos utilizados neste trabalho de forma similar e indissociável, a fim de enfatizar a existência de um campesinato na contemporaneidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, a categoria analítica adotada – agricultura familiar camponesa- expressa o reconhecimento da permanência de “lógicas camponesas” que estão combinadas a uma diversidade de estratégias socioprodutivas de caráter familiar na agricultura. Lógicas de resistência e estratégias de reprodução social que combinam produção mercantil com produção para o autoconsumo, e cujos resultados estão voltados para a construção/reprodução do patrimônio familiar.

primeira categoria foi suprimida historicamente pela segunda, na medida em que o campesinato passou a se relacionar mais intensamente com os mercados urbano-industriais, perdendo assim, paulatinamente, a sua condição de agricultor de subsistência com relativa autonomia, para um produtor e consumidor de mercadorias, consolidando sua dependência externa.

Entretanto, pensamos que não foi isso exatamente que aconteceu. Muito embora o agricultor esteja cada dia mais integrado ao mercado e hábitos e práticas tenham mudado, assim como, as formas de produzir. Isso não destrói completamente o saber camponês e os modos de vida passados de geração a geração, muito do passado continua presente no cotidiano dos agricultores familiares. Diante disso, Wanderley (2009) apresenta as diversas formas que a agricultura familiar adquire nas sociedades modernas, pode-se dizer que, de certa forma, o campesinato permanece e a herança do passado está sempre viva, num processo de continuidade, mesmo que latente.

A agricultura familiar vem sendo considerada como um conceito novo, o agricultor familiar seria então um novo personagem no espaço rural, e ainda, estaria longe da reprodução daquele camponês tradicional, uma vez que está submetido ao mercado e à sociedade. No entanto, podemos dizer que a agricultura familiar é uma categoria genérica, pois ela associa família-produção-trabalho, e essa é uma importante característica da mesma e a partir disso vai agir econômica e socialmente.

De acordo com Wanderley (2009), é possível identificar alguns traços característicos da agricultura familiar e camponesa, a saber: o sistema de policultura-pecuária; o horizonte das gerações; as sociedades de interconhecimento e a autonomia relativa das sociedades rurais e, ainda, as agriculturas camponesas, de subsistência e a pequena agricultura e no que se diferenciam. A agricultura camponesa incorpora a agricultura de subsistência e a pequena agricultura, mas, além disso, outras premissas são importantes, como os modos de vida, a sociabilidade, o saber-fazer, entre outros.

Wanderley (2009) vai nas raízes históricas do campesinato para compreender então o campesinato no Brasil, que se constituiu de forma específica em relação ao campesinato clássico europeu. Para a autora, no Brasil, a grande propriedade sempre foi dominante e a agricultura familiar ocupou desde sempre um lugar subalterno na sociedade, se constituindo em um setor bloqueado. O acesso à terra

sempre foi um entrave para a reprodução camponesa no Brasil, dessa forma, sempre estiveram em busca de uma terra para a família, dando origem a uma intensa mobilidade espacial. Diante disso, o campesinato enfrenta aqui as fragilidades e precariedades do sistema de produção, onde a instabilidade pode comprometer a autonomia desses agricultores.

Corroboramos, então, com as ideias de Wanderley, onde a autora defende que o agricultor familiar está sim inserido no mercado e dependente do mesmo, mas suas origens, suas práticas, o saber-fazer, o modo de vida estão vinculados ao camponês tradicional que existe dentro de cada um desses agricultores familiares, e nesse contexto, a família é um fator importante. O agricultor familiar é portador de uma tradição e, ainda, possui uma capacidade de resistência aos novos contextos econômicos e sociais, mesmo inserido neles. Por isso então, entre essas duas categorias sociais, é possível identificar pontos de ruptura e elementos de continuidade. Diante disso, tratamos nesse trabalho de uma agricultura familiar camponesa, à luz das transformações atuais de uma sociedade moderna, mas que mantém saberes, tradições e um modo de vida peculiar.

Nesse sentido, a compreensão do conceito de *habitus*, de Bourdieu (2007) é bastante pertinente enfatizando que as transformações ocorridas na agricultura familiar, para que a mesma continuasse a se reproduzir, não produziu uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores.

Bourdieu (2007) se utiliza do conceito de *habitus* para explicar essa relação entre ruptura e continuidade dos sujeitos, nesse caso, agricultores familiares camponeses. O *habitus* enquanto um “sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas [...] tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas.” (BOURDIEU, 2007, p. 201-202).

Dessa forma, de acordo com Sant’Ana (2011):

O conceito de *habitus* é particularmente adequado para se pensar as estratégias dos produtores familiares, pois estas tendem a ser edificadas com base em uma tradição bastante forte e se constituem em reações, alternativas, ou adaptações referentes a alguma restrição imposta pelas condições objetivas de trabalho e de vida. (SANT’ANA, 2011, p. 291)

Então, mantendo as práticas e os saberes tradicionais os agricultores familiares vão (re)inventando o cotidiano e buscando estratégias de reprodução. Pois, ainda segundo Sant'Ana (2011):

As estratégias estão fundamentadas em um habitus, mas também envolvem projetos, e estes estão em permanente construção, em constante adaptação às condições e possibilidades do campo e ao próprio habitus e experiências dos sujeitos. As estratégias são processos, construções que nunca atingem uma forma definitiva, são fluídas e não estruturas rígidas, pré-concebidas. (SANT'ANA, 2011, p. 292)

Ressaltando a importância da agricultura familiar camponesa, Wanderley (2009) afirma que nos últimos anos, a mesma vem ganhando maior representatividade e reconhecimento pela sociedade em geral. Sabemos que a agricultura familiar é capaz de produzir uma diversidade de organizações espaciais, baseadas nas formas de ocupação do território, das tradições e das identidades (re)territorializadas.

A agricultura familiar é responsável por grande parte do abastecimento de alimentos do país, e, mais além, a partir de seus modos de vida e da relação que estabelecem com a terra e o espaço em que vivem, são capazes de garantir a conservação do patrimônio natural e das manifestações culturais.

Os assentamentos de reforma agrária são considerados como territórios de resistência camponesa por serem espaços onde trabalhadores rurais lutam cotidianamente para que a agricultura familiar camponesa possa permanecer no contexto socioprodutivo do agro-brasileiro, a despeito da crescente expansão da agricultura capitalista.

Os assentamentos rurais são constituídos por agricultores familiares camponeses que foram excluídos do acesso à terra, e encontraram nesses territórios a oportunidade de retomarem seus projetos de vida no campo. Sejam agricultores familiares, trabalhadores rurais ou migrantes urbanos, estes últimos frutos do êxodo rural. No assentamento esses grupos organizam novamente o seu trabalho sobre a terra e com sua família, construindo um lugar de viver e de se reproduzir enquanto camponeses.

Diante disso, os assentamentos são o resultado de uma luta histórica de trabalhadores rurais diante da concentração fundiária e da desigualdade social no espaço rural brasileiro, responsáveis pelas origens da complexa questão agrária

existente ainda em nosso país. A criação de um assentamento é um importante passo para que haja uma efetiva reforma agrária no Brasil, entretanto, em alguns casos os assentamentos estão mais próximos de uma reforma fundiária do que de uma reforma agrária propriamente dita, pois a permanência do agricultor no campo vem sendo relegada a um segundo plano, o que compromete muitas vezes o desenvolvimento desses assentamentos.

Compreendendo, então, os assentamentos como elemento de um processo histórico de luta pela terra, Pessoa (1997) ressalta:

Um assentamento não pode ser estudado numa perspectiva cotidiana pura e simples, numa espécie de corte transversal. Esta perspectiva é de suma importância, desde que combinada com uma trajetória histórica mais ampla, seja dos indivíduos e grupos domésticos, seja da própria sociedade brasileira ou regional. Ou, dito de outra forma, há que se considerar as condições históricas e sociais que possibilitaram ou suscitaram a emergência das ocupações, acampamentos e assentamentos. (PESSOA, 1997, p. 13)

As condições históricas que deram origem aos trabalhadores sem-terra que compõem as diversas formas de luta pela terra, fizeram surgir um novo homem, o sujeito da reforma agrária. Esses sujeitos trazem em suas histórias e trajetórias de vida as marcas de um processo desigual de acesso à terra. De acordo com Silva:

Trata-se de indivíduos que possuem um modo de vida próprio, que pressupõe, além de uma relação estreita com a natureza - como condição básica para a garantia da sobrevivência - , um conjunto de representações pautado em crenças, simbolismos e conhecimentos advindos do mundo natural. (SILVA, 2004, p. 44)

A autora ainda afirma que esses indivíduos que compõem a luta pela terra possuem particularidades históricas que precisam ser levadas em consideração no reconhecimento e entendimento de suas visões de mundo:

Estas particularidades referem-se à relação estreita com a natureza, advindo daí várias culturas – cabocla, caipira, caçara, gaúcha – segundo a localização geográfica. A itinerância, que caracteriza suas trajetórias, não demoliu totalmente os traços culturais do modo de vida de antes. A simbiose homem/natureza não é produzida somente por meio do conhecimento, do saber que o homem detém sobre a natureza, mas também pelo respeito e até mesmo pela divinização – manifesta por meio de festas religiosas, rezas e promessas na época das colheitas. (SILVA, 2004, p. 67)

A partir destes sujeitos da reforma agrária, vão sendo (re)construídas nos assentamentos identidades e territorialidades, pois, de acordo com David (2008, p. 18) “Os assentamentos rurais, e, portanto a agricultura familiar vão desenvolvendo uma nova territorialidade assinalada pela revalorização do espaço rural”.

O autor complementa:

A criação de assentamentos, com a geração de novos postos de trabalho, em atividades agrícola e não-agrícolas, promove a reorganização do espaço agrário e propicia condições de desenvolvimento rural e melhoria das condições de vida da população. (DAVID, 2008, p. 17)

A reorganização do espaço agrário, de que fala David (2008), é manifestada pela diversidade de estratégias de reprodução social e territorial da agricultura familiar camponesa. De acordo com o autor:

Os sistemas de produção agrícola desenvolvidos nos assentamentos rurais apresentam uma heterogeneidade de características. As atividades são diversificadas e sua finalidade principal é prover a subsistência. Há também uma produção comercial, que associada aos excedentes da produção de subsistência destina-se ao mercado regional. (DAVID, 2008, p. 26-27)

Como já mencionado, a grande maioria dos agricultores familiares camponeses tem como prioridade o abastecimento alimentar da própria família, onde a produção para o autoconsumo ocupa uma posição de centralidade no autoprovisionamento das famílias assentadas. Os agricultores sem-terra, no processo de luta pela terra, passam por situações muito difíceis e de sérias restrições no que diz respeito a prover a própria alimentação e quando conseguem garantir o acesso à terra, a produção para o autoconsumo é um dos primeiros objetivos na organização do lote.

Diante disso, as famílias assentadas vão aos poucos fazendo do lote e do território do assentamento o seu lugar de viver, desencadeando importantes transformações espaciais, tanto no interior do assentamento quanto no contexto externo no qual estão inseridos. Pois, de acordo com David (2008):

Apesar de suas restrições, o implante dos assentamentos na região tem germinado diferentes formas de agricultura familiar, que, por sua vez, tem gerado um quadro de dinamização no campo capaz de aumentar não apenas a produção de alimentos e matérias-primas, mas, além disso,

ampliar a oferta de serviços, expandir a infra-estrutura de estradas, energia e comunicações, intensificar as trocas comerciais e, com isso, promover o desenvolvimento socioeconômico da região onde estão inseridos. (DAVID, 2008, p. 35)

A criação de assentamentos potencializa tanto o desenvolvimento rural, quanto o desenvolvimento territorial em diversas escalas, do local ao nacional. No entanto, é preciso que sejam garantidas políticas públicas que possibilitem a reprodução da agricultura familiar camponesa, tanto nos assentamentos de reforma agrária quanto nos demais espaços rurais ocupados por esta categoria social.

4. A PRODUÇÃO PARA O AUTOCONSUMO E A MERCANTILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A discussão aqui apresentada pretende abarcar as relações existentes entre a construção do lugar de viver de famílias assentadas e a produção de alimentos desenvolvida por essas famílias.

Partimos do pressuposto de que existem, simultaneamente, no território do assentamento, a produção destinada ao consumo familiar e a produção destinada à comercialização, que possuem características particulares e, por vezes, distintas entre elas. Ou seja, os cultivos que servem para o autoconsumo, tanto podem representar o excedente da produção para comercialização, quanto podem ocupar um espaço exclusivo para sua produção e, ainda, serem cultivados exclusivamente para o consumo familiar. Ou seja, podemos identificar em um lote os espaços do autoconsumo e os espaços da comercialização, como também, os produtos do autoconsumo e os produtos destinados à comercialização, e os que se enquadram nas duas categorias.

É importante ressaltar uma discussão que vem sendo trazida por diversos pesquisadores e que se mostra pertinente também no assentamento estudado. Diz respeito, basicamente, ao fato dos espaços da produção para comercialização estar tomando o lugar dos espaços destinados ao autoconsumo. Isso quer dizer que muitos agricultores estão deixando de plantar produtos alimentícios para abastecimento familiar e se dedicando quase que exclusivamente aos cultivos que serão comercializados. O cultivo de fumo é um exemplo disso, por exigir muito trabalho do agricultor, o mesmo deixa de produzir para o seu consumo para se dedicar a produção do fumo, que será comercializada.

A partir dessas premissas é que pretendemos desenvolver esta discussão, aliada à segurança alimentar das famílias presente na questão da produção para o autoconsumo e da mercantilização da produção de alimentos.

4.1. A produção de alimentos e as relações com o mercado

Acreditamos que na construção do lugar de viver de famílias assentadas e, conseqüentemente, na reprodução dos modos de vida camponeses, a produção de alimentos e a produção para o autoconsumo ganham importância. Quando

conseguem dar início à produção, seja ela para o autoconsumo, ou para comercialização, o lugar de viver já está sendo consolidado. De acordo com Wanderley (2009, p. 172): “É natural que, dispondo de meios de produção, mesmo que em condições precárias e insuficientes, o camponês procure assegurar o consumo alimentar da família.”

Quando falamos em produção de alimentos entre agricultores familiares camponeses, vem à tona a discussão sobre a transformação desse alimento em comida, manifestando a cultura de determinadas comunidades. Essa temática vem sendo estudada pela antropologia da alimentação e por seus respectivos autores, que nos darão aqui uma importante base teórica. Diante disso, apresentamos uma breve discussão sobre o assunto.

Sobre a antropologia da alimentação, Woortmann (2007) contribui:

Pode-se afirmar que, desde o início do pensar antropológico, os atos de conseguir o alimento, preparar a comida e comer, assim como os alimentos indicados para o consumo e os interditos, o seu contexto, foram objeto de observação e análise. Numa perspectiva geertziana, o esforço realizado é no sentido de revelar os significados, etnoclassificações formuladas pelos sujeitos das ações e pelos grupos. Contudo, diferentemente de temas como o parentesco ou religião, por exemplo, a comida até recentemente ocupou um papel secundário nos estudos antropológicos. Somente nas últimas décadas é que se configura o que se define como uma Antropologia da Alimentação. (WOORTMANN, 2007, p. 177)

Assim, as discussões relacionadas à alimentação e à comida conformam uma das dimensões presentes nas relações entre a natureza e a cultura. Maciel (2005) complementa explicando:

Na alimentação humana, natureza e cultura se encontram, pois se comer é uma necessidade vital, o quê, quando e com quem comer são aspectos que fazem parte de um sistema que implica atribuição de significados ao ato alimentar. Como imperativo de sobrevivência, ao “comer para viver”, pois os homens necessitam sobreviver (e, para isso, alimentar-se), eles sobrevivem de maneira particular, culturalmente forjada e culturalmente marcada. Ou seja, os homens criam “maneiras de viver” diferentes, o que resulta em uma grande diversidade cultural. (MACIEL, 2005, p. 49)

Pensando na alimentação como um ato indispensável à vida humana, como uma necessidade vital e, percebendo o quanto está ligada aos diferentes modos de alimentar-se, fica evidentemente claro que a discussão sobre práticas e hábitos alimentares perpassa as questões ligadas à natureza e à cultura. Somos o que

comemos, e o que comemos está carregado de significados que dizem respeito às culturas e aos modos de vida.

A antropologia da alimentação pensa o tema da comida com um olhar que percebe todos os sentidos e símbolos que carregam o ato de comer. Por ser um ato que provém de uma necessidade biológica e nutricional, torna-se banal em nosso cotidiano, fazendo com que muitas vezes não consigamos perceber todos os significados que estão presentes nos espaços da produção e do consumo das famílias camponesas.

O campesinato e o mundo camponês possuem como um dos elementos fundantes as práticas agrícolas e, os consequentes hábitos alimentares. Esse modo de viver é movido por uma lógica específica, que chamamos de lógica camponesa, onde os valores materiais e simbólicos são estabelecidos a partir da terra, do trabalho e da família. Assim, o lugar de produzir é também o lugar de trabalho e o lugar de morada da família. Desse modo, os camponeses também possuem uma maneira diferente de entender o alimento e a comida, diferente daquela lógica capitalista e de um modelo de vida ocidental imposto pela sociedade moderna.

Um dos fatores que levam os agricultores camponeses a possuírem uma relação mais íntima com o alimento é o fato de que eles mesmos produzem a maior parte do que comem, isto é, a partir do trabalho da família sobre a terra que provê os alimentos que abastecerão as necessidades do grupo doméstico. Existe aí uma relação mais íntima e mais próxima com a alimentação, diferente daquela de moradores urbanos, por exemplo, que, muitas vezes, desconhecem a origem do que comem, ocasionando o fenômeno social de ansiedade urbana em relação à comida. Nesse caso, o alimento é transformado em mercadoria, seja *in natura* ou industrializado, estabelecendo uma distância entre os consumidores e produtores e ocasionando, por vezes, a ansiedade diante do desconhecido.

Menasche (2010, p.202) afirma que: “[...] a ideia da presença do desconhecido na comida é apontada como constitutiva de uma ansiedade urbana contemporânea em relação à alimentação.”

A autora explica que, ao desconhecer um alimento e os processos de produção e fabricação que estão atribuídos a ele, o ser humano se vê diante do desconhecido, ocasionando uma ansiedade, particular das sociedades urbanas, onde a alimentação também está inserida em grandes indústrias, lançando a cada dia, no mercado, novos produtos, visando à praticidade nas refeições e gerando cada vez

mais lucro para as empresas. Menasche (2010) ressalta que os sujeitos possuem uma necessidade vital de identificação com os alimentos, ocasionando, portanto, uma ansiedade que é gerada a partir do distanciamento em relação à comida.

Por outro lado, o agricultor está próximo dos alimentos, está totalmente envolvido na produção, ele conhece o que produz e o que come, e o faz com dedicação. É nisso que consiste a produção para o autoconsumo, dedicar-se a produzir alimentos bons e saudáveis para o consumo da família, transformando-o em comida a partir de sua cultura e modos de vida.

A partir desse processo, onde o alimento produzido pelo agricultor familiar é transformado em comida pelo saber-fazer camponês, é que é possível compreender e dizer da vida desses agricultores a partir da alimentação. Ainda, a comida e o autoconsumo estão diretamente relacionados aos modos de vida das comunidades rurais, mesmo em um contexto de mudanças, como a modernização da agricultura.

Ainda, segundo Wanderley (2009, p. 172): “Esta dupla preocupação – a integração ao mercado e a garantia do consumo – é fundamental para a constituição do que estamos aqui chamando de ‘patrimônio sócio-cultural’, do campesinato brasileiro.”

Não só em grupos de camponeses que se podem conhecer as culturas e os modos de viver a partir das práticas alimentares, mas, é possível conhecer e compreender qualquer grupo social a partir da relação que estes mantêm com a comida. Cada cultura possui seu modo próprio de comer, de escolher o que comer, quando, como e com quem comer e, em função disso, manifestam os seus modos de viver, percebendo qual a relação que cada cultura possui com a comida é possível dizer do cotidiano desses grupos e compreender quais as dinâmicas que os movem.

Em experiências vividas junto aos agricultores é possível perceber essa relação que possuem com o alimento e a comida. Por mais inseridos ao mercado que estejam esses agricultores, sempre existirá, mesmo que mínima, uma produção destinada ao consumo da família, como o pomar de frutas, a horta doméstica, a criação de galinhas caipiras e suínos que irão se destinar ao abastecimento familiar de alimentos.

Outro aspecto muito peculiar e interessante na produção para o autoconsumo é o cuidado que os agricultores possuem com os produtos que são destinados ao consumo da família. Na maioria dos casos, em suas hortas e pomares não há a

utilização de agrotóxicos, pois, segundo os agricultores, o que eles produzem para o consumo próprio deve ser *limpo e saudável*. Mesmo que esse agricultor possua uma lavoura de fumo ou um pomar de pêssego com intensa aplicação de agrotóxicos, a produção para o autoconsumo não receberá nenhum produto químico. *O que produzimos está separado, limpo, saudável*, era o que me relatavam os agricultores.

Diante disso, fica clara a relação com o alimento e a comida estabelecida no âmbito da cultura camponesa. Assim como desejam manter o patrimônio fundiário, o trabalho familiar, as tradições culturais, os recursos naturais, desejam manter o consumo daqueles alimentos produzidos, cultivados e cuidados por eles, transformando-os em comida a partir do saber-fazer que herdaram de seus antepassados.

A relação que os agricultores familiares mantêm com o alimento é um tanto diferenciada das pessoas que habitam o espaço urbano, visto que o primeiro está totalmente envolvido na produção daquele alimento, ele não está distanciado do processo de produção, ele conhece o que produz e o que come, e o faz com dedicação. É nisso que consiste a produção para o autoconsumo, dedicar-se a produzir alimentos bons e saudáveis para o consumo da família.

É sabido que a produção para o autoconsumo e as relações dos agricultores com o alimento, transformando-o em comida a partir de suas culturas e modos de vida, modificaram-se nos últimos anos. É possível pensar isso, principalmente, a partir da modernização da agricultura, conhecida como Revolução Verde, que no Brasil se intensifica em meados dos anos 60 do século XX. Essa modernização interferiu nas formas de produzir das famílias agricultoras e, conseqüentemente, nos modos de viver. A ligação com o mercado foi acentuada e, os agricultores passaram a dedicar as melhores terras e a maior parte do seu tempo de trabalho à produção para a comercialização, ficando a produção para o autoconsumo relegada a um segundo plano para muitas famílias. Também, a aproximação com o espaço urbano influenciou os modos de vida dos agricultores, com a inserção de alimentos industrializados na alimentação das comunidades rurais. São muitos os estudos que se dedicaram a compreender a relação da produção para o autoconsumo e a comida entre os agricultores familiares, e o quanto a modernização da agricultura interferiu nas mudanças nos modos de vida camponeses.

Gazolla complementa:

[...] por conta das transformações técnicas e produtivas decorrentes da modernização da agricultura, os agricultores familiares se inseriram crescentemente na dinâmica de mercado, fazendo com que muitos perdessem a autonomia do processo produtivo e, inclusive, a tradição e o saber sobre a produção de alimentos para o consumo próprio. (GAZOLLA, 2009, p. 85)

Essas mudanças não significam que a produção para o autoconsumo foi suprimida pela incorporação de alimentos externos à propriedade e por alimentos industrializados, mas essa prática sofreu uma importante redução entre os agricultores, que inseridos na sociedade moderna, buscam cotidianamente estratégias de adaptação e reprodução social. Por outro lado, se os produtos comerciais são geradores de renda, a produção para o autoconsumo significa economia nos rendimentos familiares. Para Baez,

O número de produtos comercializados não tem relação direta com a renda, não significa que quanto maior os produtos ou atividades agrícolas realizadas, maior será a renda das famílias assentadas. O que é mais importante é combinar a produção para consumo da família e a produção para comercialização onde se utilizem menos insumos externos de síntese química e menos maquinaria pesada. A produção para o autoconsumo e a produção para comercialização são indissociáveis, e junto com a diversificação da produção são parâmetros que indicam que ainda essas famílias mantêm forte a identidade camponesa. (BAEZ, 2010, p. 1)

Ao lado da produção para o autoconsumo, a produção de alimentos para a comercialização também é muito representativa na reprodução social de agricultores familiares e garante a alimentação de grande parte da população rural e urbana do nosso país. De acordo com Schmitt:

Em nosso país, uma parcela significativa dos alimentos destinados ao mercado interno provém da produção familiar, ainda que produtos cultivados por agricultores familiares, como o frango, a soja e o café sejam também para exportação. Essa capacidade interna de produção tem se apresentado como um elemento importante para o abastecimento do país, reduzindo as pressões pela importação de produtos básicos. (SCHMITT, 2011, p. 5)

Percebemos, então, que a agricultura familiar camponesa embora não tenha seu devido reconhecimento no âmbito das políticas públicas brasileiras, representa um importante segmento social, responsável pelo abastecimento interno de alimentos e, conseqüentemente, em garantir a oferta diversificada de produtos agrícolas a milhares de brasileiros.

4.2. Autoconsumo e segurança alimentar

As questões ligadas à produção de alimentos, bem como da segurança alimentar vêm sendo discutidas pela sociedade. Uma vez que a garantia de alimentos de qualidade para toda a população é entendida como um direito social. Nesse sentido, o Estado busca criar mecanismos que possam garantir, então, uma alimentação de qualidade.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é de suma importância, pois permite que ações concretas possam ser realizadas na aplicação de políticas que promovam o direito humano à alimentação, bem como a importância da agricultura familiar na produção de alimentos de qualidade. Assim,

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. Inspirado nas resoluções da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Consea acompanha e propõe diferentes programas, como Bolsa Família, Alimentação Escolar, Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Vigilância Alimentar e Nutricional, entre muitos outros. O Consea estimula a participação da sociedade na formulação, execução e acompanhamento de políticas de segurança alimentar e nutricional. Considera que a organização da sociedade é uma condição essencial para as conquistas sociais e para a superação definitiva da exclusão. (CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2012, s.p.)

O CONSEA, além de apresentar variados programas que atuam na garantia de direitos sociais básicos da população, incentiva a participação da sociedade no debate que envolve a segurança alimentar e nutricional, entendendo essa participação como indispensável na promoção de uma alimentação saudável e de qualidade, principalmente, às populações excluídas de seus direitos humanos.

Nessa mesma discussão, ao apontarmos a produção de alimentos no cenário da agricultura familiar, bem como o destino dado a esses produtos pelas famílias agricultoras, é imprescindível que nos apropriemos do debate em torno da segurança alimentar. Tema este que vem sendo muito discutido nos últimos anos e institucionalizado por lei federal, a qual pretende garantir a segurança alimentar e nutricional a toda a população brasileira. De acordo com esta mesma lei:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Art. 3º, Lei nº 11.346, 2006)

Com base na definição normativa de segurança alimentar e nas formas em que se pretende garanti-la, podemos dizer que a agricultura familiar camponesa possui grande potencial para que essa lei possa ser cumprida e aplicada. Ou seja, é no segmento da agricultura familiar que podemos encontrar práticas de produção e consumo de alimentos que respeitam a saúde, a diversidade cultural e ainda, que sejam baseados nos princípios da sustentabilidade, conforme mencionado na Lei nº 11.346, de 2006.

Maluf (2009) contribui nessa discussão de segurança alimentar, ao afirmar que:

A questão alimentar é mais do que um subproduto de problemas agrícolas e não se limita às preocupações com a fome e a pobreza, por mais desejável que seja destacar essas últimas. A dimensão de direito básico da questão alimentar aparece na demanda por um acesso adequado aos alimentos. Sua tradução política expressa-se na noção de segurança alimentar, com o sentido de que sejam implementadas ações e políticas públicas que assegurem a todos o direito àquele acesso. (MALUF, 2009, p. 148)

Nesse sentido então, diante do que Maluf (2009) aponta como necessário na garantia e promoção de segurança alimentar, o governo federal criou programas e políticas que fazem uma conexão entre a promoção de segurança alimentar e a produção de alimentos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pelo qual o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) adquire alimentos da agricultura familiar e os disponibiliza para pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional:

O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2011)

Becker e Sacco dos Anjos (2010) ao realizarem um estudo sobre o PPA em municípios localizados na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, concluíram que os impactos sobre as famílias agricultoras são muito positivos e as beneficiam diretamente. De acordo com os autores:

[...] A intervenção estatal pode ser capaz de interferir positivamente na dinâmica produtiva das famílias rurais, auxiliando na geração de renda, manutenção das práticas e cultivos tradicionais, na produção agroecológica, possibilitando, desta forma, novas perspectivas para a sua reprodução social. Através do fornecimento de alimentos ao PAA, grupos sociais marginalizados puderam ser incluídos no processo produtivo e a organização social da produção se viu favorecida nestas localidades. A valorização dos produtos locais/regionais pelo programa atuou na retomada e manutenção das práticas de autoconsumo entre os beneficiados. (BECKER e SACCO DOS ANJOS, 2010, p. 61)

Nesse mesmo estudo, Becker e Sacco dos Anjos (2010) identificaram que as famílias envolvidas no PAA passaram, inclusive, a produzir de maneira agroecológica⁵ os produtos a serem comercializados no PAA, pois o governo paga valores maiores pelos mesmos. Então, além de possibilitar uma renda garantida aos agricultores, com a venda de produtos ao PAA, o programa ainda garante a segurança alimentar dos próprios agricultores, ao aderirem à produção agroecológica e ao retomar as práticas de autoconsumo entre as famílias.

Percebemos, então, a importância do PAA na reprodução das famílias enquanto agricultores produtores de alimentos. Por outro lado, Grisa *et al* (2011) ressaltam algumas limitações do PAA:

Uma das principais limitações diz respeito à falta de clareza dos beneficiários (agricultores familiares e pessoas/famílias em situação de insegurança alimentar) em relação ao programa, seus objetivos, modalidades e procedimentos. É comum o PAA ser identificado como *Fome Zero* ou *Projeto Conab* e, em alguns casos, os agricultores familiares comercializam seus produtos para associações ou cooperativas, sem saber que estas acessam o programa. [...] Alguns beneficiários, por sua vez, ignoravam o programa e a origem dos alimentos (agricultura familiar). Já entre os mediadores, além do desconhecimento de muitos, prevalece um desconcerto geral quanto aos seus papéis, fruto da predominância da

⁵ Uma perspectiva agroecológica é mais do que somente a ecologia aplicada à agricultura. Ela precisa assumir uma perspectiva cultural, à medida que se amplia no sentido de incluir os seres humanos e seus impactos sobre ambientes agrícolas. Os sistemas agrícolas desenvolvem-se como resultado da co-evolução que ocorre entre cultura e ambiente, e uma agricultura verdadeiramente sustentável valoriza o componente humano, bem como o ecológico, e a interdependência que pode desenvolver-se entre ambos. (GLIESSMAN, 2005, p.590).

cultura do produtivismo, na qual a segurança alimentar e os pequenos agricultores têm pouco espaço. (GRISA *et al*, 2001, p.39)

Isso revela que, embora os primeiros passos já tenham sido dados com a criação do PAA, ainda há muito a ser feito no que diz respeito à promoção da segurança alimentar e de uma agricultura que realmente esteja voltada ao abastecimento de alimentos para o mercado interno, garantindo a soberania alimentar para o país.

Este é um tema que merece destaque, pois, como já mencionado anteriormente, muitos agricultores colocam em um segundo plano a produção para o autoconsumo, dedicando-se quase que exclusivamente aos produtos destinados à comercialização, colocando em risco a segurança alimentar e nutricional de suas famílias, uma vez que, ao dependerem de alimentos externos à sua produção, não possuem a mesma garantia de qualidade destes em comparação aos produtos que poderiam ser por eles cultivados.

Em uma conversa com um agricultor familiar camponês do assentamento 24 de novembro que contava sobre sua vida antes do assentamento. Quando ele se deu conta que não recebia o valor real e merecido pelo seu trabalho, em um sistema de parceria com produtos como trigo, milho e soja, no norte do Estado do Rio Grande do Sul, por não ser o dono da terra em que trabalhava, só então refletiu sobre sua condição de vida e de trabalho. Ele ainda relatou que o trabalho se restringia aos cultivos comerciais, faltando tempo para se dedicar aos produtos para consumo da família. A frase que para mim marcou esta conversa e ressalta a importância da produção para o autoconsumo entre os agricultores familiares, foi a seguinte: *A gente tava pagando pra comer! (Ivo).*

Para este agricultor o fato de ter que comprar praticamente tudo o que seria consumido por ele e pela família era algo quase que inaceitável, incompreensível. Era tão óbvio que ele, enquanto agricultor, dispusesse em seu pedaço de terra, mesmo não sendo proprietário legal, área para alguns cultivos destinados ao consumo diário da alimentação da família. O que ele não podia aceitar era o fato de que o seu trabalho em cultivos exclusivos para a comercialização lhe impedisse de plantar o que comer.

Esse depoimento enfatiza a importância da produção para o autoconsumo nos espaços ocupados por famílias de agricultores camponeses e reafirma a lógica que move essas famílias, garantir a reprodução social enquanto camponeses,

dispondo de meios que possam lhes garantir uma vida digna e justa, com alimentação de qualidade, que possibilite a garantia de sua segurança alimentar.

Essas reflexões evidenciam que uma alimentação adequada para os agricultores familiares é baseada em alimentos nos quais eles conhecem o processo de produção, em que estes mantêm uma relação de proximidade com aquilo que produziram para o seu consumo e de sua família, e possuindo até uma certa “estranheza” com relação aos produtos alimentícios industrializados, dos quais estão totalmente distantes no processo de produção. Nesse sentido, Fischler (1995, p.70) traz um questionamento pertinente e que complementa essas ideias: “Si no sabemos lo que comemos, ¿No se es difícil saber no sólo qué llegaremos a ser, sino también qué somos?”

Acreditamos que essas questões apresentadas por Fischler (1995) perpassam o ideário dos agricultores familiares camponeses, ao (re)afirmarem em suas crenças e práticas a importância da produção para o autoconsumo na sua reprodução social enquanto agricultores.

Entre as famílias do assentamento 24 de novembro identificamos essa preocupação em relação à produção para o autoconsumo, podemos ainda dizer que a mesma é tão significativa quanto a produção destinada à comercialização. Caminhando pelo assentamento encontramos em quase todos os lotes uma “pequena” ou “grande” horta que serve para o abastecimento alimentar da família, assim como, galinhas caipiras pelo pátio e pequenos chiqueiros destinados à criação de porcos. Ainda, pelo menos uma vaca de leite, garantindo também a alimentação diversificada da família. (Figuras 1, 2 e 3)



Figura 1: Horta para o consumo da família
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.



Figura 2: Criação de galinhas caipiras
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Diante disso, mesmo que vivam em situações precárias, em termos monetários, sem incentivo e apoio institucional para iniciar uma produção destinada à comercialização para incrementar a renda da família, as famílias garantem uma alimentação farta cotidianamente, que está à disposição em seus lotes e é fruto de seu trabalho.

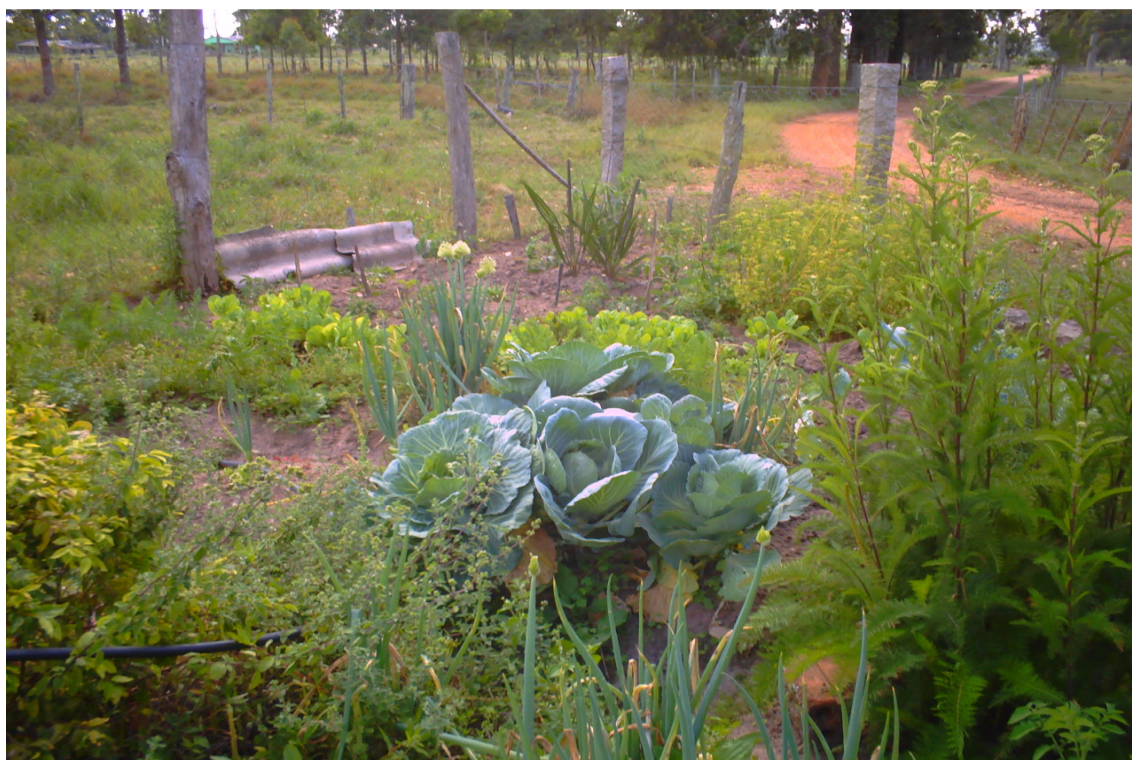


Figura 3: Horta para o consumo da família
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

É importante ainda ressaltar que, embora algumas famílias não estejam se dedicando exclusivamente ao trabalho agrícola⁶, complementando a renda familiar com trabalho externo ao lote, e que, portanto, não vivem somente da comercialização de produtos cultivados pela família, a produção para o autoconsumo ganha importância à medida em que, mesmo trabalhando fora, conseguem garantir uma produção que assegura o consumo familiar.

No assentamento 24 de novembro não encontramos agricultores que comercializam alimentos junto ao PAA, em função de não estarem organizados em

⁶ Podemos identificar nas diversas práticas dos agricultores o que denominamos de pluriatividade. Wanderley (2009) aponta a pluriatividade como uma estratégia da família de diversificação das atividades fora da propriedade, mas que assegura a reprodução e permanência da família como agricultores no espaço rural.

cooperativa ou associação, dificultando, então, a vinculação com essa via de comercialização disponibilizada pelo governo federal. Acreditamos ser este o único fator que os limita, pois as demais condições estariam de acordo, como uma variada e diversa produção de alimentos de origem animal e vegetal e, ainda cultivos de base agroecológica.

Algumas famílias do assentamento relataram fazer parte, por um período curto (cerca de dois anos), da Associação Regional de Produtores Agroecológicos da Região Sul – ARPA SUL⁷, com sede no município de Pelotas/RS, mas que está composta por agricultores de outros municípios da região sul. A associação abrange famílias que comercializam junto ao PAA, garantindo a venda de seus cultivos agroecológicos. Quando ainda estavam associados a ARPA- SUL, os agricultores participavam das feiras semanais que aconteciam na cidade de Pelotas e relembram com alegria *os tempos de feira*, onde a sociabilidade camponesa se inseria em um contexto urbano, provocando troca de saberes entre produtores e consumidores e aproximando o modo de vida rural dos habitantes da cidade .

Assim, encontramos no assentamento 24 de novembro famílias que ainda lutam cotidianamente para se manter como agricultores familiares camponeses, buscando diversas estratégias para legitimar essa condição. O fato de o assentamento estar localizado próximo ao centro urbano da cidade de Capão do Leão e, também de Pelotas, facilita o escoamento da produção e até mesmo a venda dos produtos diretamente nos lotes familiares. Ao optarem por este tipo de prática, onde produzem alimentos “bons, justos e limpos”⁸ que irão abastecer as comunidades locais, estabelecem uma forma de resistência a um mundo globalizado e homogeneizado que transforma, a cada dia mais, os sistemas agroalimentares em negócios rentáveis economicamente, o agronégocio⁹.

⁷ A ARPA SUL, de acordo com Medeiros e Marques (2011), teve o início de suas atividades no ano de 1995, com a criação de feira livre ecológica na cidade de Pelotas. Com o aumento da produção e a adesão de mais famílias, surgiu a necessidade de ampliar o número de pontos de venda, criando então outra feira ecológica na cidade de São Lourenço do Sul – RS. Hoje, a associação conta com mais de 50 famílias de agricultores ecológicos da região sul do Estado.

⁸ A denominação de “alimento bom, justo e limpo” está ligada ao movimento Slow Food, criado na década de 1980, na Itália, e que se espalha pelo mundo e propõe uma nova forma de se relacionar com a comida. A filosofia que rege o movimento está pautada na ideia de valorização das riquezas de cada região, chamando a atenção para o trabalho do homem do campo e colocando o consumidor como co-produtor da cadeia. (MARSON, 2011)

⁹ Fernandes e Welch (2008) esclarecem as diferenças entre o sistema agrícola camponês e o sistema agrícola do agronegócio. Segundo eles: “No sistema agrícola do agronegócio, a monocultura, o trabalho assalariado e produção em grande escala são algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências.” (FERNANDES E WELCH, 2008, p. 49)

No entanto, as práticas desenvolvidas por algumas famílias do assentamento revelam que:

Em vez da comida de *nenhum lugar*, cultivada por produtores desconhecidos, embalada e transportada através de longas distâncias por grandes corporações, ganham visibilidade outras práticas, antigas, novas ou renovadas, sinalizadoras de um jeito diferente de produzir, distribuir, escolher, valorizar e consumir o alimento. (SCHMITT, 2011, p. 4)

Quando falamos de produção de alimentos e de autoconsumo, é imprescindível trazer para o debate as contribuições de Ploeg (2008). Exatamente nessa discussão de produção de alimentos, num contexto em que grandes corporações transformam a alimentação em um negócio rentável, Ploeg (2008) complementa:

No mundo criado e estruturado pelos impérios alimentares, tudo perde sua identidade. Os produtos alimentícios já não são produzidos num determinado lugar, por determinadas pessoas, num determinado momento e depois levados através de circuitos mais ou menos conhecidos, ou, pelo menos que podem se conhecer, até aos consumidores. Os alimentos estão se tornando numa espécie de “não-produtos”, cuja origem já não importa, nem tão pouco sua viagem ao longo do tempo e do espaço. (PLOEG, 2008, p. 127)

Ploeg (2008) descreve a situação atual em que a produção de alimentos e o autoconsumo das famílias rurais estão inseridos, onde os processos de produção e a qualidade do produto não são tão valorizados. Entretanto, mesmo estando a sociedade imersa nessa realidade, ainda encontramos grupos e produtores que rompem com essa realidade e, procuram garantir alimentos bons, justos, saudáveis e que foram produzidos com dedicação e a sabedoria camponesa, como alguns agricultores do assentamento 24 de novembro, entre tantos outros agricultores que também procuram resistir às imposições dos circuitos mercadológicos mundiais.

Enfatizamos a importância da produção de alimentos desenvolvida pelas famílias do assentamento 24 de novembro, tanto pelos consumidores que serão beneficiados com alimentos saudáveis, quanto pelas famílias, que também garantem o consumo familiar e ainda conseguem se reproduzir como agricultores familiares camponeses independentes de mercados externos e grandes indústrias. Pois, de acordo com Medeiros e Marques (2011):

Há resistências emergentes a partir das heterogeneidades que se constituíram ao longo da trajetória de desenvolvimento da porção sul do território rio-grandense, a despeito do poder político concentrado historicamente nas mãos das oligarquias ligadas ao latifúndio, da proposital invisibilidade da diversidade social ali presente e da força univetorial da modernização agrícola. (MEDEIROS e MARQUES, 2011, p. 18)

Resistências essas que são (re)inventadas cotidianamente pelos assentados da reforma agrária a partir de uma produção de alimentos que busca a segurança e a soberania alimentar a todos brasileiros.

Isso se confirma quando, ao chegar no assentamento para mais um dia de pesquisa de campo, avisto alguns de seus assentados em bicicletas carregadas de produtos que irão ser comercializados nas redondezas do assentamento, como por exemplo na cidade de Capão do Leão e, particularmente, no bairro Jardim América, pertencente ao mesmo município. Os compradores já são praticamente certos, pois é dessa forma que esses agricultores costumam vender a sua produção, isso quando não acontece de os próprios consumidores virem ao assentamento adquirir os produtos.

A produção agroecológica de morangos, realizada por uma das famílias do assentamento, é um exemplo deste tipo de comercialização, assim como, o queijo e os hortifrutigrangeiros(figura 4). Dessa forma, é possível reduzir a distância entre os consumidores e os produtores, valorizando circuitos locais de comercialização e reforçando as forças comunitárias de organização social. (MEDEIROS e MARQUES, 2011).



Figura 4: Produção de Morangos Orgânicos
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

A produção de leite também é representativa entre as famílias do assentamento 24 de novembro (Figura 5 e 6) e, ainda, em muitos casos, é o que assegura a renda monetária, pois a produção, mesmo que em pequena escala é sempre comprada pela empresa Cosulati (Cooperativa Sulriograndense de Laticínios). Algumas famílias já deixaram de produzir leite para comercialização, pois acreditam que é um trabalho muito penoso, pouco valorizado economicamente e que necessita de grande disponibilidade de mão-de-obra familiar, o que em algumas situações é inviável, pois os filhos não residem mais no assentamento e só o casal trabalha no lote, dedicando-se a atividades que não exigem muito trabalho.



Figura 5: Criação de Gado Leiteiro
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.



Figura 6: Produção de milho para alimentação do gado leiteiro
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

5. CONSTRUINDO O LUGAR DE VIVER: TERRA, TRABALHO E FAMÍLIA

Entendemos o lugar de viver das famílias assentadas como aquele lugar representativo para a mesma, no que diz respeito à sua reprodução social e territorial, alicerçada nas categorias terra, trabalho e família (WOORTMANN, 1990). Esse lugar, tanto pode ser muito similar entre as famílias do assentamento, quanto possuir características totalmente distintas para cada uma, mas, acreditamos que sempre será direcionado e conduzido a partir das categorias mencionadas.

A partir de inserção no campo e de entrevistas realizadas com as famílias é que pretendemos desenvolver esse debate, fazendo conexões com as discussões teóricas apresentadas nos capítulos anteriores. Ainda, a partir de histórias específicas de cada assentado, de suas falas, coletadas diretamente em trabalho de campo, será possível entender melhor os sujeitos que compõem a reforma agrária e o processo de luta pela terra, pois, de acordo com Bombardi (2004):

Do ponto de vista da Geografia, quando buscamos compreender um território (entendido como síntese da relação entre espaço, tempo e relações sociais), o uso das falas é, entre outras, uma das ferramentas de fundamental importância, pois são reveladoras de como estes três elementos estão interagindo. (BOMBARDI, 2004, p. 123)

Diante disso, a partir das falas e dos relatos dos assentados, pretendemos contar e dizer da luta e conquista da terra, pelo olhar de quem sentiu e viveu esse processo, ou seja, os próprios assentados.

5.1. A trajetória/história das famílias

Falar das trajetórias e das histórias das famílias que compõem o processo de luta pela terra e a concretização da reforma agrária não são tarefas simples, pois as experiências vividas por essas famílias são ao mesmo tempo comuns e diversas e, a partir de cada uma delas, é possível contar e entender sobre o lugar de onde saíram e da construção de outro lugar de viver. Assim, embora essas histórias se pareçam, na maioria dos casos, cada sujeito da reforma agrária traz consigo suas particularidades e peculiaridades e, ainda, um modo diferente de ser sem-terra e de continuar na luta pela terra.

No assentamento 24 de novembro, assim como em outros tantos assentamentos de reforma agrária de todo o Brasil, as famílias têm suas histórias desenhadas a partir da matriz da agricultura familiar camponesa, ou seja, são filhos de agricultores que, assim como eles, lutaram e lutam para reproduzirem-se cotidianamente enquanto camponeses. Encontramos, inclusive, filhos de assentados que tiveram que seguir as mesmas trajetórias dos pais, pois mesmo que os pais tivessem já o acesso à terra, a mesma não era capaz de sustentar a todos.

Também é comum o fato de alguns assentados possuírem uma trajetória com passagem pela cidade, enquanto trabalhadores urbanos, fato este que eles revelam com pesar, como um tempo sofrido e difícil, pois precisavam de *dinheiro para tudo*, para morar, para comer. O que para muitos agricultores é inaceitável é a perda da autonomia em relação a garantir o mínimo de produção, para atender as necessidades de alimentação da família.

Enquanto alguns precisaram sair do campo para reconstruir a vida na cidade como trabalhadores urbanos, outros falam com orgulho que nunca precisaram deixar a vida de agricultor. Mesmo trabalhando como empregados na própria agricultura e, muitas vezes, sendo explorados pelos patrões, os assentados revelam acreditar que estar no campo e trabalhar como um agricultor, na lida com a terra, é infinitamente melhor do que ter que ir para a cidade e ter que se adaptar a um modo de vida diferente do seu, como é o caso do modo de vida urbano.

Para melhor dizer de todas essas situações que atravessam a trajetória/histórias das famílias do assentamento 24 de novembro, apresentaremos alguns casos específicos, ou seja, a partir da vida de alguns assentados entenderemos como se dá o processo de luta pela terra e as manifestações dos modos de vida que aí se projetam.

Leni cresceu e viveu na terra quase toda a sua vida, ela é filha de agricultores camponeses da região norte do Estado do Rio Grande do Sul. Seu pai trabalhava como empregado em propriedades vizinhas, pois não tinha condições de ter a sua própria terra e precisava prover o sustento da família, então se submetia à condição de empregado na agricultura patronal.

Na tentativa de reverter essa situação e garantir uma vida e um futuro melhor para a sua família, o pai de Leni, juntamente com outras famílias da região, decidiu ocupar terras que estavam abandonadas e sem uso, ou seja, improdutivas e não

cumprindo com a função social da terra, localizadas no município de Nonoai, também na porção norte do Rio Grande do Sul.

Era o início de uma nova vida, onde se podia trabalhar com a família, sem estar submetido às ordens de um patrão e sem ser explorado por ele. Ainda, todo o trabalho da família retornaria em benefícios para a mesma, em melhores condições materiais e subjetivas para se reproduzir biológica e socialmente. Garantir o acesso à terra para produzir alimentos para a família era e, ainda é, o desejo de muitos agricultores familiares camponeses submetidos a condições de fragilidade econômica. Leni conta que *lá plantavam de tudo, pro consumo não faltava nada*, os cultivos produzidos na propriedade eram capazes de abastecer toda a família. Ainda, produziam feijão, soja e milho para comercialização e, enfatiza que não era necessário usar nenhum tipo de *veneno* nos cultivos, pois as terras eram muito férteis, diferente da situação que vemos hoje, terras desgastadas e erodidas que necessitam de insumos externos, muitas vezes, químicos.

O que a família de Leni não esperava era que esse projeto de vida ainda não tivesse sido concretizado, pois as terras que ocuparam em Nonoai eram terras indígenas, sujeitas ao processo de demarcação como reserva indígena pelo governo federal. Esse tipo de conflito fundiário marcou a história da luta pela terra no Estado do Rio Grande do Sul.

Diante dessa situação, os sem-terra são obrigados a desocupar a área em Nonoai para que a comunidade indígena pudesse fazer uso do que lhes era por direito. Então, algumas famílias foram encaminhadas para um assentamento no município de Bagé, na região sul do Estado. Esse foi o caso da família de Leni, entretanto, outras famílias seguiram a luta pela terra no Rio Grande do Sul, pois em Bagé não havia lugar para todos que estavam na reserva indígena de Nonoai. Sigaud (2008) explica:

Apoiados pela polícia, os caingangues expulsaram cerca de mil famílias de colonos que residiam e exploravam terras na reserva. Desde os anos 1940, pequenos agricultores da região de Nonoai haviam começado a se instalar na reserva dos índios, a se “intrusar na área”, em seu dizer. (SIGAUD *et al*, 2008, p. 122)

Mesmo nesse cenário de conflito entre agricultores sem-terra e indígenas, Leni fala desses com carinho, contou, inclusive, que era madrinha de alguns *indinhos*, como ela mesma denomina. Enquanto eram travados embates entre essas

duas comunidades que disputavam a mesma terra, relações de sociabilidade também se manifestavam entre eles, como a que Leni relata.

Lutando para garantirem o acesso à terra, depois de uma vida difícil e sem grandes oportunidades, os sem-terra, de certa forma, reconheciam os direitos das comunidades indígenas de ocupar e viver em seus próprios territórios, onde também viveram seus antepassados. Então, não poderiam se opor tão vigorosamente a uma causa tão similar a sua, e é a partir disso que se manifestam as relações de sociabilidade e solidariedade entre essas duas comunidades.

Durante esse processo, Leni morou por cerca de quatro anos na cidade, onde trabalhava como empregada doméstica, mas mantendo seu projeto de retorno ao campo. A vontade era tanta que, inúmeras vezes, ao ser liberada pelos patrões a visitar a família, ela ficava mais do que o tempo combinado. E, foi dessa forma que ela abandonou definitivamente a vida e o emprego na cidade, depois de uma visita à família ela decidiu não retornar e continuar a sua vida no lugar em que ela se identificava, no seu lugar de viver. Nesse momento, sua família já estava no assentamento em Bagé e foi nesse lugar que ela passou a morar e trabalhar como agricultora.

Leni casou-se e continuou a trabalhar com o marido na lida da terra, plantando e produzindo seu próprio alimento e assim vivendo dignamente como agricultores familiares camponeses, agora, retornando à região norte do Rio Grande do Sul. Leni teve uma filha e, alguns anos passados se separou do marido e, novamente, voltou a morar com a filha, seus pais e um irmão no assentamento em Bagé.

Leni permaneceu por algum tempo, quando percebeu que naquele lugar já não era mais possível viver e sustentar tanta gente e, muito menos, garantir um futuro digno para a filha. Foi, então, que a família decidiu entrar no processo de luta pela terra, por influência de alguns vizinhos que também tomaram a mesma decisão por motivos similares. Na realidade, era a segunda geração daquelas famílias provenientes de Nonoai, que tiveram de seguir a mesma luta dos pais, a luta pela terra e a busca de uma vida mais digna e justa para si e para a sua família.

Até chegar ao sonho da terra conquistada, Leni ainda habitaria múltiplos territórios, (re)inventando seu cotidiano e transformando as angústias do presente em esperanças para o projeto futuro. Farias (2011) define claramente como se dá esse processo:

Os esforços para a sobrevivência estão em todos os tempos e os lugares; a criação de estratégias para tornar a “vida menos difícil de ser vivida” faz parte de um modo de vida de variados grupos sociais, compondo, desse modo, uma travessia, com constantes tentativas de, nela, se fazerem pessoas caminhando por suas trajetórias, sem, no entanto, vislumbrarem certas dificuldades do trajeto, mas superando ou ao menos tentando ao com elas se depararem. (FARIAS, 2011, p. 95)

Assim como Leni, outros tantos sujeitos da reforma agrária enfrentaram e ainda enfrentam essas dificuldades no processo de reivindicação legítima pelo acesso à terra.

Alceu possui uma trajetória/história um tanto diferente de Leni, embora, por vezes, suas vidas se cruzam no processo de luta pela terra e no qual estiveram juntos, com suas famílias, na formação do grupo que deu origem ao assentamento 24 de novembro.

Filho de agricultores familiares camponeses, também da região norte do Rio Grande do Sul, mais especificamente do município de Rodeio Bonito, e vindo de uma família de muitos irmãos, foi obrigado a ir para a cidade e a viver como um trabalhador urbano, pois a terra dos pais não era capaz de sustentar tantos filhos e, muito menos, garantir terra suficiente pelo processo de sucessão hereditária do patrimônio fundiário. Ir para a cidade, experienciar outro modo de vida, diferente do seu, foi a estratégia adotada por Alceu para se reproduzir socialmente enquanto trabalhador, porém, não mais como um agricultor familiar camponês.

Quando migrou para a cidade já estava casado e foi com a esposa trabalhar em indústrias da região de Rodeio Bonito, pois somente com o salário de Alceu não seria possível sustentar a família. Vivendo e trabalhando na cidade construíram uma vida e tiveram seus filhos, mas sempre relembrando dos tempos da vida no campo, onde produziam diversos alimentos para o consumo da família e em sua própria terra. Alceu associa a vida na cidade a uma vida onde tudo só é adquirido a partir da compra, ou seja, sem capital as pessoas ficam excluídas e sem acesso a maior parte dos bens de consumo. Ele relata que *para tudo era preciso pagar, pra morar de aluguel, pra comer, pois tudo o que se come é comprado e não plantado*, enfim, uma vida bem diferente da que tinham no espaço rural enquanto agricultores, por isso, o desejo de retornar ao campo permaneceu como um projeto de vida para Alceu e sua esposa.

Martins (2009) explica esse sentimento que relata Alceu em relação à cidade e sua não adaptação:

“Morar” e “ter terra” significam, antes de tudo, a não dissociação entre lugar de viver e lugar de trabalhar. Essa separação, tão urbana, torna obrigatório o dinheiro como mediação do viver (cotidiano) na cidade, e o conforto como uma função do dinheiro e não do trabalho. A roça e o morar na roça dispensa a mediação do dinheiro no dia-a-dia e o desconforto que essa mediação acarreta. O dinheiro aí é excepcional e não-cotidiano. [...] A cidade não deixa de ser valorizada e desejada, mas não é um lugar de destino, é um lugar do ter certas coisas necessárias – a escola, o mercado (o que comprar), que podem ser tidas mesmo quando se mora na roça. (MARTINS, 2009, p. 22-23)

Diante disso, ficam evidentes as dificuldades para um agricultor familiar camponês se adaptar a cidade e adquirir um novo modo de vida, o urbano. Isso explica o desejo de retornar ao campo, a inserção no MST e na luta pela terra como meio para a concretização do projeto camponês, conforme explica Wanderley (1989), trabalhar para si, com os seus, no que lhe pertence.

Martins (2009) ainda complementa, definindo o significado de ser agricultor, de morar no campo e viver da terra e fazer dela o seu lugar de viver com a família:

Esse “morar” é muito singular, é mais do que habitar. Diz respeito a um modo de viver, à convivência com o espaço, com a natureza. Esse modo de viver também tem indicadores sociais demarcatórios: a excepcionalidade do dinheiro, a junção de moradia e trabalho, o enraizamento: são todos valores camponeses e da sociedade tradicional. (MARTINS, 2009, p. 23)

Em meio à dificuldade de viver como um trabalhador e morador urbano, Alceu também relatou as precárias condições de vida que mantinha enquanto vivia na cidade e, ainda, a pobreza e a miséria que via materializada todos os dias ao seu redor, uma vez que moravam em um bairro pobre da cidade, *na favela*, como ele denomina.

Silva (2004) complementa o debate sobre a migração dos camponeses para a cidade:

As pessoas não foram para a cidade atraídas por suas luzes; elas foram forçadas a deixar seu lugar, entendido não somente como espaço físico mas como espaço cultural, como um lugar onde foi possível criar um modo de vida caracterizado pela sociabilidade baseada nas relações com parentes e vizinhos e na religiosidade, capaz de unir a natureza, a terra, as pessoas [...]. (SILVA, 2004, p. 40)

Dessa forma, Alceu decide com a família que deveriam buscar um meio de reverter essa situação e lutar pelos seus direitos, entrando no processo de luta pela terra. O que ele mais desejava era o bem estar de sua família, era ter comida disponível e farta em sua mesa, era conquistar seu pedaço de terra. Assim, começa uma nova etapa na vida de Alceu e de sua família, difícil, mas compensadora, uma vez que, posteriormente, seu projeto foi concretizado.

5.2. A inserção no MST e o processo de luta pela terra

Para começar a falar da inserção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST e o processo de luta pela terra, a fala de, um dos assentados do assentamento 24 de novembro marca essa discussão e permite entender um pouco do pensamento de cada sujeito da reforma agrária, que decide romper com a exploração sofrida ao longo da vida e lutar em busca de uma vida mais justa. Diz ele: *Eu sempre fui revolucionário, sempre tive na esquerda. (Valmir)*

Valmir é mais um assentado que compõe a história do assentamento 24 de novembro e, em sua frase revela suas ideologias e dos motivos para ingressar no movimento de luta pela terra, o MST. Ele também é filho de agricultores familiares camponeses, do município de Palmeira das Missões, ao norte do Estado do Rio Grande do Sul e, segundo suas palavras, *nasceu e se criou na roça*, produzindo para o consumo e também destinando alguns produtos para a comercialização, a partir de uma lógica camponesa de primeiro garantir o autoconsumo da família.

Como a família era composta por muitos filhos, a sucessão hereditária obrigou Valmir e seus irmãos a tomarem seus próprios rumos, para além das terras de seus pais. Valmir trabalhou e morou por cerca de um ano na cidade, realizando trabalhos como operário em uma fábrica de calçados.

No entanto, essa não era a vida que desejava ter, mas sim, retomar a sua vida como agricultor familiar camponês e reproduzir-se como tal. Foi, então, que surgiu a possibilidade de ingressar em um movimento de luta pela terra e garantir o seu pedaço de terra. Mas, Valmir relatou que a sua família não concordava com sua decisão, e, ainda, era contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, em função da manipulação da mídia envolvendo todas as ações desenvolvidas por esse movimento social do campo, dessa forma, seus pais, assim

como seus irmãos não o apoiaram a ingressar no MST. Por outro lado, ele lembra que tinha muitos amigos que também decidiram acampar e buscar uma vida melhor, longe das cidades e da condição de trabalhadores assalariados. E, foi assim que Valmir passou a fazer parte do grande contingente de trabalhadores rurais sem-terra existentes em nosso país, lutando cotidianamente em busca de seus sonhos e, mais do que isso, de seus direitos como cidadão brasileiro.

Foram cerca de três anos vivendo em acampamentos, o primeiro foi no município de Cruz Alta, logo após, no município de Bagé e, em seguida, no município de Capão do Leão, onde está hoje assentado.

Valmir lembra do tempo dos acampamentos como uma boa fase de sua vida, ela ainda afirma que gostava de morar no acampamento e que tudo o que viveu enquanto acampado foi uma experiência única em sua vida, onde conheceu muitas pessoas com diferentes histórias de vida e, ao mesmo tempo, similares entre si. Foi um momento de grande aprendizagem, conta ele, de fortalecimento dos vínculos com a terra e da luta por ela.

David (2008), ao pesquisar assentamentos de reforma agrária no sul do Estado do Rio Grande do Sul enfatiza que:

O acampamento é, sobretudo, um espaço-tempo de formação, no qual a identidade Sem-Terra começa a ser construída. É lembrado como um tempo de esperança e de preparação para a conquista da terra. Os assentados são unânimes em afirmar que as experiências difíceis concorreram para fortalecer a resistência na terra conquistada, sobretudo, nos primeiros anos de assentamento, marcados, também, por grandes adversidades, por vezes, tão difíceis quanto às vivenciadas no acampamento. (DAVID, 2008, p. 23)

Dessa forma, mesmo entendendo a fase de acampamento como uma experiência de vida, de grandes aprendizados e trocas de saberes, Valmir não esquece também dos momentos de angústia e aflição, e que era muito difícil estar acampado e do rompimento com muitos dos vínculos afetivos, em função de um desejo de conquistar o acesso à terra.

Valmir lembra, com pesar, dos confrontos com a polícia, inclusive, de ver um companheiro de luta ser morto. Ele relatou este fato com profunda tristeza, reconhecendo mais uma vez o quão difícil é permanecer na luta pela terra, e que nem todos conseguem chegar até o fim, como é o caso de milhares de trabalhadores sem-terra existentes em nosso país.

João e sua esposa, assim como Valmir, Alceu e Leni, são filhos de agricultores familiares, dos municípios de Chapada e Caiçara, respectivamente, na região norte do Estado do Rio Grande do Sul e, assim como os demais assentados aqui citados, plantavam e criavam com a família os mais variados cultivos e animais que seriam destinados ao consumo da família e para a comercialização.

É possível perceber entre os assentados que a disponibilidade de alimentos nunca foi um problema durante a infância, enquanto viviam com os pais, pelo contrário, mesa farta era uma constante entre todas as histórias mencionadas e ouvidas durante a inserção a campo. Assim, percebemos que era isso o que mais buscavam quando decidiam entrar na luta pela terra e retornar ao campo, como agricultores familiares camponeses, além de ser donos de um pedaço de terra.

João e sua esposa também viveram por muitos anos na cidade, trabalhando em fábricas e reproduzindo-se enquanto moradores urbanos. Porém, descontentes com essa condição e destinados a buscar uma vida melhor viram na inserção no MST e na luta pela terra, a oportunidade de ter a vida que desejavam, ou melhor, de retomar a vida no campo que tinham quando eram jovens e trabalhavam com a família para o próprio sustento.

Foi, então, que João foi para o acampamento e iniciou o processo de luta pela terra de sua família, a esposa continuou na cidade trabalhando como assalariada, enquanto como ele diz, *lutava em baixo das lonas pretas pelo seu pedaço de terra*. Assim como Valmir, João acampou em Cruz Alta, Bagé e depois no Capão do Leão, na área do assentamento 24 de novembro, permanecendo também na condição de sem-terra acampado por um período de três anos. Todas as famílias que compõem o assentamento percorreram esta mesma trajetória, passando pelos mesmos acampamentos e vivendo acampados pelo mesmo período.

No interior dos acampamentos do MST são formados grupos, núcleos que se organizam entre si e desenvolvem todo o trabalho a ser feito, dividindo em setores e socializando os recursos disponíveis. Entretanto, isso nem sempre se mantém nos assentamentos, embora o movimento divulgue esses ideais entre as famílias sem-terra. Nem sempre a coletividade do acampamento permanece na fase de assentamento, mas a organização e a tomada de decisões no coletivo permanecem, na tentativa de garantir o bem estar de todas as famílias envolvidas. De acordo com Fernandes (2008):

As Coordenações de Assentamentos e Acampamentos são formadas por membros de vários setores, como por exemplo: produção, educação, saúde, comunicação, frente de massa, finanças etc. Em nenhuma das instâncias existem cargos tipo: chefes, presidentes, diretores etc. Os dois graus da hierarquia são coordenadores e membros. (FERNANDES, 2008. p. 42)

As famílias do assentamento 24 de novembro formavam um grupo/núcleo dentro dos acampamentos que passaram e viveram e, por isso, mantêm trajetórias bastante similares, no que diz respeito à luta pela terra.

Além de Valmir e João, no assentamento 24 de novembro encontramos também jovens e adultos que nasceram e cresceram junto com o assentamento, em meio ao processo de luta pela terra, pelo qual passaram suas famílias. Vivenciaram também a fase de acampamentos, por vezes estando juntos dos pais, ou longe com familiares, em cidades distantes, para que seus pais pudessem continuar a luta em busca de um futuro melhor para todos.

São essas algumas das histórias que desenham e compõem o cenário de vida das famílias do assentamento 24 de novembro, tornando esse território o lugar de viver de cada uma dessas pessoas que representam os sujeitos da reforma agrária.

5.3. A chegada no acampamento da Fazenda da Palma

Antes da efetiva formação do assentamento 24 de novembro, na Fazenda da Palma, e antes do acampamento das famílias que compõem atualmente o assentamento, uma primeira ocupação por trabalhadores rurais sem-terra, integrantes do MST, foi realizada no ano de 1987, por famílias provenientes do acampamento na Fazenda Anonni, no município de Ronda Alta - RS. O projeto de assentamento não teve sucesso e as famílias migraram para outros acampamentos, continuando a luta pela terra.

A segunda ocupação, realizada pelos atuais assentados da área ocorreu incentivada pelo fato de que o Presidente da República na época, no ano de 1992, Fernando Collor, estaria na região para abertura da colheita de arroz e, dessa forma, a pressão pela reforma agrária teria maior repercussão entre os representantes políticos locais e também da esfera federal.

Os assentados entrevistados revelam em suas falas que realmente não tinham intenção de se instalarem na área pensando em um possível assentamento naquele local, era apenas mais um local escolhido coletivamente para se tornar um acampamento do MST, fazendo pressão junto ao governo federal e impulsionando a luta pela terra, incentivados pela presença de Collor, uma vez que seria uma boa oportunidade de ganharem visibilidade perante à sociedade e ao Estado, depois de quase três anos vivendo em acampamentos, aguardando a concretização da reforma agrária.

Diante disso, as famílias que constituem o assentamento chegaram na Fazenda da Palma em 12 de março do ano de 1992, acompanhadas de outras tantas famílias que também estavam há um longo período aguardando para serem assentadas e que também ainda não tinham sido contempladas nos assentamentos anteriores. Ao todo, eram cerca de 200 famílias acampadas na Fazenda da Palma, no ano de 1992.

De acordo com Wedig (2007), em sua pesquisa no assentamento 24 de novembro sobre a juventude rural, a situação na Fazenda da Palma, nessa mesma época era desestimulante. Segundo a autora:

[...] a fazenda da Palma, encontrava-se neste período no mais completo abandono, tendo seus prédios depredados, casas destelhadas, madeira de sustentação dos galpões apodrecida, sala de ordenha mecânica com toda a estrutura que nunca entrou em funcionamento por mais de 15 anos, os pomares experimentais completamente tomados pelo mato, mais ou menos 20 animais magros soltos a campo sem nenhuma assistência, enfim, uma estrutura modelo criada com a finalidade de pesquisa, ensino e extensão que não cumpriu com suas finalidades sociais, nem com sua própria conservação. Uma das justificativas dadas pela Universidade referente a esta situação era a falta de verbas para a manutenção e para os investimentos científicos. Observa-se ali a existência de uma grande área de terra, com mais de 1000 hectares, não cumprindo sua função social de produção. (WEDIG, 2007, p. 27)

Em suas falas, os assentados confirmam essa situação de que a Fazenda da Palma apresentava uma situação de quase abandono. Uma das assentadas ainda relatou que, de toda a área da fazenda, que deveria estar funcionando como um centro de pesquisa, era inexpressiva a parte destinada a essa função, no momento em que eles permaneciam na área como acampados. Isso revela a viabilidade das condições para a construção de um assentamento na Fazenda da Palma, também

pelo fato da mesma possuir uma área total de 1500 hectares, podendo ceder uma parte para um possível assentamento de reforma agrária.

As famílias permaneceram acampadas na área por um período de oito meses, buscando estratégias cotidianas para que aquela condição fosse de uma vez por todas superada e pudessem então ser assentadas. Não era de interesse da maioria das famílias constituir um assentamento na área da Fazenda da Palma, era um território muito diferente de onde estavam acostumados a viver, no norte do Estado. As terras eram menos férteis, mais desgastadas e, ainda possuíam características fitogeográficas totalmente distintas daquelas onde aprenderam a trabalhar e fazer da terra o seu meio de vida.

É fato também que não é muito comum o lugar do acampamento ser transformado no lugar de assentamento, o primeiro acontece, normalmente, em um lugar estrategicamente planejado para fazer maior pressão e acelerar a reforma agrária, não necessariamente nos próprios latifúndios improdutivos ocupados pelos sem-terra. O MST organiza, inclusive, acampamentos em locais urbanos como a sede do INCRA, do Ministério da Agricultura, em diversas cidades, para que a causa seja visível e reconhecida por todas as instâncias da sociedade e do Estado.

Este acampamento durou oito meses, porque já no início do acampamento surgiu a possibilidade de criar ali um assentamento, e o que dificultava a concretização do mesmo eram as formas jurídicas que poderiam ser utilizadas para que as famílias pudessem ali ser assentadas. A proposta de criação do assentamento surgiu por parte da Universidade Federal de Pelotas, o reitor que estava à frente da instituição na época sugeriu as famílias que ali fosse criado um assentamento, firmado a partir de um contrato de comodato. Entre essa proposta do reitor e a efetivação do assentamento foram cerca de oito meses de negociação entre a Universidade e as famílias e outras instituições que estiveram envolvidas na negociação, como o INCRA, que de alguma forma, mesmo que mínima, esteve presente.

5.4. A constituição do assentamento 24 de novembro

Para que possamos compreender o território do assentamento 24 de novembro e a sua conseqüente constituição, é imprescindível que se conheça um pouco da história do município de Capão do Leão, onde este se encontra localizado.

O município, de acordo com o ITEPA (Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria – UCPel), em 2009, possuía uma população de 22.317 habitantes vivendo no espaço urbano e 1.666 habitantes residindo no espaço rural. Capão do Leão, originalmente, pertencia ao município de Pelotas, emancipando-se no ano de 1982. Diante disso, ao buscar conhecer a história deste município, deve-se recorrer, necessariamente, à história também do município de Pelotas.

A região geográfica ocupada por esses municípios foi historicamente formada por sesmarias, e apenas três delas constituíam a área de Capão do Leão (Figura7), caracterizando, então, a formação territorial do município baseada em grandes propriedades.



Figura 7: Mapa das sesmarias que constituíram os municípios de Pelotas e Capão do Leão.
Fonte: WIZNIEWSKY, 2001.

Estas sesmarias tinham como base econômica a criação de gado e a produção de charque, e como atores sociais os chamados pecuaristas-charqueadores, responsáveis pela dinâmica agrária na região sul do Rio Grande do Sul. Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, a chegada de imigrantes europeus não-portugueses passa a alterar a estrutura fundiária e agrária da região, com o surgimento de pequenas propriedades e de um sistema de produção baseado na agricultura familiar colonial. Wizniewsky esclarece:

La estructura agrária de este municipio, con el paso del tiempo y de los hechos, comienza a presentar un nuevo aspecto – a pesar de que estos cambios no afectan a todo el municipio - : se trata de las pequeñas propiedades rurales. Además de la llegada de inmigrantes, también ocurrió otro hecho, que fue la división de las propiedades, que ya no eran muy grandes, por herencia y por el acceso a la compra y venta de la tierra. (WIZNIEWSKY, 2001, p. 382)

Compreendemos, então, a origem de duas sociedades rurais distintas no município de Capão do Leão, a dos pecuaristas-charqueadores e a dos pequenos agricultores camponeses, fato este que também ocorre em outras áreas do Rio Grande do Sul, conforme relata Pebayle (1975) em estudo sobre a formação territorial do estado. Entretanto, mesmo com a existência de propriedades de pequena dimensão física no município, ainda percebemos uma grande concentração de terras, baseadas nos latifúndios produtores de arroz e na atividade da pecuária de corte e, ainda, áreas ditas improdutivas como a fazenda da Palma da UFPel, ocupada pelo assentamento 24 de novembro. (figura 8)

Diante disso, a política pública da reforma agrária tem como objetivo desapropriar áreas improdutivas, ou seja, que não estão cumprindo com sua função social, a fim de assentar famílias de agricultores sem-terra que, por determinadas razões, foram expropriados de suas terras, ou ainda, aqueles moradores urbanos que possuem origens no rural e desejam retornar ao campo.

Percebemos, então, o quanto é complexo esse processo. Diversos elementos sofrem mudanças: o espaço, o território, com as novas formas e funções que serão efetivadas neles, e até mesmo os diferentes modos de vida que darão outros significados àquele território com a implementação do assentamento e da chegada das famílias dos agricultores familiares camponeses. O que deve ser enfatizado aqui são as mudanças significativas que ocorrem quando um latifúndio improdutivo é desapropriado para dar lugar a um assentamento rural composto por diversas famílias. Pois, conforme Medeiros:

O assentamento não é apenas um processo ou programa no espaço; é, acima de tudo, um processo de produção no espaço que ocorre através da apropriação e uso desse novo espaço pelos assentados. Estes modificam o espaço do assentamento e estabelecem relações com ele marcadas, ao longo do tempo, por mudanças no modo de produzir e de se organizar socialmente. O espaço é transformado. (MEDEIROS, 2007, p. 174)

O assentamento 24 de novembro (Figura 9) se apresenta como peculiar diante dos demais projetos de reforma agrária, pois foi constituído em área da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, oficialmente denominado Centro Agropecuário da Palma, conhecida como “Fazenda da Palma” com uma área de 1500 hectares, sendo que o assentamento corresponde a apenas 442 hectares da fazenda.



Figura 8: Estrada principal do Assentamento 24 de Novembro
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Após oito meses acampados na Fazenda da Palma, um contrato de comodato foi estabelecido entre a UFPel e as 26 famílias que formavam a Associação do Assentamento da Palma. De acordo com Wizniewsky:

La opción por el “contrato de comodato” se relaciona con el hecho de la Universidad no tenía la intención de donar al Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA), de forma definitiva, las 442 hectares para que se pudiera establecer un asentamiento de responsabilidad estatal. El “contrato de comodato” concede a los asentados el derecho de disfrutar de la tierra, de las estructuras y de los recursos naturales, así como de hacer construcciones y mejorar las estructuras existentes; en definitiva, el asentado tiene libertad en el desarrollo de sus actividades agrícolas y ganaderas. En el término de contrato no parece existir una idea clara de lo que pueda suceder en el futuro, ya que puede ser transformado en asentamiento del INCRA, o bien, tras indemnización por las estructuras construidas, ser designados los asentados otro

asentamiento. El “contrato de comodato” se hizo con la asociación de asentados, es decir, en grupo y no de forma individualizada, lo que significa que el comodato fue firmado representando a la colectividad del asentamiento. (WIZNIEWSKY, 2001, p. 434)

Wedig (2007) complementa:

O assentamento concretizou-se após a ocorrência de inúmeras negociações e consultas sobre a possibilidade de implantação do mesmo. Para que este pudesse se concretizar formou-se um grupo de docentes, discentes e funcionários da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) que, em conjunto com os agricultores, criaram um projeto interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão na área que seria disponibilizada para o assentamento dos agricultores. (WEDIG, 2007, p. 14)

Salientamos que tanto para as famílias assentadas, quanto para a universidade e os pesquisadores envolvidos no contrato de comodato² era indefinido o futuro das famílias naquela área, ou seja, não se sabia ao certo se o assentamento seria legalizado pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, ou se as famílias deveriam ser assentadas em outra área.

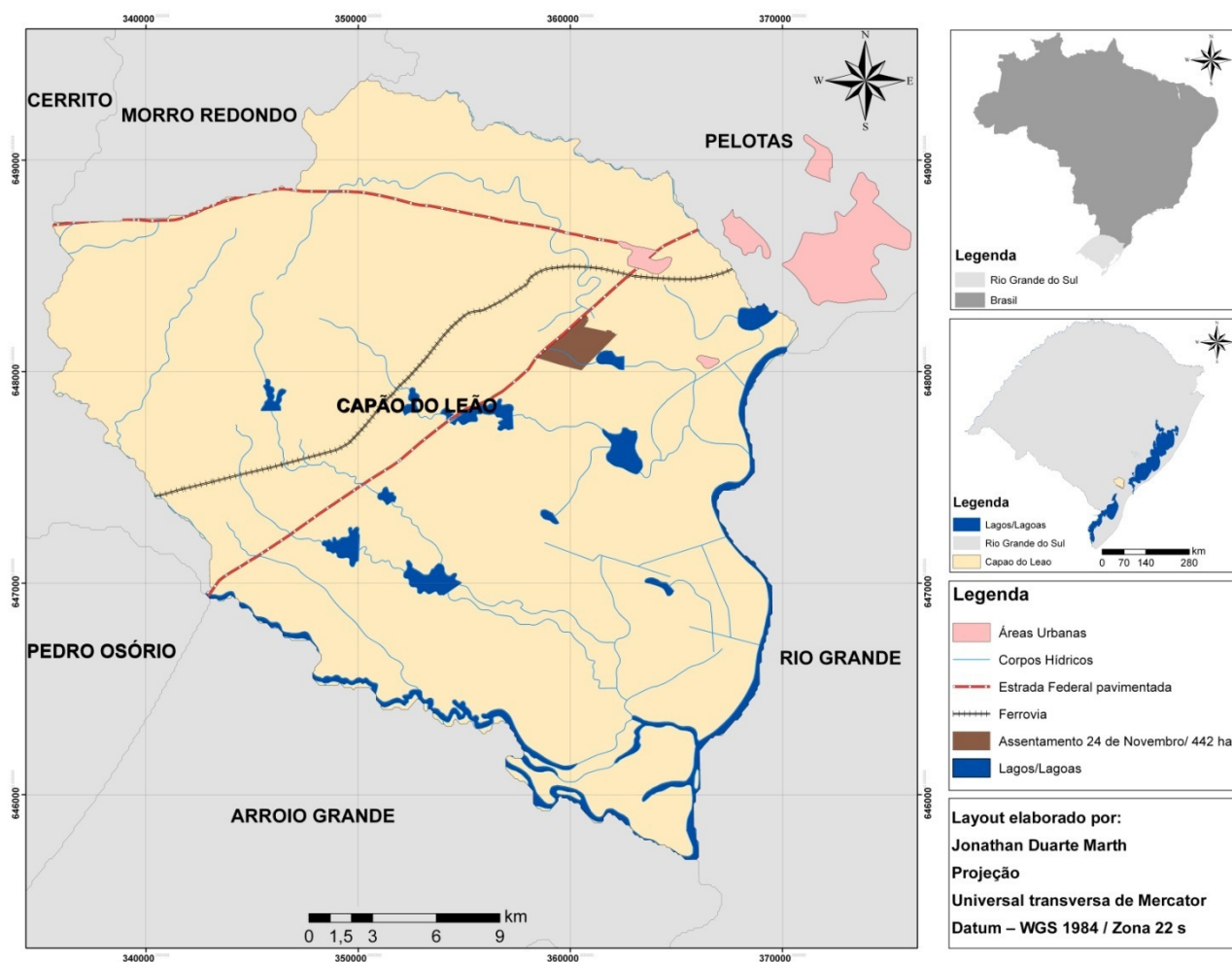


Figura 9 – Mapa de localização do assentamento 24 de novembro
Fonte: Adaptado de IBGE (2009) e WIZNIEWSKY(2001) e elaborado por MARTH(2009).

O contrato de comodato finalizou no ano de 2007, ficando as famílias assentadas à mercê de uma situação de indefinição quanto às normatizações legais de continuidade no local e da construção de projetos futuros. Após o fim do contrato de comodato, as famílias ainda permanecem no assentamento a espera pela legalização desse assentamento pelo INCRA, pois desde o fim do contrato vinham sofrendo com a interferência de processos jurídicos cujos objetivos eram a expropriação dessas famílias da área ocupada. Atualmente, a área do assentamento já foi doada à União, que deve repassar as terras para o INCRA, a fim de constituir efetivamente aquele território em um projeto de assentamento do INCRA, assegurando todos os direitos e deveres das famílias assentadas. (Figura 10)

Entretanto, não deixaram de continuar suas vidas como moradoras efetivas daquele lugar, independente do fim do contrato de comodato. Por meio da pesquisa de campo foi possível perceber o forte sentimento de pertencimento ao lugar por parte das famílias assentadas, inclusive relatam que não imaginam, nem pretendem sair do local, caso o contrato não seja renovado ou o assentamento não seja formalizado pelo INCRA.

As famílias ainda afirmam que após tantos anos de luta em busca do acesso à terra, não pretendem sair do local que com tanto esforço conquistaram, mas revelam que em vários momentos foram tomadas pelo medo de ter que abandonar o lugar em que construíram suas vidas ao lado da família.



Figura 10: Estrada interna do Assentamento 24 de Novembro
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Enquanto alguns assentados não se sentiam totalmente seguros com relação à permanência definitiva no local temendo que tivessem de abandonar a área, independente do fim do contrato de comodato, outras afirmam que jamais imaginaram ter de deixar o assentamento, e que em nenhuma circunstância o fariam. Em suas falas revelam: *Eu não fiz nada aqui ainda. Vou fazer muita coisa ainda (Alceu). E, Nunca deixamo de fazê nada, seria o fim, depois de tanta luta (Ronaldo).*

Percebemos nessas falas os muitos sentimentos que tomavam cada família com relação à situação do assentamento, embora quisesse continuar a vida e desfrutar do sonho realizado, da conquista da terra, o fato de não estar definido o que aconteceria após o fim do comodato atormentava cada sujeito que ali vivia e ia (re)construindo aos poucos uma nova vida em um novo lugar.

Atualmente, o assentamento 24 de novembro apresenta sua organização sócioprodutiva baseada na agricultura familiar, onde cada família, em seu lote produz individualmente. Essa situação não era a mesma no início do assentamento, pois, todas as 26 famílias tinham sua produção organizada coletivamente, onde formavam a Associação dos Agricultores da Palma, que por diversos motivos não durou mais do que um período de dois anos.

Loner [et al.] explicam como se dava essa organização coletiva, entre os anos de 1993 e 1994:

Provavelmente, esta situação – excepcional em termos de assentamentos de colonos sem-terra – tenha condicionado em muito as expectativas destes colonos quando vieram se estabelecer aqui. Inicialmente, tudo foi pensado para ser feito em termos coletivos e muito até hoje assim continua: por exemplo, a cozinha é coletiva, o que é justificado pelo fato de que haveria menos desperdício, além do que retira um pesado trabalho das costas das mulheres. Existe um projeto de lavanderia coletiva, e um setor de conserto de roupas, também coletivo. Coletivo ainda se pretende que seja a creche, o que liberaria a mãe dos cuidados com as crianças enquanto trabalha. (LONER et al, 1996, p. 73)

Percebemos que o projeto coletivo apresentava-se bem organizado e promissor, no sentido de garantir melhores condições de vida às famílias assentadas. Em entrevista, um assentado relata que a associação conseguiu adquirir algumas máquinas e equipamentos agrícolas para facilitar a produção, o que individualmente se torna excessivamente difícil, em função da falta de capital necessária para aquisição dos mesmos. Também as próprias famílias relatam que as condições de vida eram melhores na época da associação. (Figura 11)



Figura 11: Galpão destinado à ordenha do gado leiteiro, construção anterior ao assentamento, utilizado pelas famílias no período da Associação e atualmente utilizado somente por algumas famílias.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Mas, em função de diversos fatores, as necessidades individuais de cada família se sobressaíram e a organização coletiva do assentamento teve seu fim, constituindo-se a produção individual de cada família em seus lotes. Cabe ressaltar, que a própria divisão dos lotes foi feita em função da desagregação da associação, onde os próprios assentados fizeram a medição da área, distribuindo lotes do mesmo tamanho para cada família, em torno de 15 hectares cada um.

Embora revelem que a associação não obteve sucesso por mais de dois anos, ao conversar sobre a mesma é possível perceber que existe um orgulho por parte das famílias por ter conseguido desenvolver o trabalho da associação por tanto tempo, pois conviver, de todas as maneiras, no coletivo, não é uma tarefa fácil, uma vez que viemos de uma sociedade capitalista e individualista, onde os interesses e projetos particulares se sobressaem. Atualmente, as famílias entendem que não é mais possível desenvolver no assentamento um trabalho como o da época da associação, mas acreditam que o fizeram da melhor forma.

É unânime entre os assentados o fato de que a produção era mais desenvolvida na época da associação, pois dispunham de maquinários e de mão-de-obra para desenvolver todo o trabalho. Após a desagregação da associação nem todas as famílias conseguiram desenvolver individualmente em seus lotes o mesmo trabalho e a mesma produtividade, até hoje algumas famílias ainda não estão totalmente asseguradas, no que diz respeito à garantia das suas necessidades básicas.

No entanto, a associação teve seu fim e os lotes começaram a ser divididos. Os próprios assentados revelam que se formaram dois grupos dentro da associação, um deles era o que mais desejava a desagregação do coletivo e, para a demarcação dos lotes estavam presentes um representante de cada grupo, para que não houvessem dúvidas sobre a divisão correta da área. De acordo com as famílias, a medição não ficou totalmente correta, *alguns ficaram com mais, outros com menos*.

Essa divisão dentro do assentamento entre as famílias ainda hoje é perceptível, principalmente, pela forma como estão dispostas as moradias de cada família. Um dos grupos construiu as casas distantes uma das outras, são as que ficam mais próximas da rodovia federal que atravessa o assentamento. Enquanto que o outro grupo construiu suas casas em forma de *agrovila*, como eles mesmo denominam, as casas são muito próximas umas das outras e, entre eles, diversas

formas de sociabilidade são manifestadas, desde a ajuda mútua para o plantio de alguma cultura, o empréstimo e troca de gêneros alimentícios, ao mutirão para a fabricação de doces artesanais.

Assim, a partir dessa diversidade de estratégias socioprodutivas foi sendo construído e reconstruído o assentamento 24 de novembro, buscando cotidianamente a reprodução social e territorial das famílias naquele espaço e fazendo dele o seu lugar de viver.

5.5. O lugar de morar e de produzir: a terra, o trabalho e a família

O cenário atual do assentamento 24 de novembro é o de espera pelo processo de regularização do mesmo como um assentamento do INCRA. *O ambiente é tranquilo* como diz a filha de uma assentada, tranquilo no sentido em que as famílias trabalham e se dedicam à agricultura, combinando ainda outras atividades geradoras de renda como o trabalho não-agrícola. Dessa forma, dão continuidade às suas vidas como agricultores familiares camponeses, e reproduzindo-se no tempo e no espaço como tal.

Durante a pesquisa de campo foi possível entender a importância das categorias que regem o universo camponês, denominada por Woortmann (1990) como: a terra, o trabalho e a família. Acreditamos que a combinação destas três dimensões, presentes em cada unidade familiar do assentamento 24 de novembro, fez com que as mesmas se mantivessem enquanto assentadas naquele território onde o futuro foi durante algum tempo indefinido. A forte relação com a terra estabelecida e as demais interrelações destas categorias é que mantém a unidade camponesa fundamentada no trabalho da família.

O desejo de retornar ao campo e a luta que travaram para concretizar isso se revelam na importância e no significado que a terra possui para cada um dos sujeitos da reforma agrária. As frases abaixo de alguns assentados dizem respeito às suas respostas quando questionados sobre qual era a importância da terra para a família:

*A terra pra mim é tudo.
(Valmir)*

A terra é tudo na minha vida.

(Leni)

A terra é a vida né...a terra é tudo.

(Alceu)

A terra é a mãe, é a nossa vida, ela nos motivô a luta por ela e queremos sobrevivê dela!

(Ronaldo)

Sem a terra eu não vivo...por mais que eu viva na cidade, eu dependo de quem vive nela.

(Suzete)

Silva (2004) em seu estudo em assentamentos de reforma agrária afirma a importância da terra quando diz que: “A representação da terra como terra-mãe, nutridora, capaz de alimentar os filhos é muito forte em todos os depoimentos.” (SILVA, 2004, p. 51). A terra possui tanta importância que alguns assentados revelam que um dos motivos de terem ingressado no MST foi pelo fato de que gostariam que seus filhos fossem criados na terra, pois conhecem como se dá a vida a partir dela, assim como eles cresceram e viveram na mesma.

Paulino e Almeida (2010) afirmam que: “[...] a terra camponesa não é apenas terra de trabalho, ela é também morada da vida, lugar dos animais de estimação, do pomar, da horta e do jardim, é a terra da fartura, onde o grupo familiar se reproduz por meio do autoconsumo.” (2010, p. 40)

As autoras ainda complementam:

A terra camponesa se insere numa concepção de liberdade que se contrapõe à ilusória liberdade burguesa, porque dá ao indivíduo a possibilidade de se realizar como ser portador de sonhos, de aspirações como, por exemplo, do desejo de se enraizar no seu pedaço de chão. (PAULINO & ALMEIDA, 2010, p. 54)

A terra ganha tamanha importância no mundo camponês, pois ela é ao mesmo tempo terra de trabalho e terra de morar e viver com a família, o que, via de regra, não ocorre na vida urbana. Essas características fazem com que o agricultor familiar camponês estabeleça inúmeras estratégias para manter o patrimônio fundiário, o qual deverá ser repassado para as futuras gerações. Esse fato se revela no modo de vida das famílias do assentamento 24 de novembro.

O trabalho é igualmente uma categoria de suma importância no universo camponês, e possui suas peculiaridades quando desenvolvido por agricultores

familiares. O trabalho é organizado e executado pelo grupo familiar no interior da unidade camponesa e não tem um caráter de assalariamento, chamado, então, de mão-de-obra não remunerada, que conforma os rendimentos familiares de maneira indissociável.

O trabalho, no mundo camponês é direcionado à garantia das necessidades básicas da família, ou seja, a sua subsistência. Não tem função acumulativa, tem como foco a manutenção do patrimônio familiar, nesse caso, a terra, somado ao bem-estar da família.

Gerardi e Salamoni (1994), ao se dedicarem a compreender e estudar as ideias de Chayanov, um importante estudioso sobre o campesinato que buscou definir e explicar as dinâmicas próprias das unidades camponesas, nos explicam que:

O modelo básico de Chayanov pode ser entendido como sendo uma análise microeconômica interna das unidades camponesa. Segundo ele, cada família possui uma dinâmica demográfica própria, dada em função do número de membros que a compõem e de suas idades. Esta composição familiar determinará a variação no volume de trabalho e com consumo, necessário para garantir a sobrevivência da família, pressuposto que é de extrema importância para compreender o campesinato sob o ponto de vista de Chayanov. (GERARDI & SALAMONI, 1994, p. 199)

Desse modo, compreendemos, de acordo com as ideias de Chayanov, o que move o trabalho camponês: o suprimento das necessidades familiares e, num segundo momento, a reprodução do patrimônio da família. As autoras ainda complementam essa discussão, baseadas nas teorias de Chayanov, explicando que:

As somas extraídas da venda só serão invertidas na renovação de capital se estiverem garantidas as condições de sobrevivência da família. Dessa forma, não existe a menor possibilidade de acumular capital, nem que isso represente uma forma de herança futura a ser deixada aos membros da família, se as necessidades elementares não forem atendidas anteriormente. (GERARDI & SALAMONI, 1994, p. 201)

Wanderley (2009) também se dedicou a estudar mais profundamente a obra de Chayanov para discutir questões alheias ao campesinato. A autora afirma que:

[...] ao contrário da empresa capitalista, propriamente dita, a empresa familiar não se organiza sob a base da extração e apropriação do trabalho alheio, de mais valia. A fonte do trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção. [...] A ausência de mais-valia, como motor do processo produtivo, imprime

na unidade familiar de produção um caráter específico, que foi percebido e formulado por Chayanov. Para ele, o produtor familiar é fundamentalmente um proprietário que trabalha. Na verdade, quem trabalha é o agricultor e sua família e é familiar a propriedade do estabelecimento. (WANDERLEY, 2009, p. 138)

Entendemos, então, porque o trabalho, assim como a família e a terra são tão importantes na constituição da unidade camponesa e do modo de vida que a rege, por suas particularidade e singularidades que a tornam como uma categoria única na sociedade capitalista em que vivemos.

Quando alguns agricultores deixam sua vida no campo e vão para a cidade, como foi o caso de muitas pessoas do assentamento 24 de novembro, as formas de trabalho em um ambiente urbano seguem uma lógica totalmente diferente daquela vivenciada na agricultura familiar camponesa, principalmente, porque recebem salários individuais.

O trabalho familiar se manifesta no cotidiano das famílias do assentamento 24 de novembro, onde os integrantes do grupo doméstico trabalham unidos. Nos lotes em que os filhos não residem mais com os pais, estes últimos desenvolvem o trabalho sozinhos, já com certa dificuldade na disponibilidade da mão-de-obra. Nos casos em que os filhos retornam dos estudos aos finais de semana ao chegarem em casa estes imediatamente assumem suas responsabilidades de trabalho com a família no lote. Podemos perceber que o fazem por vontade própria, por uma necessidade de se (re)integrar àquele universo de trabalho familiar.

Entre as famílias entrevistadas do assentamento, apenas duas delas desenvolvem trabalho externo ao lote, em ambas o marido trabalha como pedreiro. Em uma das famílias, o trabalho do marido de pedreiro é somente um trabalho complementar ao trabalho como agricultor, ou seja, sua principal atividade é a agricultura, mas quando lhe sobra tempo, desenvolve este outro ofício. Enquanto na segunda família, o trabalho como pedreiro vem substituindo o trabalho do marido como agricultor, desse modo, as atividades que desenvolvem com relação à agricultura são somente destinadas ao consumo da família e são desenvolvidas pela esposa. Nesta família, a principal fonte de renda é o trabalho do marido, externo ao lote, nas demais famílias entrevistadas a fonte de renda provém de atividades agrícolas, principalmente do leite. Em apenas uma família a renda se dá a partir de aposentadoria dos dois membros da mesma, marido e esposa.

Ainda, outra peculiaridade sobre a categoria trabalho entre agricultores familiares camponeses são as divisões no interior da unidade camponesa. As divisões do trabalho estão ligadas, principalmente, a questões de gênero e faixa etária e podemos chamar de divisão social do trabalho no mundo camponês.

É preciso que levemos em consideração uma hierarquia presente na família camponesa, que se manifesta em diversas relações, nas formas de trabalho e na tomada de decisões da família, ou seja, essa hierarquia faz parte da dinâmica da unidade camponesa. A questão do trabalho, que estamos discutindo aqui, está imersa nessa hierarquia entre homens e mulheres camponeses.

Woortmann (1997), ao analisar o processo de trabalho agrícola de camponeses nordestinos, observou que:

O processo de trabalho no espaço do que será o roçado replica, pois, os espaços sociais do homem e da mulher: o que o homem faz, está referido ao espaço da produção e das relações externas; o que a mulher faz está referido ao espaço da casa e do consumo. O que o homem faz tem um uso alternativo: tanto pode ser insumo interno para a produção, como pode se tornar mercadoria. O que a mulher faz tem apenas valor de uso no âmbito doméstico. (WOORTMANN, 1997, p. 60)

Então, conforme a autora, e a partir das experiências vividas em campo, constatamos que as atividades destinadas às mulheres e aos filhos menores dizem respeito à casa e ao redor da mesma, ou seja, as atividades domésticas, a horta e as criações de animais, como porcos e galinhas, e, muitas vezes, a tarefa de tirar leite também cabe à mulher camponesa. Já o trabalho do homem está relacionado às lavouras comerciais e as criações de gado leiteiro e de corte.

Desse modo, fica evidente a separação e a função de cada um no trabalho familiar, o homem restrito à produção e a mulher ao consumo, devido a isso, o trabalho da mulher, muitas vezes, é menosprezado ou menor valorizado que o trabalho do homem, por não estar associado diretamente à renda monetária, mas sim, ao abastecimento da família, de bens e produtos indispensáveis à reprodução da família camponesa.

Paulilo (2004) ao estudar o trabalho da mulher camponesa em cinco regiões do Brasil, afirma que:

[...] percebemos que a distinção entre trabalho 'pesado' feito pelos homens e trabalho 'leve' feito pelas mulheres não se devia a uma qualidade do próprio esforço despendido mas ao sexo de quem o executava, de tal modo

que qualquer trabalho era considerado leve se feito por mulheres, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que fosse. Vemos o mesmo fenômeno se repetir quando da divisão entre trabalho doméstico e trabalho produtivo. É simples: é doméstico se é atribuição da mulher. Se ela vai para a roça com o marido, é trabalho produtivo, mesmo que o que for colhido seja tanto para vender como para comer. Se cuida da horta e das galinhas sozinha, é trabalho doméstico. Se vende ovos de vez em quando, uma galinha ou outra é tão pouco que não vale a pena teorizar sobre isso. (PAULILO, 2004, p 245).

Dessa forma, é comum que algumas mulheres, quando questionadas sobre o trabalho, afirmarem que elas somente “ajudam” o marido, quando, na verdade, estas mulheres desenvolvem um trabalho essencial e necessário para a reprodução da família, muitas vezes maior até que o trabalho desenvolvido pelos homens. Isso revela que o trabalho da mulher no espaço rural ainda está, de certa forma, invisível. Sobre este assunto Moraes *et al* (2011) contribuem afirmando que:

A invisibilidade do trabalho feminino, tema caro das reflexões sobre o rural, está restrita ao trabalho desempenhado pela mulher no interior do lote: tanto na esfera do domicílio, o cuidado da casa, dos filhos, da horta e a “ajuda” prestada ao marido. O desprestígio do trabalho feminino é interpretado por alguns autores pelo fato de este ser um trabalho reprodutivo. É um trabalho repetitivo, feito à mesma maneira todos os dias sem nunca chegar ao produto final da tarefa. Ao contrário do trabalho produtivo realizado pelo homem, cuja etapa final produzirá algum rendimento que garantirá a prosperidade da família. (MORAES *et al*, 2011, p. 120)

Moraes *et al* (2011) explicam que embora este seja um fato e se reproduza na maioria das famílias camponesas, é preciso ressaltar que estratégias vêm sendo buscadas para a superação desta “invisibilidade”, principalmente pelas mulheres camponesas e também dentro do MST, como um movimento social que busca direitos igualitários entre homens e mulheres. Dessa forma, podemos dizer que nos assentamentos de reforma agrária esta discussão tem sido mais presente e o trabalho (re)pensado nas unidades camponesas. Nesse sentido, os autores esclarecem:

No meio rural ainda permanece um ideário de família nuclear, com papéis bem divididos entre os membros e tendo no homem o “chefe da família”. Mudanças vêm ocorrendo e as mulheres permanecem mais participativas nas tomadas de decisões. A expressão dessas mudanças é o fato das mulheres estarem participando da gestão do lote. (MORAES *et al*, 2011, p. 123)

Essa maior visibilidade do trabalho feminino e o reconhecimento da mulher na tomada de decisões no interior dos lotes se evidencia entre as famílias do assentamento 24 de novembro. Na inserção a campo, o trabalho do casal, e às vezes dos filhos juntos, em diversas atividades, é uma prática comum e confirmada pelo assentado Ronaldo em seu depoimento sobre o trabalho da família: *O trabalho aqui é diferente, agora o trabalho que é da mãe é de todo mundo. (Ronaldo)*

Talvez, essa forma de trabalho, onde a mulher participa da maioria das atividades com o homem, de fato como trabalhadora e não como “ajudante”, se desenvolva por uma necessidade de mão-de-obra em todas as atividades de trabalho mantidas pela família, ou ainda, por uma herança deixada pelos ensinamentos do MST e pelas experiências enquanto acampados, onde a questão de gênero é discutida entre os sem-terra, assim como ações e princípios que direcionem uma vida mais democrática, humana e justa. Schu (2008) afirma que:

Dentro dos assentamentos e acampamentos as mulheres têm oportunidades de formação, tais como oficinas sobre temas variados, jornadas, estudos e outros. Como inspiração a estas mulheres apresenta-se personalidades que gravam seu nome na história devido à luta contra a opressão, como por exemplo, Rosa Luxemburgo, ícone feminino da luta anticapitalista. (SCHU, 2008, p. 4)

Entendemos, então, essa maior representatividade e valorização do trabalho da mulher nos assentamentos, em função da herança que carregam enquanto trabalhadoras rurais sem-terra, integrantes de um movimento social.

Nas unidades camponesas, não é impossível pensar a terra sem o trabalho e sem a família, consequentemente, estas três categorias se relacionam diretamente e regem a lógica e o cotidiano que conformam o modo de vida camponês.

Nesse sentido, ao falarmos sobre o trabalho, mencionamos a família e a importância da mesma para o desenvolvimento do trabalho na unidade camponesa.

No assentamento 24 de novembro, podemos dizer que as famílias são bastante numerosas, ou seja, o número de filhos é significativo. No entanto, encontramos um número menor de crianças, mas em maior quantidade jovens, entre 16 e 20 anos. Também não é muito significativo o número de idosos no assentamento. Entre as famílias entrevistadas apenas uma é composta por um casal de agricultores já idosos.

A família, para além do trabalho, se mantém unida em todas as decisões e ações que envolvem a gestão do lote. Em todas as famílias entrevistadas, quando

questionadas sobre as decisões tomadas, foi unânime a resposta de que são tomadas coletivamente, ou seja, toda a família participa e interfere nas posições assumidas, seja em relação à produção agrícola ou relacionado a outro assunto qualquer.

No que diz respeito à convivência entre as famílias do assentamento, a maioria acredita que existe um bom convívio entre as mesmas. Existe uma comunidade católica no interior do assentamento em que são realizadas missas mensalmente e, também festas que envolvem toda a comunidade, como na festa de final de ano, em que a maioria das famílias comemora coletivamente. (Figuras 12 e 13)

As relações de sociabilidade, reciprocidade e solidariedade se manifestam no assentamento cotidianamente, mesmo que imersa em conflitos. Sabourin (2009) explica que as formas de solidariedade, dentro de um assentamento de reforma agrária, podem nascer e funcionar: “[...] em torno do caráter unificador da ideologia ou dos valores humanos compartilhados, quer seja na religião ou na mística discursiva, na ética ou na estética dos movimentos sociais.” (SABOURIN, 2009, p. 135)



Figura 12: Comunidade Católica do Assentamento 24 de Novembro
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.



Figura 13: Salão da Comunidade Católica do Assentamento 24 de Novembro
Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Apenas uma assentada entrevistada, Suzete, revelou que o convívio entre as famílias não é tão bom, e que existem algumas divergências entre elas, mas acredita que não são tão intensas a ponto de atrapalhar a convivência no interior do assentamento. Ela também relatou que não costuma participar das festas que acontecem na comunidade.

No entanto, ao mesmo tempo em que aponta problemas de convivência entre as famílias, Suzete afirmou, em um de seus relatos, quando relembra o processo de constituição do assentamento, que *se as famílias não fossem tão boas* o assentamento não teria futuro. Ainda, em suas palavras: *Olha, as pessoas daqui são boas mesmo, porque se fosse outra gente, isso aqui não ia pra frente...*

É possível perceber, então, que embora as condições atuais de convívio entre as famílias possam não ser tão tranquilas, influenciadas pelo processo de fim do contrato de comodato e, conseqüente, legalização do assentamento, o que gerou por vezes conflitos entre as famílias, Suzete reconhece em cada família qualidades positivas, que foram importantes para a constituição do assentamento 24 de novembro e que se manifesta nas relações de sociabilidade.

Na maioria das famílias entrevistadas do assentamento 24 de novembro é comum a permanência somente da esposa e do marido no lote, pois os filhos

estudaram ou ainda estão estudando, ou estão trabalhando fora. São muitos os jovens do assentamento que continuaram os estudos no ensino técnico e superior.

O Instituto Federal Sul-Riograndense/IFSul – Campus Visconde da Graça, antigo Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, localizado na cidade de Pelotas abriga atualmente muitos jovens do assentamento que estão cursando o ensino médio integrado em cursos técnicos como: Técnico em Agropecuária, Técnico em Agroindústria, Técnico em Meio Ambiente, entre outros. Os alunos permanecem durante a semana no internato do Instituto e, aos finais de semana retornam para o assentamento, desenvolvendo suas atividades como filhos de agricultores familiares camponeses.

Além dos estudantes de cursos técnicos, alguns jovens assentados concluíram também o ensino superior, uma delas é Advogada e a outra Administradora de Empresas, esta última residindo e trabalhando em Brasília/DF. Cabe ressaltar, que estas duas jovens também concluíram o ensino técnico no IFSul em Pelotas.

Embora a juventude do assentamento possua um grau mais elevado de escolaridade, os adultos, homens e mulheres que compõem o assentamento não frequentaram por muito tempo os ambientes escolares, a grande maioria dos assentados possui apenas o ensino fundamental incompleto.

Nesse sentido, é com orgulho que as famílias do assentamento 24 de novembro falam destes jovens rurais que continuaram os estudos e, hoje, representam o assentamento em outras instâncias da sociedade e do mundo do trabalho. Ainda, o conhecimento formal adquirido por estes jovens, por vezes, retorna diretamente ao assentamento, no momento em que colocam em prática o saber acadêmico no trabalho com as famílias, possibilitando uma troca mútua de saberes.

No entanto, mesmo que os pais desejem que seus filhos estudem e tenham outras profissões e não a de agricultor, também existe o desejo de que os filhos assumam no futuro o lote da família e continuem o trabalho passado de geração em geração, isto se mantém muito forte no pensamento dos agricultores entrevistados e é quase unânime essa projeção ambígua de futuro para os filhos, e se revela na fala de Valmir: *O meu sonho era que eles assumissem isso aqui. (Valmir)*

Ao mesmo tempo em que Valmir fala com orgulho dos filhos que estão estudando, e que ele não teve oportunidade de realizar (um dos filhos trabalha e

estuda em outra cidade, distante de Capão do Leão, e o outro cursa ensino médio nesse mesmo município), assim como outros tantos assentados, mantém viva a vontade de deixar aos filhos a terra que tanto lutou para conquistar, dando continuidade a uma geração de agricultores, própria da lógica que move o mundo camponês.

Quando questionadas sobre o futuro do assentamento, a maioria das famílias tem a mesma percepção. Ao conversar com cada uma delas percebemos que, atualmente, todas as ações das famílias estão movidas em torno de um único fato: a legalização do assentamento pelo INCRA. Alguns assentados afirmaram que só investirão no lote se acontecer a formalização do assentamento.

Diante disso, o futuro do assentamento está relacionado à ação do Estado, representado pelo INCRA, pois as famílias esperam, inclusive, obter o acesso às linhas de crédito que não puderam obter no início do assentamento por não serem legitimados como um assentamento do INCRA. Nas palavras de alguns assentados:

Esperamo que o assentamento decole, esperamo mais recursos, a esperança é na regularização.
(Ronaldo)

O assentamento vai ter que mudar muito, a organização, o pessoal ta acomodado, desacorçoado.
(Valmir)

Os assentados que revelaram não ter feito investimentos no lote pela condição jurídica no assentamento, afirmam que após a legalização o farão, e conseguem projetar um futuro com mais oportunidades e melhoria nas condições de vida das famílias.

No entanto, alguns assentados ainda temem que esse processo nunca aconteça e as famílias continuem à mercê de um futuro que todos desconhecem. *Eu tô vendo só o presente, o futuro...vamo esperá mais um pouco. A gente tem que vivê dia após dia...* (Suzete).

Nessa discussão, Paulino (2006) traz importantes contribuições:

Considerando-se que o processo de territorialização camponesa é um continuum, marcado por lutas permanentes para assegurar a sua condição de classe, o insucesso de uma empreitada não deve ser tomado como o fim de uma trajetória. Em algumas ocasiões, ele pode até se constituir em um recomeço, que traz como incremento mais uma referência para as práticas futuras. (PAULINO, 2006, p. 317)

Paulino (2006) explica que mesmo que a trajetória desenvolvida pelos agricultores no assentamento não seja exatamente aquela idealizada nos tempos de luta pela terra, é preciso levar em conta que a territorialização camponesa estará sempre num processo de continuidade, onde situações não tão positivas possam vir a se transformar em um novo começo, aqui no caso do assentamento 24 de novembro, a constituição do mesmo como um assentamento do INCRA.

Suzete prefere não ter tantas certezas para o futuro no assentamento, mesmo com a legalização. Depois de quase vinte anos, de uma vida inteira construída à espera do reconhecimento pelo INCRA, ela teme em ter novas esperanças, inclusive nem projeta mais a sua vida e a da família no assentamento, ela afirma que pretende um dia ir embora, pois não consegue visualizar projetos futuros para a família no assentamento.

O fato do assentamento 24 de novembro não ser constituído como um assentamento de reforma agrária do INCRA gerou uma invisibilidade destes assentados, por não se “enquadrarem” em nenhum grupo específico. Os próprios assentados revelam que ficaram excluídos de projetos desenvolvidos por instituições públicas que eram desenvolvidos com famílias de assentamentos e nos próprios assentamentos também, e que poderiam contribuir com a melhoria da qualidade de vida das famílias, auxiliando nas práticas de trabalho e nos projetos futuros.

Embora recebam, eventualmente, assistência técnica da Emater nenhuma outra instituição possui ações junto ao assentamento 24 de novembro. Como é o caso da Universidade Federal de Pelotas que, conforme o contrato de comodato, deveria auxiliar de forma técnica, e o MST que através de uma cooperativa de assistência técnica, a COPTEC, Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos, presta assessoria nos assentamentos. Podemos pensar que essa falta de incentivos externos e até da ausência de assistência técnica contribuíram para que o assentamento 24 de novembro não se desenvolvesse adequadamente, o que levou muitas famílias a abandonarem o lugar e o lote.

Mantendo cotidianamente a relação entre a terra, o trabalho e a família, os agricultores do assentamento 24 de Novembro vão construindo e reconstruindo o seu lugar de viver, desde o momento em que chegaram naquele local, pois até hoje é o lugar de morada, trabalho e produção de cada uma das famílias que compõe o assentamento e faz dele um lugar de resistência do modo de vida camponês.

Para que pudéssemos compreender como cada família constrói o seu lugar de viver, para além das entrevistas, foi solicitado que marcassem o seu lote em um mapa do assentamento, elaborado previamente (APÊNDICE 2), e ainda que fizessem um desenho que representasse o lugar de viver da família (APÊNDICE 3). A demarcação do lote no mapa do assentamento era feita no momento da entrevista, já a representação do lugar de viver, na forma de croqui, foi sugerida que pudessem fazer com mais tempo e seria recolhido em um outro momento, o que fez com que dois assentados esquecessem o pedido. No entanto, as outras cinco famílias entrevistadas entregaram a representação gráfica do seu lugar de viver.

Acreditamos que, juntamente com as informações coletadas em entrevista, os desenhos construídos pelas famílias são de grande importância para entender o lugar de viver das famílias assentadas, ali fica exposto o que é importante para cada uma delas e o que direciona o seu dia-a-dia.

A partir das ideias de Tuan (1980) buscamos apreender as representações que cada assentado fez de seu lugar de viver, e apoiadas no autor, entendemos que essa representação acontece a partir da visão de mundo que cada sujeito possui, pois, de acordo com Tuan (1980, p. 4): “A visão de mundo é a experiência conceitualizada. Ela é parcialmente pessoal, em grande parte social.” Então, a partir da visão de mundo que, em parte foi construída individualmente, e em parte socialmente como um sujeito do assentamento, cada assentado possui as suas formas de representar o que pra ele é o seu lugar de viver.

Tuan (1980) ainda contribui com o conceito de Topofilia, que é “[...] o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito vívido e concreto como experiência pessoal.” (TUAN, 1980, p. 5). A partir da topofilia, dessa relação que cada família estabelece com o lugar em que vivem é que se dá a representação do seu lugar de viver, dentro do assentamento, ou seja, a forte relação que mantém com aquele lugar se manifesta na representação realizada.

Nas entrevistas ficou evidente o quanto a não legalização do assentamento pelo INCRA interferiu na vida das famílias e até hoje interfere nas decisões futuras das mesmas. Mas, ao pedir que marcassem o seu lote no mapa do assentamento, isso se refletiu mais ainda, pois os lotes foram definidos e marcados pelas próprias famílias, ou seja, não houve uma marcação precisa e exata, como seria em um assentamento organizado pelo INCRA. Isso causou um enorme desconforto nos assentados no momento de marcarem seus lotes no mapa, ficavam por um longo

tempo olhando e tentando entender onde se localizava o lote de cada família, para depois marcarem o seu lote, e era com certa insegurança que o faziam.

Um entrevistado relatou, inclusive, que não poderia fazer a marcação, pois não sabia e ninguém do assentamento sabia onde se localizavam exatamente cada um dos lotes, somente após a explicação que seria apenas uma representação da localização e disposição dos lotes no assentamento que ele compreendeu e aceitou fazer a marcação de seu lote no mapa do assentamento.

Já com relação à representação do lugar de viver, os assentados também tiveram certa resistência ao fazê-lo, por acreditarem que não teriam capacidade para isso. Por outro lado, as mulheres e as crianças tiveram mais entusiasmo ao fazê-lo e, na maioria das famílias entrevistadas foram as mesmas que fizeram a representação gráfica do lugar de viver de suas famílias.

Tuan (1980) afirma que são extremamente variadas as maneiras que cada pessoa percebe e avalia a superfície terrestre, ou seja, o lugar, o espaço em que vivem, conforme podemos perceber nos croquis desenhados pelas famílias, onde cada um desenhou a partir da sua percepção. O autor ainda diz que: “Duas pessoas não vêem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente. A própria visão científica está ligada à cultura.” (TUAN, 1980, p. 6). Podemos dizer, então, como já mencionado, que as famílias representam o seu lugar de viver a partir da visão de mundo, de suas percepções e, ainda, de suas culturas. Poderíamos afirmar, também, que se pedíssemos a um proprietário patronal, por exemplo, representar o seu lugar de viver ele o faria totalmente diferente de como fizeram as famílias do assentamento 24 de novembro, por possuir outros valores de vida, por pertencer a um outro grupo social, por ter uma outra visão de mundo, enfim, por diversos fatores que o diferenciam de um agricultor familiar camponês. Dessa maneira, o que cada família representa como seu lugar de viver está carregado de símbolos que dizem da maneira como percebem e interpretam a própria vida.

Reiterando o que já foi mencionado, o desenho feito pelas famílias diz muito do que é o lugar de viver para cada uma delas e o que ganha importância nesse lugar. Foi possível perceber que, nos desenhos construídos pelas mulheres, a casa e os arredores como a horta, as criações de pequeno porte, a caixa d'água e os galpões ficaram mais evidenciados, enquanto que nos desenhos apresentados pelos homens estes davam uma visão mais geral do lote, onde constavam as lavouras

maiores e destinadas à comercialização e, até as divisões do lote com as outras famílias.

Embora possam ter sentidos diferentes para homens e mulheres, o lugar de viver das famílias, evidenciado nas representações gráficas, ao entrevistar, conversar e participar do cotidiano da família percebe-se que esse lugar de viver é aquele que construíram com muito trabalho desde o ingresso na luta pela terra, e cujo resultado objetivo e simbólico está representado pela unidade terra, trabalho e família. Pois, de acordo com Tuan (1980):

O apego à terra do pequeno agricultor ou camponês é profundo. Conhecem a natureza porque ganham a vida com ela. Os trabalhadores franceses, quando seus corpos doem de cansaço, dizem que “seus ofícios formar parte deles”. Para o trabalhador rural a natureza forma parte deles – e a beleza, como substância e processo da natureza pode-se dizer que a personifica. Este sentimento de fusão com a natureza não é simples metáfora. Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física do contato. A topofilia do agricultor está formada desta intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança. A apreciação estética está presente, mas raramente é expressada. (TUAN, 1980, p. 111)

A natureza se faz presente nas representações do lugar de viver de cada família assentada, devido à importância que a mesma tem na vida de cada agricultor familiar camponês, como explicou Tuan. A natureza é condição básica para a sua reprodução enquanto agricultor. Tuan (1980) ainda ressalta que: “O trabalhador rural não emoldura a natureza em lindos quadros, mas pode estar profundamente consciente da sua beleza. (TUAN, 1980, p. 112). Dessa forma, percebemos que os agricultores evidenciam a natureza em seus croquis não somente como terra, que é terra de trabalho, de morada e etc, mas também, com a consciência da beleza que a mesma possui, da beleza da vida no campo.

A partir das entrevistas realizadas junto às famílias do assentamento 24 de novembro foi possível perceber que os assentados constroem o seu lugar de viver baseado na sua trajetória/história de vida e, principalmente, da lógica camponesa que carregam do tempo em que viviam com seus pais no norte do Estado do Rio Grande do Sul.

No entanto, muitos entrevistados afirmaram que mesmo que mantenham algumas práticas e saberes desenvolvidos na época em que trabalhavam com os pais, atualmente procuram aprender outras práticas que possam contribuir significativamente no trabalho desenvolvido pelas famílias e, ainda, se utilizam de

técnicas que eles próprios desenvolveram e julgam serem mais adequadas do que as utilizadas na época dos pais.

Desse modo, as famílias do assentamento 24 de novembro constroem e reconstróem o seu lugar de viver que é ao mesmo tempo lugar de trabalho e lugar de morada, baseado em suas tradições camponesas e nos novos paradigmas que se apresentam dia-a-dia na vida de agricultores familiares camponeses que buscam sempre se manterem como tal garantindo uma vida mais justa, digna e honesta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar uma pesquisa no universo dos assentamentos de reforma agrária as experiências vividas e as histórias ouvidas são múltiplas e infinitamente ricas e, permitem pensar, refletir e discutir sobre uma infinidade de questões que envolvem o espaço rural brasileiro e suas próprias contradições, como a questão agrária e a, consequente, desigualdade social também vivida no campo.

Propomos neste trabalho discutir o lugar de viver de famílias assentadas por acreditar que o mesmo possui suas particularidades, uma vez que estão inseridas num contexto de luta pela terra, o que as leva a possuir uma trajetória/história complexa e carregada de experiências múltiplas.

As famílias do assentamento 24 de novembro e o lugar de viver que cada uma construiu ao longo de sua vida no assentamento é ainda mais singular, pelo fato do assentamento não ter sido legalizado como um assentamento do INCRA, fazendo com que o seu lugar de viver fosse incerto, desde o início do assentamento até os dias atuais, o que não levou as famílias a deixarem de construir esse lugar e de se reproduzirem como agricultores familiares camponeses, mesmo que por vezes o medo e a insegurança de terem que deixar o assentamento se fizesse presente.

No entanto, a territorialidade camponesa e o modo de vida camponês manifestados no assentamento 24 de novembro pelas famílias que o compõem, a partir de suas trajetórias e histórias de vida repletas de significados e sentidos, efetivam a construção do lugar de viver de cada família. Pois, os sujeitos da reforma agrária constituem suas identidades através da memória, retrospectivamente, e dos projetos, prospectivamente.

A partir da relação entre as categorias terra, trabalho e família que se manifestam no universo camponês, os sujeitos do assentamento 24 de novembro vão desenhando e redesenhando cotidianamente o lugar que construíram com suas famílias. Esse lugar traz as experiências e práticas sociais mantidas pela família e projeta as esperanças que direcionam o seu futuro. Cada assentado tem orgulho do lugar de viver que construiu para e com a família, e é assim que recebem cada visita, mostrando o que conquistaram com muita luta e dedicação.

Embora as famílias tenham permanecido no assentamento em meio a conflitos em relação a regulamentação legal da área, a sua permanência naquele local como assentados da reforma agrária fez com que tenham resistido

cotidianamente, sem cogitar a possibilidade de abandonar o seu lugar de viver. Por outro lado, foi possível perceber, na inserção em campo, que as famílias não se reconhecem e não se vêem totalmente naquele espaço em que construíram o seu lugar de viver. E, isso se deve, principalmente, pelo fato do assentamento não ter se constituído desde o início como um assentamento do INCRA. Assim, embora afirmem que nunca pensaram em ter que deixar aquele lugar, fica nítido que uma sensação de medo e insegurança sempre se fez presente entre as famílias do assentamento. Isso se revela claramente no momento de marcar o seu lote no mapa do assentamento cedido por mim, como mencionei anteriormente, muitas famílias resistiram a isso, e era com incerteza e insegurança que o faziam, por não se reconhecerem plenamente naquele lugar, por ainda esperar pelo dia em que o lote de cada um será definido, a partir da presença do INCRA.

Outro aspecto importante a ser considerado foi a ausência de instituições como a Universidade Federal de Pelotas, proprietária da área do assentamento antes da mesma ser cedida à União, e que, assim como as famílias do assentamento, tinha se comprometido no contrato de comodato, no sentido de prestar assistência técnica às famílias, contribuindo para o desenvolvimento daquele lugar. Entretanto, essas ações não se confirmam no presente momento.

A Embrapa, instituição de pesquisa que deve estar comprometida com o desenvolvimento rural, e que está localizada ao lado do assentamento, também não contribuiu para que o mesmo se tornasse um lócus de reprodução familiar camponesa, garantindo qualidade de vida para as famílias que ali viviam.

Mas, em meio a tudo isso, as famílias do assentamento 24 de novembro construíram o seu lugar de viver, que é também lugar de morada e lugar de trabalho, desde o momento em que chegaram naquele lugar que seria o assentamento, e o lugar em que ficariam para o resto de suas vidas. Ainda hoje esse lugar é construído, de acordo com os entraves que se colocam dia-a-dia na vida de cada agricultor e nas esperanças que renascem também a cada dia, de um mundo mais digno e justo, e onde a agricultura familiar possa se reproduzir social, econômica, ecológica e culturalmente, garantindo melhores condições de vida e alimentos saudáveis para todos os brasileiros, efetivando a construção de um mundo mais igualitário e humano.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flamarion Dutra Alves; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires; FERREIRA, Enéas Rente. Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais:: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v.2, n. 4, p. 82-97, ago.2007.

BAEZ, Alejandra Anahí. **A diversificação da produção como forma de resistência no campo: O caso das famílias do assentamento Encruzilhada Natalino fase IV.** In: IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais, 2010, Araraquara. IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais. Araraquara : UNIARA, 2010.

BECKER, Cláudio; SACCO DOS ANJOS, Flávio. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. In: **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 17(1): 61-72, 2010.

BELEDELLI, Senira. **A cultura dos camponeses sem terra e a organização do território dos assentamentos.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005. 139 p.

BERGAMASCO, Sonia M.P.P. A Família nos assentamentos rurais: histórias e conquistas. In: PRESVELOU, C.; ALMEIDA, F.R.; ALMEIDA, J.A.(Orgs.) **Mulher, família e desenvolvimento rural.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996. p.75- 91

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa.** São Paulo: Annablume, 2004. 396 p.

BORGES, Maristela Corrêa. Da observação participante à participação observante: Uma experiência de pesquisa qualitativa. In: RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. (orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: Nas trilhas da investigação.** Uberlândia: Ed. Assis, 2009. p. 183-198.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. 361 p.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 315 p.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acessado em 08/05/2012 às 18 horas e 16 minutos.

BUTH, Fernanda; CORRÊA, Walquíria Kruger. A reconstrução do território a partir de assentamentos rurais: o caso do assentamento Ramada – RS. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 152-172. Ago. 2006.

BUTTIMER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 3ª ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007. 453p.

CLAVAL, Paul. A Revolução Pós-Funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: MENDONÇA, F. e KOZEL, S. (orgs.). **Elementos de Epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: EDUFPR, 2002. p. 11-43.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR – CONSEA. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/consea-2>. Acessado em 26/04/2012 às 13 horas e 2 minutos.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 224 p.

DAVID, César de. Agricultura Familiar em Assentamentos Rurais: Contribuições à dinâmica regional do sul do estado do Rio Grande do Sul. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Org.). **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais**. Uberlândia: Assis Editora, 2008, p. 15-38.

FAO/INCRA. Projeto UTF/BRA/036/BRA – **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1994.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. A vida-travessia de mulheres assentadas rurais. In: **Retratos de Assentamentos**, v. 14, n. 1, 2011. p. 93-114.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e Agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: A Questão Agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-69

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. São Paulo: Caderno de Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nº 30. Setembro de 2008.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. 120 p.

FISCHLER, Claude. Las funciones de lo culinario. In: **El (h)omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo**. Barcelona: Anagrama, 1995. p.61-87.

GALVÃO, Ana Rúbia Gagliotto et al. O território e a territorialidade: Contribuições de Claude Raffestin. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SOUZA, Edson Belo Clemente de. (Orgs.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 33-46.

GAZOLLA, Marcio. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sergio. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 85-106.

GERARDI, Lucia H. O.; SALAMONI, Giancarla. Para entender o campesinato: A contribuição de A. V. Chayanov. In: **Geografia**, Rio Claro, 19 (2), outubro de 1994. p. 197-208.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 653p.

GRISA, Cátia. **A produção "pro gasto": um estudo comparativo da produção para autoconsumo no Rio Grande do Sul**. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRISA, Cátia *et al.* Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. In: **Agriculturas**. v.8. n.3. setembro de 2011. p. 34-41.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. p. 6774-6792.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz (et al.). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 33-56

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Bertrand Brasil, 2004. 400 p.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006. 173 p.

HOLZER, Werther. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: Uma contribuição para a geografia contemporânea. **GEOgraphia** - Ano V , Nº 10, p.113-123, 2003.

HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**. Rio de Janeiro. ano IV, nº 7. p. 67-78. jul./dez. 1999.

HOLZER, Werther. O método fenomenológico: Humanismo e a construção de uma nova geografia. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Temas e Caminhos da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 37-71

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 23/09/2009.

INSTITUTO TÉCNICO DE PESQUISA E ASSESSORIA. Banco de Dados da Zona Sul – RS – ITEPA. Disponível em: <http://www.bancodedadoszonasul.com.br/content/?secao=banco-de-dados&id=30>. Acessado em 10 de janeiro de 2012 às 10 horas e 29 minutos.

LEITE, Sérgio [et al.]. **Impactos dos assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura:

Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004. 392 p.

LONER, Beatriz et al. O assentamento da Palma: a individualização do coletivo. **História em Revista**. Pelotas: Instituto de Ciências Humanas: Núcleo de documentação histórica/UFPel, nº 2, 1996. p. 65-83.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin?. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, nº. 16, p. 145-156, dezembro de 2001.

MALUF, Renato S. Políticas Agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, Sérgio; DI SABBATO, Alberto *et al* (org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2ª ed, 2009, p. 147-170

MARSON, Ana. **Tempo de valorizar o alimento bom, limpo e justo**. Disponível em: <http://www.slowfoodbrasil.com/documentos/slowfood-metropole.pdf>. Acessado em 24 de novembro de 2011 às 10 horas e 52 minutos.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. O sujeito da reforma agrária – Estudo comparativo em cinco assentamentos. In: MARTINS, José de Souza (coord). Travessias: **A vivência da reforma agrária nos assentamentos**. 2 ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 11-52.

MARTINS, José de Souza. **O Sujeito Oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 238p

MARTINS, Viviane Santi. **Lugar da Morada: A constituição do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos da Reforma Agrária**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

MARTINS, Viviane Santi ; MENASCHE, Renata . **A constituição do lugar da morada em terra de Reforma Agrária.** In: IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais, 2010, Araraquara. IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais. Araraquara : UNIARA, 2010.

MATOS, Patrícia F. de; PESSÔA, Vera Lúcia S. Observação e entrevista: Construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. (orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: Nas trilhas da investigação.** Uberlândia: Ed. Assis, 2009. p. 279-291.

MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas.** 2 ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. 279 p.

MEDEIROS, Monique; MARQUES, Flávia Charão. Heterogeneidades camufladas, resistências emergentes: práticas inovadoras no sistema agroalimentar no sul do Rio Grande do Sul. In: **Agriculturas.** v. 8. n. 3. setembro de 2011. p. 17-21.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária.** Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007. p. 168-178.

MENASCHE, Renata. (org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari.** Porto Alegre: UFRGS; 2007. 198 p.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia Charão; ZANETTI, Cândida. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Rev. Nutr.**, Campinas, 21(Suplemento):145s-158s, jul./ago., 2008

MENASCHE, Renata. Campo e cidade, comida e imaginário: percepções do rural à mesa. **Ruris** (Campinas), v. 3, p. 195-218, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>. Acessado em 31/10/2011 às 10 horas e 43 minutos.

MORAES, Ana Paula da Silva; SILVA, Edvânia Aparecida da; BARONE, Luis Antonio. A participação da mulher nos assentamentos rurais: Um estudo no Pontal do Paranapanema. In: **Retratos de Assentamentos**, v. 14, n. 1, 2011. p. 115-133.

MORAES, Antonio Carlos Robert. A antropogeografia de Ratzel: indicações. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (org.) & FERNANDES, Florestan (coord.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p. 7-30.

MORAES FILHO, Evaristo (org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. 193p.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.

NITSCHKE, Letícia Bartoszeck; KOZEL, Salete. Reflexões sobre uma abordagem fenomenológica do espaço vivido de famílias rurais relacionadas à atividade turística. **Revista Eletrônica Geografar**, Curitiba, v.1, n.1, p. 52-61, jul./dez. 2006,

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 128 p.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Abr 2004, vol.12, no.1, p.229-252.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. 428 p.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território: A questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 112 p.

PEBAYLE, Raymond. Os difíceis encontros de duas sociedades rurais. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, ano 20, n.18:, p.3-22, 1975.

PESSOA, Jadir de Moraes. **Cotidiano e História: para falar de camponeses ocupantes**. Goiânia: Ed. da UFG, 1997. 97 p.

PLEIN, I. T. T.; FARIAS, F.R.; PLEIN, C.; MONDARDO, M. L. Território e territorialidade na perspectiva de Robert David Sack. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SOUZA, Edson Belo Clemente de. (Orgs.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 47-65.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. 372 p.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2000. 188 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: Entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336p.

SANT'ANA, Antônio Lázaro. Estratégias dos Agricultores Familiares: Entre a moldagem da intensificação produtiva e a construção de formas diferenciadas de comercialização. **Retratos de Assentamentos**, v. 14, n. 1, 2011. p. 283-304

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton (et al.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p 13-21.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 200 p.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (orgs.) **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. 368 p.

SCHMITT, Claudia Job. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Agriculturas**. v. 8 – n. 3. Setembro de 2011.

SCHNEIDER, Sergio. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. 295 p.

SCHU, Debora Hahn. Identidades na luta pela terra. **Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 2008. p. 1-7.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo: UNESP, 2004. 136p.

SIGAUD, Lygia *et al.* Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 1, 2008, pp. 107 a 142.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77 – 116.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983. 250 p.

TUAN, Yi-Fu. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 143-164.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. 288 p.

WANDERLEY, Maria N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. In: WANDERLEY, Maria N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 185 – 200.

WANDERLEY, Maria N. B. Em busca da modernidade social: Uma homenagem a A. Chayanov. In: WANDERLEY, Maria N. B. **O mundo rural como espaço de vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 137-154.

WANDERLEY, Maria N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: WANDERLEY, Maria N. B. **O mundo rural como espaço de vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 155-183.

WANDERLEY, Maria N. B. O agricultor familiar no Brasil: Um ator social da construção do futuro. **Revista Agriculturas: Experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 33-45.

WEDIG, Josiane Carine. **A SUCESSÃO HEREDITÁRIA NO CONTEXTO DO ASSENTAMENTO 24 DE NOVEMBRO - Capão do Leão - RS**. 2007. 60 p. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Licenciatura em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; WHITAKER, Valéria Andreatta; SOUZA, Marinaldo Fernando de. **Proposta Metodológica para pesquisa de campo em assentamento de reforma agrária**. In: IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais, 2010, Araraquara. IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais. Araraquara : UNIARA, 2010.

WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores. **Reforma Agraria y asentamientos en Brasil: El caso de los asentamientos de Reforma Agraria en Capão do Leão, RS.** Universidade de Córdoba, 2001. (Tese de doutorado, V.II).

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192p.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Padrões tradicionais e modernização: Comida e trabalho entre camponeses teuto-brasileiros. In: MENASCHE, Renata. (org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari.** Porto Alegre: UFRGS; 2007. p. 177-196.

WOORTMANN, Klaas. “*Com parente não se neguceia*”: O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87.** Brasília: Tempo Brasileiro/UNB, 1990. 73 p.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Roteiro para pesquisa de campo

Os Antecedentes: a trajetória das famílias

- A vida antes do acampamento
 - Qual o município de origem da família?
 - Como era a tradição agrícola (tamanho das propriedades, tipos de atividades, orientação da produção para o mercado e/ou para o autoconsumo) antes do acampamento?
 - Em algum momento de suas vidas estiveram residindo e/ou trabalhando fora do espaço rural? Que atividade exercia?
- A inserção no MST
 - Por que decidiram participar do MST?
 - Algum integrante da família ocupava função de liderança no movimento?
- A vida no acampamento
 - Em qual, ou quais, acampamento(s) a família residiu?
 - Quanto tempo ficaram no acampamento?
 - Por que vieram para esse acampamento?
 - Como era morar no acampamento?

A Chegada no Assentamento: a reterritorialização das famílias

TERRA

- Como foi decidido onde ficaria o lote de cada família?
- Qual a dimensão física do lote?
- Tiveram acesso a algum tipo de crédito para a instalação no assentamento?
- O que era mais importante priorizar na organização do lote? Qual foi a primeira coisa que fizeram quando chegaram a seu lote?
- O que ainda pretendem fazer?
- Qual a importância da terra para a família?

TRABALHO

- Qual a tradição agrícola da família no assentamento? A maneira de cultivar e trabalhar na terra mudou após o assentamento? Como era a produção no início do assentamento? Como é a sua produção atualmente?
- Produz para comercialização? Quais produtos (vegetal e animal)?
- Produz para o autoconsumo? Quais produtos (vegetal e animal)?
- Quem trabalha no lote? Como são distribuídas as tarefas no interior do lote?
- Algum membro da família trabalha fora do lote? Em qual atividade?
- Quais as principais fontes de renda da família? (primeira e segunda)

FAMÍLIA

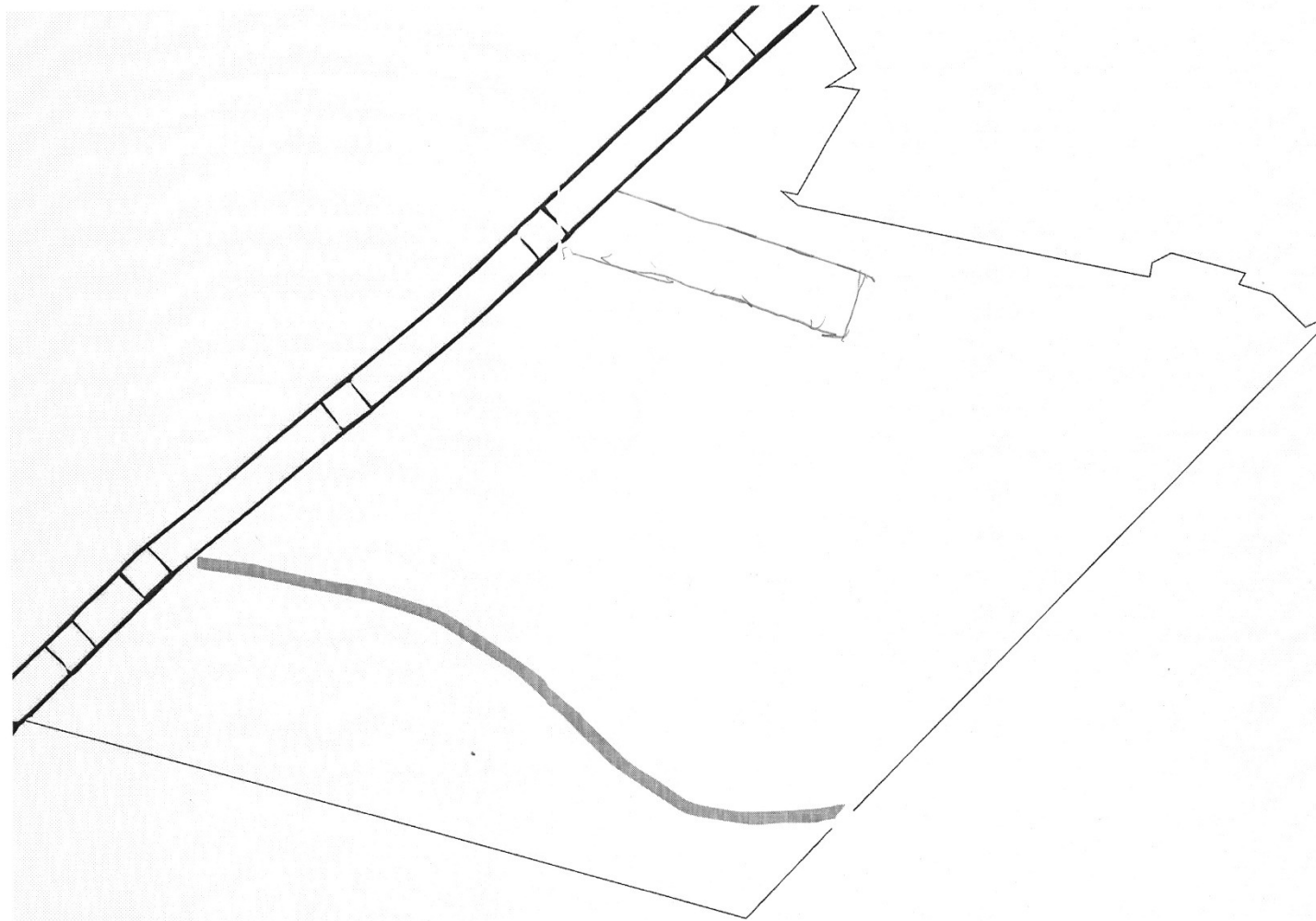
- Como é constituída a família? Número de pessoas, idades, sexo e grau de escolaridade.
- Como são tomadas as decisões sobre as atividades desenvolvidas no lote?
- Como ocorre a convivência com outras famílias? Quais as atividades coletivas presentes no assentamento?

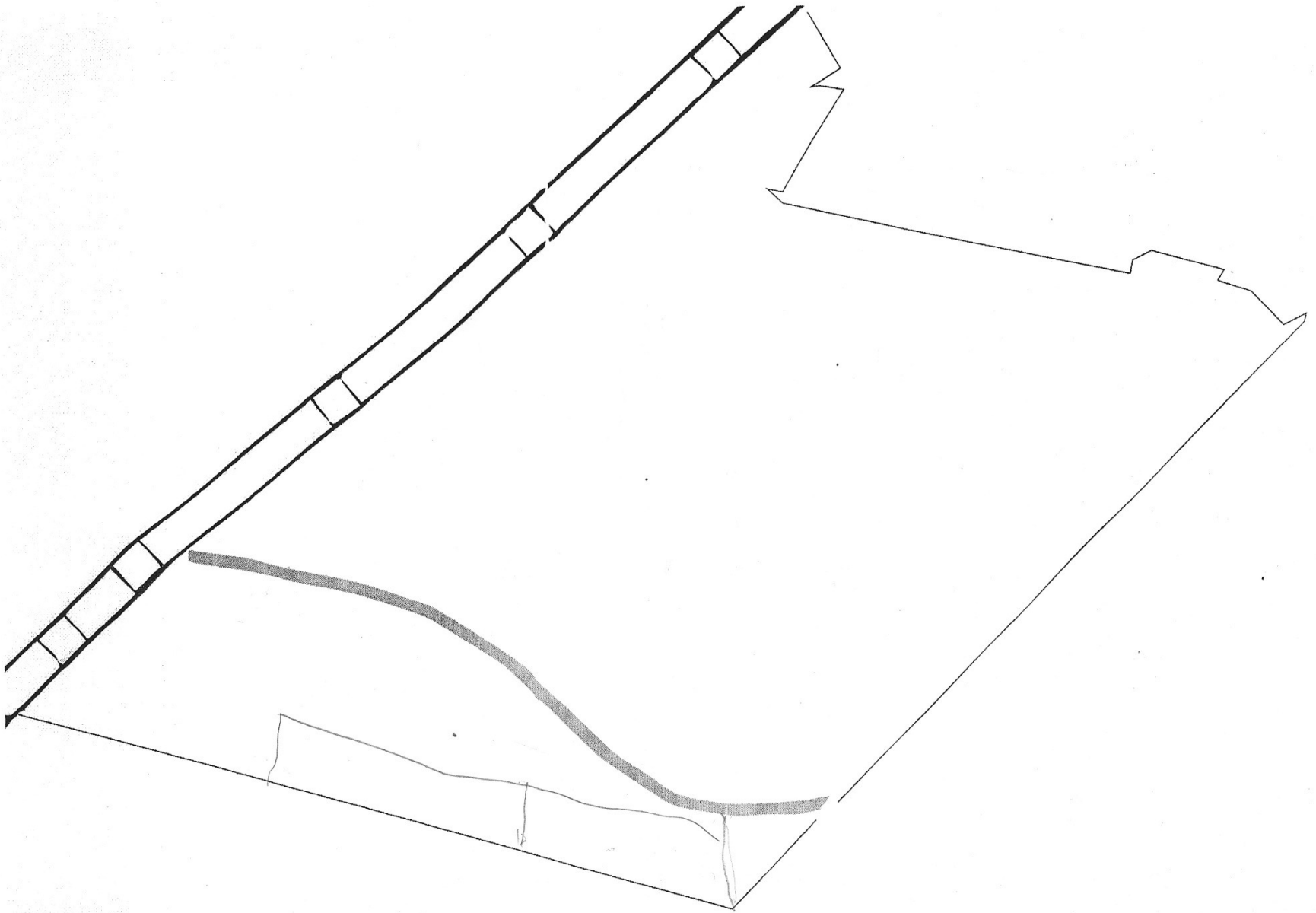
A reprodução do modo de vida camponês – Perspectivas para o futuro

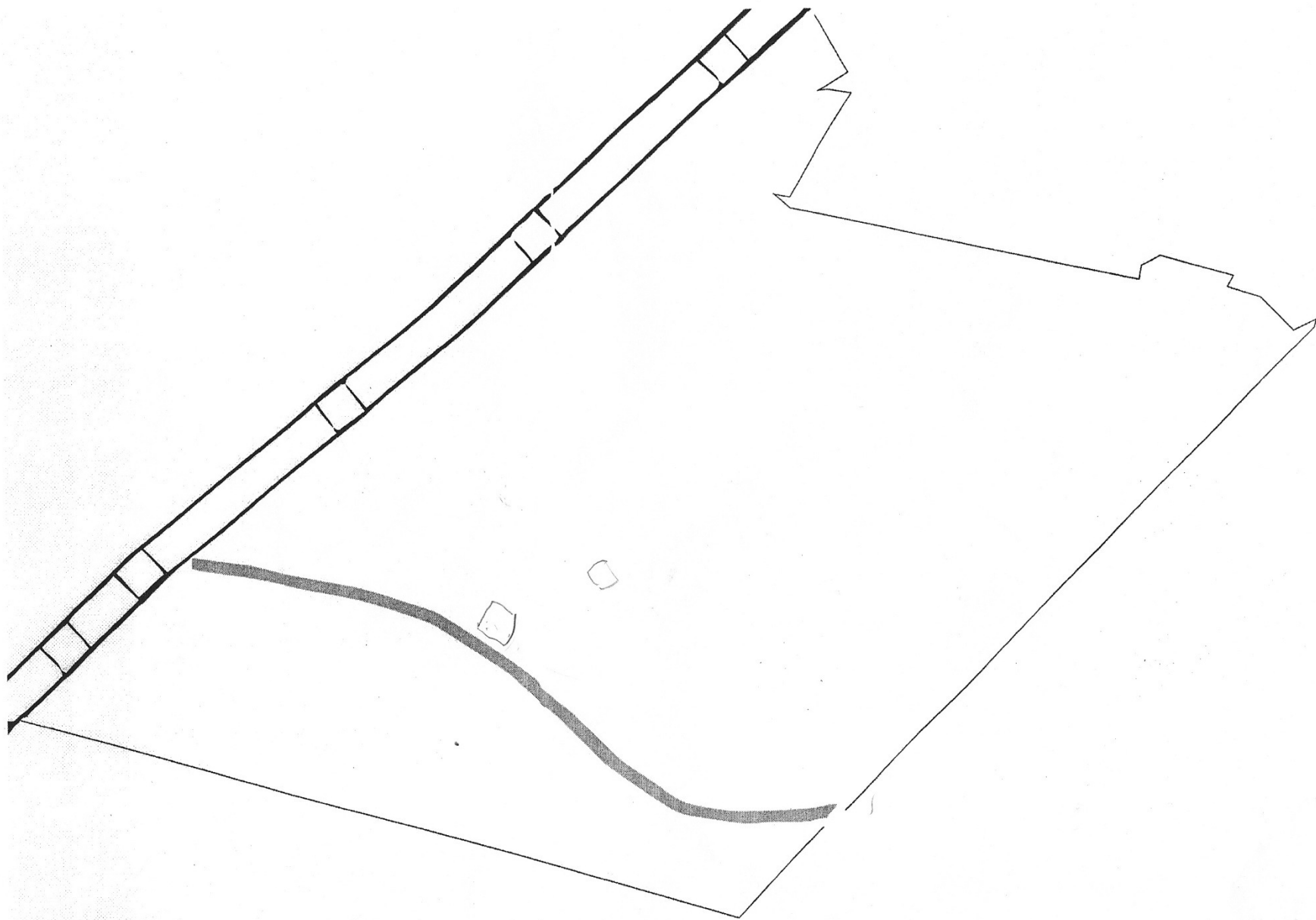
- Como a família vê o futuro do assentamento em geral?
- Qual o projeto de vida da família no assentamento?
- Quais as perspectivas para os filhos? Desejam que continuem trabalhando como agricultores ou em outra atividade?
- Como vê a continuidade da agricultura familiar camponesa no país? O que pensa das políticas públicas para a agricultura familiar?

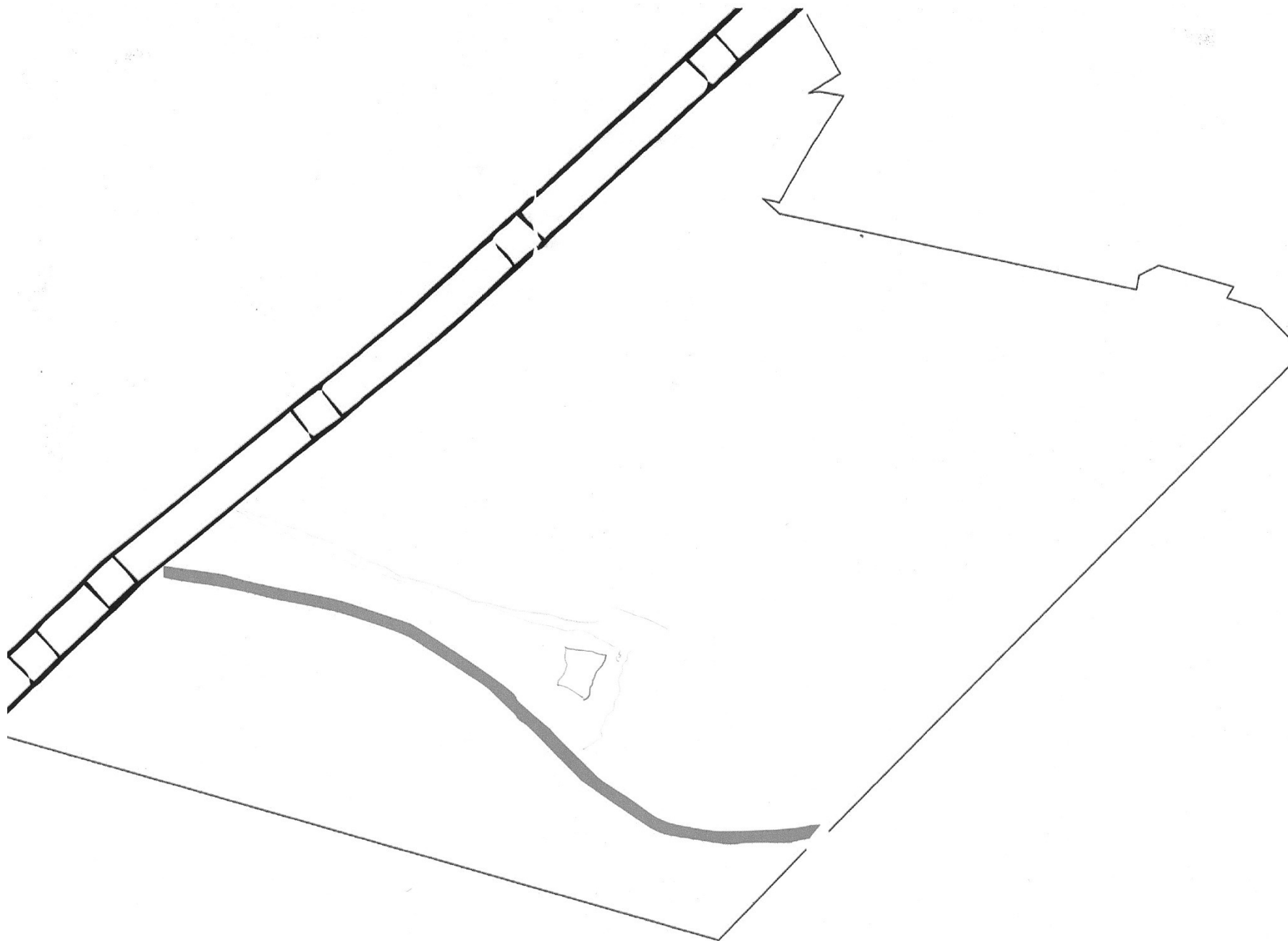
APÊNDICE 2

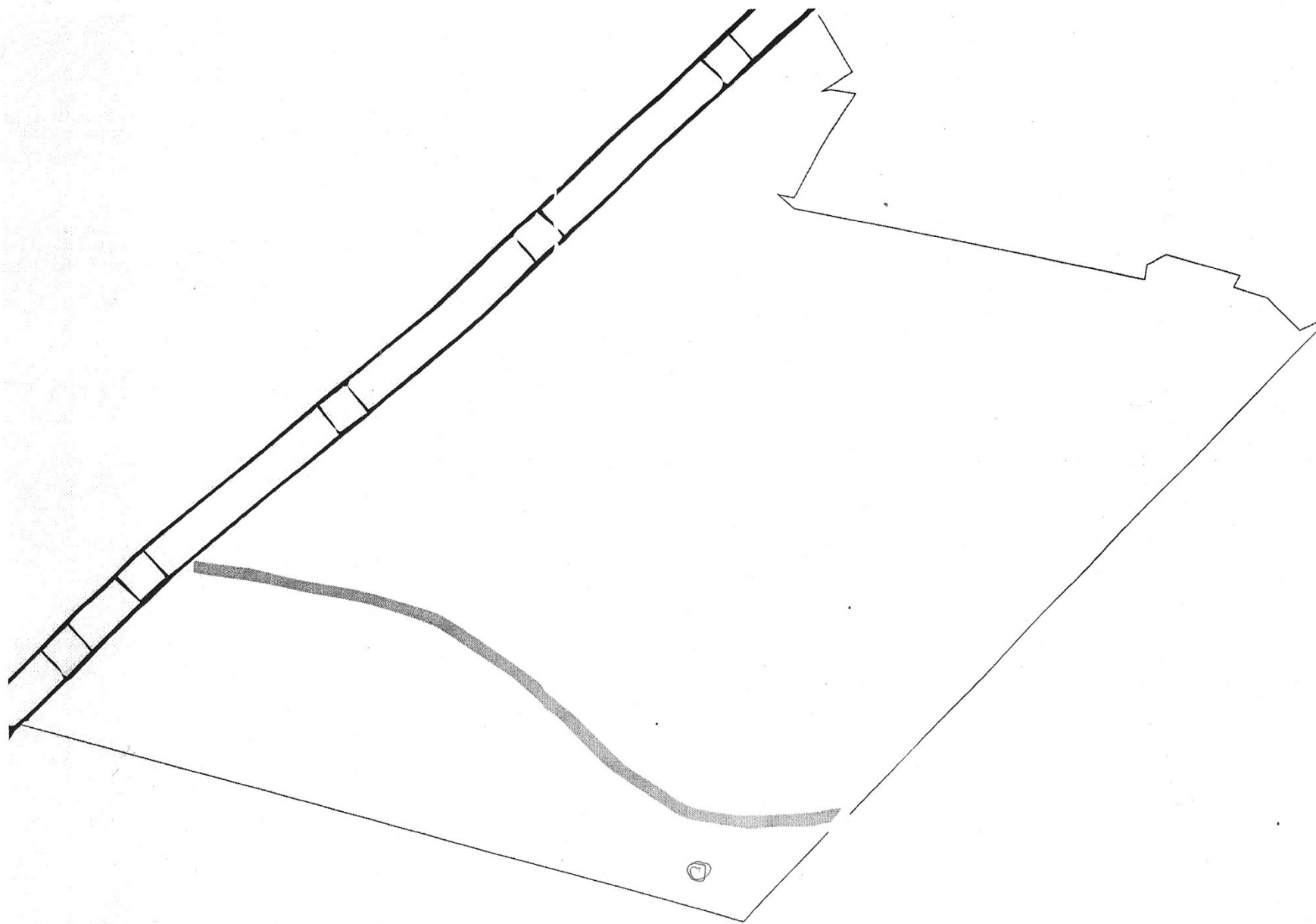
Mapa do assentamento 24 de novembro apresentado às famílias onde indicaram a localização do seu lote, do seu lugar de viver no território do assentamento.

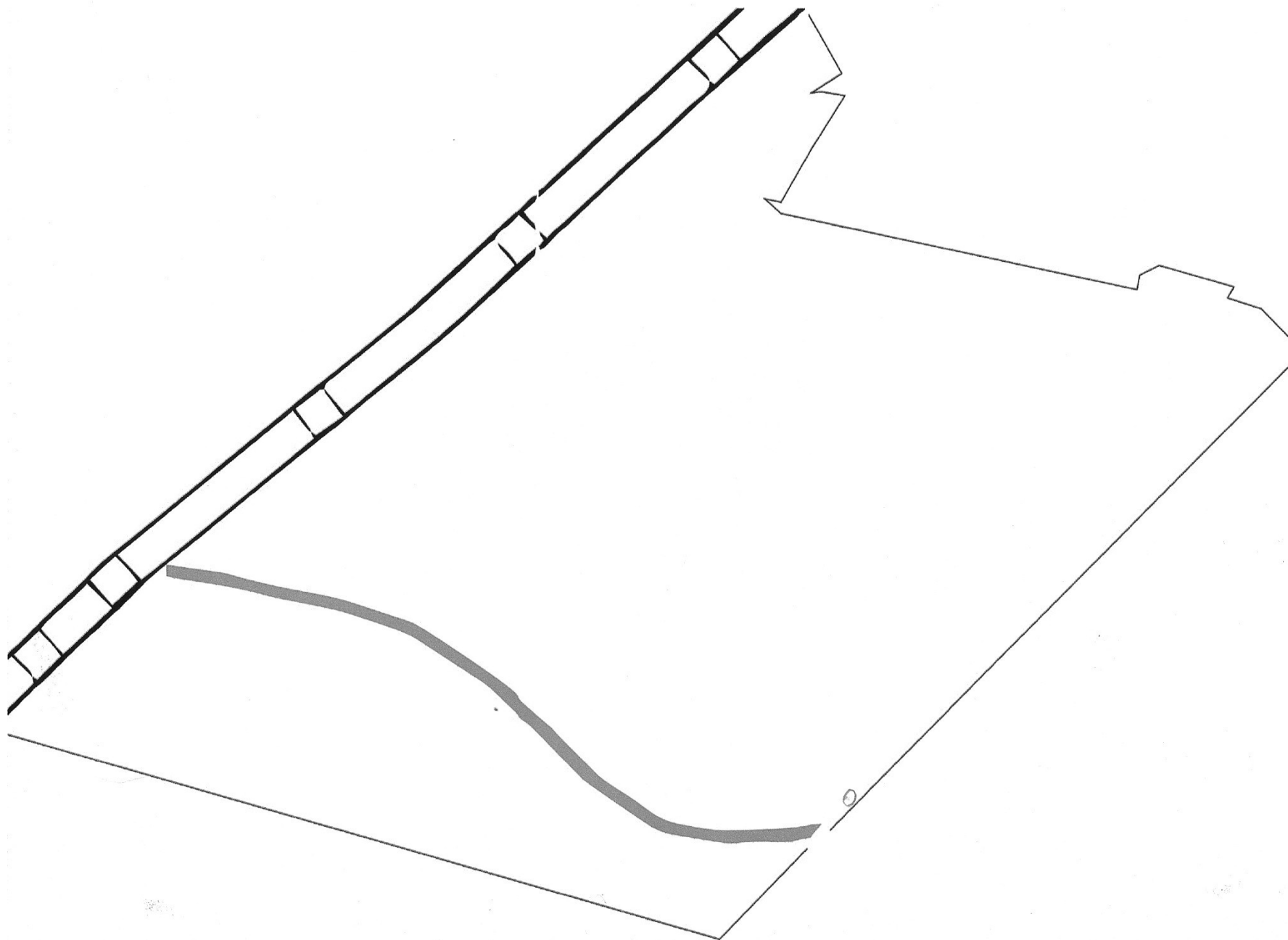


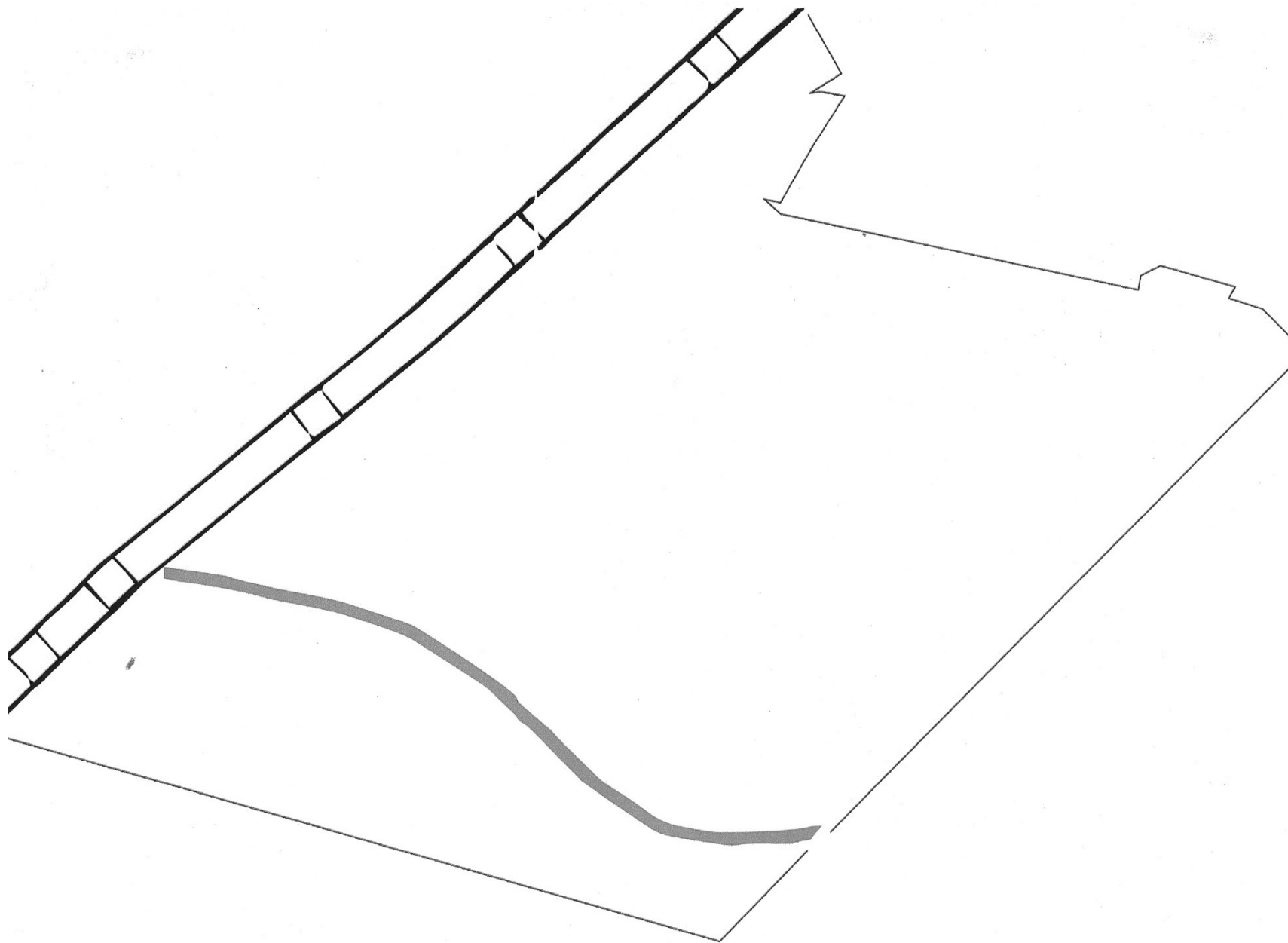








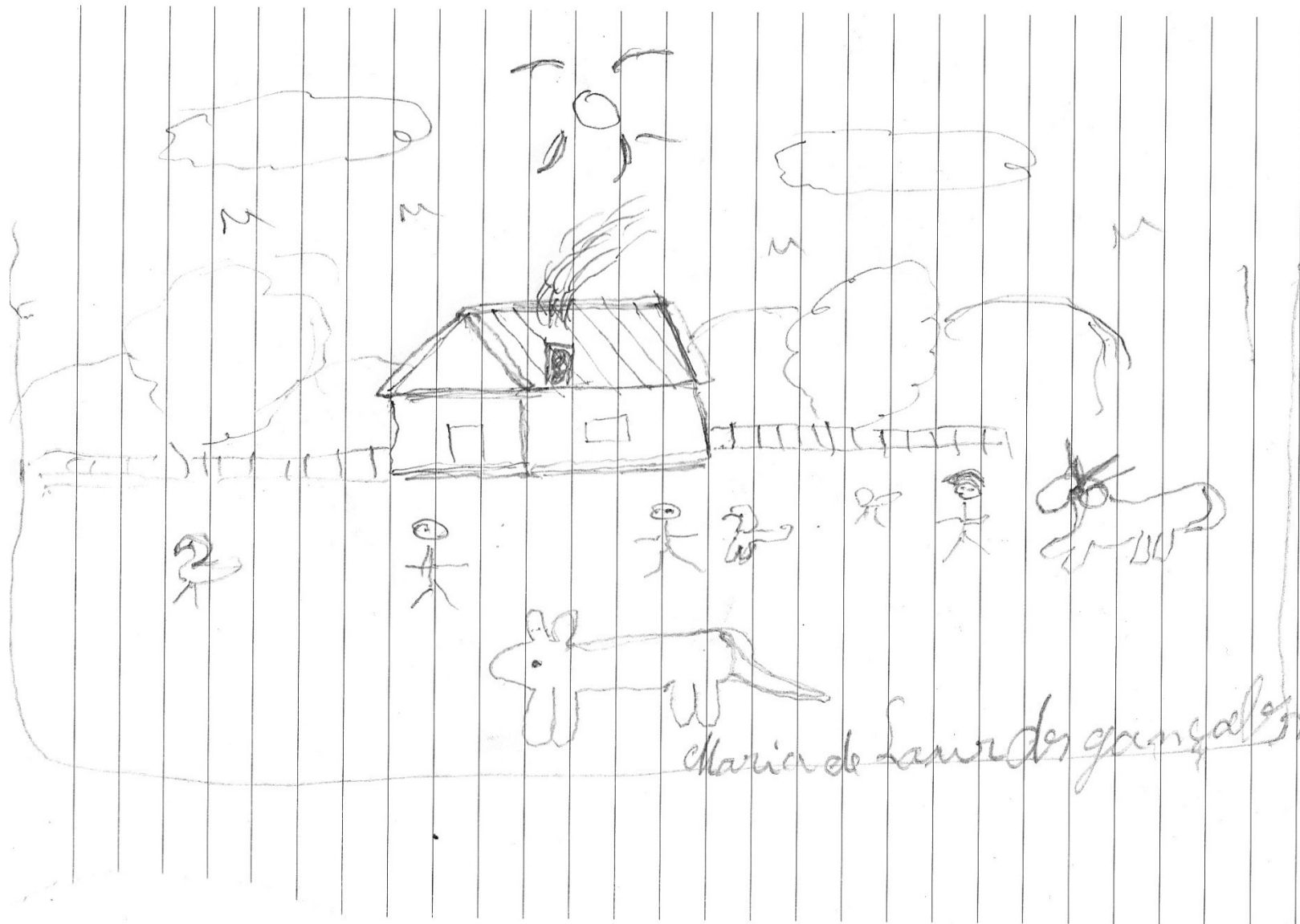




APÊNDICE 3

Croquis desenhados pelas famílias representando o seu lugar de viver.





Maria de Lourdes gonzalez

